O E-BOOK QUE AJUDOU A APROVAR MAIS DE
200 NOVOS SERVIDORES DO INSS EM 2016

"Considero a presença do professor Bruno Cunha, através dos pacotes de questões inéditas, elaboradas e comentadas por ele mesmo, um dos fatores decisivos para a minha aprovação no concurso do INSS".
Rômulo Longa
Técnico do Seguro Social

"No decorrer da minha preparação, pude adquirir os e-books de Bruno Cunha. Obrigado por somar em meus estudos e me ajudar na aprovação".
Thomas Alves
Técnico do Seguro Social

Prof. Bruno Cunha
/professorbrunocunha

:: PREFÁCIO

"Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas!"

Mário Quintana

Futuros colegas,

Um sonho, para que se torne realidade, é preciso um punhado de temor e outro tanto de extrema coragem. **Esse e-book ajudou a nomear mais de 200 novos técnicos e analistas do INSS no último concurso CESPE.**

Neste e-book, você terá 500 questões estilo CESPE criadas e comentadas ou fundamentadas por mim, Técnico do Seguro Social. Elas estão organizadas por assunto e na comodidade de você primeiro responder as questões e, posteriormente, consultar o gabarito comentado. Após responder às 430 primeiras questões, você terá um "simuladão" de 70 questões para praticar como se estivesse na hora da prova!

Desejo de coração muito sucesso em sua caminhada de aprovação e que eu, com muita alegria, possa fazer parte e comemorar junto contigo a sua vitória.

Este segundo trabalho em e-book (o primeiro foi 600 dúvidas de alunos sobre Direito Previdenciário sanadas por mim em 319 páginas) é dedicado aos Professores Flaviano Lima, Ítalo Romano, Jeane Tavares (a famosa Juju), a você, meu futuro colega, a minha filha Ana Carolina, a todas as pessoas que eu amo e as que um dia amei. Espero que goste e aproveite este vasto material em seus estudos.

Bruno Cunha

Técnico do Seguro Social concursado

Gerente de Agência da Previdência Social

:: SUMÁRIO

:: A SEGURIDADE SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada por sociedade de economia mista federal, ainda que na qualidade de patrocinadora. ( )

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à educação e à assistência social. ( )

A seguridade social tem, entre seus objetivos, a universalidade da cobertura e do atendimento bem como a seletividade e a equivalência na prestação dos benefícios e serviços. ( )

Acerca da previdência social na Constituição Federal, julgue o item que se segue.

A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário ( )

Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo, salvo pensão por morte e auxílio reclusão devidos aos dependentes dos segurados. ( )

É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social com trinta anos de contribuição, se homem, e vinte e cinco anos de contribuição, se mulher. ( )

Lei ordinária disciplinará a relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada, e suas respectivas entidades fechadas de previdência privada. ( )

Acerca da assistência social na Constituição Federal, julgue o item que se segue.

É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco centésimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais. ( )

Acerca da saúde na Constituição Federal, julgue o item que se segue.

As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único. ( )

A seguridade social é organizada sob a forma de regime geral único de caráter contributivo, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. ( )

A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais sobre a receita de concursos de prognósticos. ( )

Dentro os princípios e objetivos da seguridade social está presente a diversidade na forma de participação no custeio. ( )

A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais. ( )

Está inserido entre os princípios e objetivos da seguridade social o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. ( )

Acerca do SUS na Constituição Federal, julgue o item que se segue.

Ao sistema único de saúde compete colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho. ( )

:: GABARITO COMENTADO

É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada por sociedade de economia mista federal, ainda que na qualidade de patrocinadora. (E)

É exatamente o que está expresso no texto constitucional. Logo, você precisa ficar afiado nele. O aporte de recursos é expressamente vedado, porém é permitido na qualidade de PATROCINADOR sendo que a sua contribuição não poderá exceder a do segurado.

CF art.202. § 3º É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à educação e à assistência social. (E)

Questão fácil e clássica em provas de Direito Previdenciário. Os três pilares da seguridade social são: SAÚDE, PREVIDÊNCIA SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CF. artigo 194.

A seguridade social tem, entre seus objetivos, a universalidade da cobertura e do atendimento bem como a seletividade e a equivalência na prestação dos benefícios e serviços. (E)

O examinador tentará confundi-lo quanto às palavras dos objetivos constitucionais da seguridade. Fique atento! Constituição Federal artigo 194, III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

Acerca da previdência social na Constituição Federal, julgue os itens que se seguem.

A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário (C)

Nessa você ficou com raiva e deu vontade de quebrar tudo em sua volta, não foi? Sabemos que o seguro desemprego não é benefício previdenciário, mas ai vai uma dica. Se encontrar na questão a expressão “Constituição Federal” sugerindo cobrir a situação de desemprego involuntário, você marcará CORRETO e do contrário estará ERRADO.

Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo, salvo pensão por morte e auxílio reclusão devidos aos dependentes dos segurados. (E)

Todos os benefícios que substituem a renda mensal não podem ter valor abaixo do salário mínimo. O salário família e o auxílio acidente não substituem, logo pode ser devidos abaixo do salário mínimo. CF, art. 201, parágrafo 2.

É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social com trinta anos de contribuição, se homem, e vinte e cinco anos de contribuição, se mulher. (E)

CF, art 201, parágrafo 7. Os referidos tempos serão de 35 anos para homem e 30 anos para mulher, em regra.

Lei ordinária disciplinará a relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada, e suas respectivas entidades fechadas de previdência privada. (E)

CF, art 202, parágrafo 4. LEI COMPLEMENTAR. Fique atento, pois o CESPE gosta de confundi-lo quanto a LEI COMPLEMENTAR, LEI ORDINÁRIA ou SOMENTE LEI. Quando vier apenas a expressão LEI, trata-se de LEI ORDINÁRIA. No seu estudo de Direito Constitucional procure verificar a diferença entre estas duas expressões.

Acerca da assistência social na Constituição Federal, julgue o item que se segue.

É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco centésimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais. (E)

Você, desatento, cai no detalhe. O texto do parágrafo único do artigo 204 da CF nos diz que é facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento (0,5) e não cinco centésimos por cento (0,05) como sugeriu a questão.

Acerca da saúde na Constituição Federal, julgue o item que se segue.

As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único. (C)

CF, art. 198. Do contrário, o examinador tenta confundi-lo. Ex. uma rede única e descentralizada.

A seguridade social é organizada sob a forma de regime geral único de caráter contributivo, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. (E)

Não confunda! A seguridade social é composta por seus três pilares que não são todos de caráter contributivo. O caráter contributivo é da PREVIDÊNCIA SOCIAL.

A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais sobre a receita de concursos de prognósticos. (C)

CF, artigo 195

Dentro os princípios e objetivos da seguridade social está presente a diversidade na forma de participação no custeio. (E)

Essa você caiu? Veja que se não estiver atento, até tem sentido misturar a EQUIDADE com a DIVERSIDADE! Mas o correto é a EQUIDADE na forma de participação no custeio. Quem ganha mais, em regra, contribui com mais! Ex: empregados com alíquotas de 8, 9 e 11%.

A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais. (C)

CF, art. 193. No estudo da Constituição Federal para o INSS é comum que o candidato esqueça de ler o artigo 193. Não você!

Está inserido entre os princípios e objetivos da seguridade social o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (E)

CF, art. 194, VII. Essa é uma das maiores pegadinhas das bancas de concurso público. A GESTÃO é QUADRIPARTITE composta pelos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo.

Acerca do SUS na Constituição Federal, julgue o item que se segue.

Ao sistema único de saúde compete colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho. (C)

CF, artigo 200, VIII.

:: EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA SEGURIDADE SOCIAL

O INSS, importante órgão na estrutura da seguridade social brasileira, foi instituído no Brasil durante o Governo de do Presidente José Sarney, 1985, como autarquia federal, mediante fusão do Instituto de Administração da Previdência e Assistência Social com o Instituto Nacional de Previdência Social. ( )

A Constituição de 1934 foi a primeira a dispor sobre a tríplice forma de custeio. ( )

Com relação à origem e à evolução legislativa da Seguridade Social no Brasil, julgue o item abaixo.
O seguro-desemprego veio previsto pela primeira vez na CF/1967. ( )

A Constituição do México de 1917, foi o primeiro diploma legal de magnitude constitucional em que se tratou de tema previdenciário. ( )

A doutrina majoritária considera a Lei Ely Chaves o marco da previdência social brasileira que criou os Institutos de Aposentadoria e Pensão. ( )

Na evolução da previdência social brasileira, o modelo das caixas de aposentadoria e pensão, que eram criadas na estrutura de cada empresa, posteriormente, foram substituídas pelos institutos de aposentadoria e pensão, que abrangiam determinadas categorias profissionais. ( )

A DATAPREV, dentre as entidades que compunham o SINPAS (Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, a partir de sua criação em 1977, é o ÚNICO órgão em funcionamento atualmente. ( )

A partir do ano de 2015, houve a fusão do Ministério do Trabalho e Emprego com o Ministério da Previdência Social nascendo o Ministério do Trabalho e Previdência Social.

( )

Foi através do Plano *Beveridge* construído na Alemanha em 1942, que marca a participação de todas as categorias de trabalhadores na saúde, previdência social e assistência social. ( )

A criação do Fator Previdenciário, um fator multiplicativo que leva em conta o tempo de contribuição, a idade do segurado e a expectativa de vida do segurado, foi criado em 1999. ( )

No século 18, estabeleceu-se o Plano de Beneficência dos Órfãos e Viúvas dos Oficiais da Marinha. ( )

O INSS comemora no dia 24 de janeiro o seu aniversário em alusão ao marco da previdência social brasileira, Lei Eloy Chaves. ( )

O primeiro ordenamento legal editado foi na Alemanha por Otto Von Bismark em 1883 com a instituição do auxílio doença. (   )

O seguro de invalidez e velhice foi criado na Alemanha em 1889. (   )

A Constituição de 1824 estabeleceu a aposentadoria por invalidez para os servidores públicos e custeada pelos cofres públicos. (   )

:: GABARITO COMENTADO

O INSS, importante órgão na estrutura da seguridade social brasileira, foi instituído no Brasil durante o Governo de do Presidente José Sarney, 1985, como autarquia federal, mediante fusão do Instituto de Administração da Previdência e Assistência Social com o Instituto Nacional de Previdência Social. (E)

O INSS foi criado no Governo Fernando Collor, 1990, pela fusão do IAPAS e INPS.

A Constituição de 1934 foi a primeira a dispor sobre a tríplice forma de custeio. (C)

A Constituição de 1934 foi a primeira a dispor sobre a tríplice forma de custeio com contribuição do Governo, empregadores e trabalhadores.

Com relação à origem e à evolução legislativa da Seguridade Social no Brasil, julgue o item abaixo.
O seguro-desemprego veio previsto pela primeira vez na CF/1967. (C)

Constituição Federal de 1967, artigo 158.

A Constituição do México de 1917, foi o primeiro diploma legal de magnitude constitucional em que se tratou de tema previdenciário. (C)
As primeiras leis previdenciárias surgem na Alemanha, mas a Constituição do México foi a primeira a incluir o tema previdenciário

A doutrina majoritária considera a Lei Ely Chaves o marco da previdência social brasileira que criou os Institutos de Aposentadoria e Pensão. (E)

Realmente, a doutrina majoritária considera a Lei Ely Chaves o marco da previdência social brasileira, porém foram criadas as Caixas de Aposentadoria e Pensão e não os Institutos de Aposentadoria e Pensão. Estes foram criados posteriormente.

Na evolução da previdência social brasileira, o modelo das caixas de aposentadoria e pensão, que eram criadas na estrutura de cada empresa, posteriormente, foram reunidas e substituídas pelos institutos de aposentadoria e pensão, que abrangiam determinadas categorias profissionais. (C)

Com o progresso e a necessidade de ampliação do sistema, as CAP´s foram reunidas e surgiram os IAP´s que abrangiam categorias profissionais.

A DATAPREV, dentre as entidades que compunham o SINPAS (Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, a partir de sua criação em 1977, é o ÚNICO órgão em funcionamento atualmente. (C)

O SINPAS reuniu diversos órgão em prol da integração das área de assistência social, previdência social, assistência médica e gestão de entidades ligadas ao Ministério da Previdência e Assistência Social. A DATAPREV é a única entidade em funcionamento hoje. Ela é responsável pelo processamento de dados do INSS.

A partir do ano de 2015, houve a fusão do Ministério do Trabalho e Emprego com o Ministério da Previdência Social nascendo o Ministério do Trabalho e Previdência Social.

(C)

Diante da crise econômica, iniciada em 2015, o Governo Federal, com o intuito de corte de gastos, fundiu o Ministério do Trabalho e Emprego com o Ministério da Previdência Social.

Foi através do Plano *Beveridge* criado na Alemanha em 1942, que marca a participação de todas as categorias de trabalhadores na saúde, previdência social e assistência social. (E)

Quase tudo está correto na assertiva, porém o Plano *Beveridge* foi criado na Inglaterra e não na Alemanha.

A criação do Fator Previdenciário, um fator multiplicativo que leva em conta o tempo de contribuição, a idade do segurado e a expectativa de vida do segurado, foi criado em 1999.

(E)

A grande pegadinha desta questão é que EXPECTATIVA DE VIDA é DIFERENTE de EXPECTATIVA DE SOBREVIDA.

No século 18, estabeleceu-se o Plano de Beneficência dos Órfãos e Viúvas dos Oficiais da Marinha. (C)

No período marcado pelo regime monárquico, pois houve iniciativas de natureza protecionista dos Órfãos e Viúvas dos Oficiais da Marinha.

O INSS comemora no dia 24 de janeiro o seu aniversário em alusão ao marco da previdência social brasileira, Lei Eloy Chaves. (C)

Em homenagem à Lei Eloy Chaves de 24 de janeiro de 1923 é comemorado o aniversário do INSS.

O primeiro ordenamento legal editado foi na Alemanha por Otto Von Bismark em 1883 com a instituição do auxílio doença. (E)

A questão estaria totalmente se não fosse a troca de auxílio doença pelo correto SEGURO DOENÇA.

O seguro de invalidez e velhice foi criado na Alemanha em 1889. (C)

A Constituição de 1824 estabeleceu a aposentadoria por invalidez para os servidores públicos e custeada pelos cofres públicos. (E)

Foi a partir da Constituição de 1891 que estabeleceu a aposentadoria por invalidez para os servidores públicos e custeada pelos cofres públicos.

:: LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

A Seguridade Social constitui um sistema protetivo onde tem na legislação previdenciária um conjunto de normas que visam a organizá-la. ( )

O Direito Previdenciário é considerado pela doutrina majoritária como ramo do Direito Privado, visto que marca a relação entre particulares (segurados) e o Estado exercendo o seu Poder de Império. ( )

Dentre as formas de interpretação da legislação previdenciária, a teleológica aduz que o a compreensão da norma é assimilada através de simples leitura do texto legislativo. ( )

A interpretação teleológica das normas previdenciárias consiste na análise da norma no contexto desse ramo do direito ou do ordenamento jurídico como um todo, e não, isoladamente. Busca-se, com isso, a integração da norma com os princípios norteadores e demais institutos aplicáveis. ( )

Acerca da legislação previdenciária, especialmente no que se refere às suas fontes, autonomia, vigência e interpretação, julgue o item que se segue.

As fontes formais do direito previdenciário incluem a Carta Magna e as Leis n.º 8.212/1991 e n.º 8.213/1991. ( )

A vigência da lei de natureza previdenciária segue a regulamentação da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, de modo que, salvo disposição contrária, entra em vigor trinta dias depois de oficialmente publicada. ( )

Diante de um conflito de normas, a norma geral prevalece sobre norma específica. ( )

Acerca da legislação previdenciária, especialmente no que se refere às integração, julgue o item que se segue.

A analogia é um conjunto uniforme de decisões reiteradas do Poder Judiciário na solução de caso concreto. ( )

Acerca da legislação previdenciária, especialmente no que se refere às interpretação, julgue o item que se segue.

A interpretação autêntica é realizada pelo próprio autor da norma editando um novo ato normativo dirimindo dúvidas do ato anterior. ( )

A legislação previdenciária, sempre, submete-se a uma das regras gerais presentes na Lei de Introdução ao Código Civil, passando a viger, a partir de 45 dias após a sua publicação.

( )

Uma das principais leis que trata de matéria previdenciária é a Lei 8.742 de 1993 que dispõe sobre a organização da Assistência Social no Brasil. (   )

A Constituição Federal promulgada em 1988 constitui fonte material de norma no Direito Previdenciário. (   )

Acerca da legislação previdenciária, a doutrina majoritária entende que não há hierarquia entre leis ordinárias e leis complementares. (   )

Acerca da legislação previdenciária, especialmente no que se refere às interpretação, julgue os itens que se seguem.

O método de interpretação histórica prioriza a análise das discussões existentes, quando da elaboração da norma, a fim de descobrir as razões de sua elaboração. (   )

Através do método sistemático, a interpretação da norma levará em conta o sistema normativo no qual está inserida. Haverá o confronto do conteúdo de normas, para que não existam contradições. (   )

:: GABARITO COMENTADO

A Seguridade Social constitui um sistema protetivo onde tem na legislação previdenciária um conjunto de normas que visam a organizá-la. (C)

A legislação previdenciária tem caráter primordial na estrutura e organização dos pormenores os quais permeiam a Seguridade Social.

O Direito Previdenciário é considerado pela doutrina majoritária como ramo do Direito Privado, visto que marca a relação entre particulares (segurados) e o Estado exercendo o seu Poder de Império. (E)

O Direito Previdenciário é considerado como ramo do Direito Público e não do Privado, apesar que fontes da doutrina queiram aproximá-lo do Direito Privado em virtude de similaridades do ramo previdenciário e do trabalho.

Dentre as formas de interpretação da legislação previdenciária, a teleológica aduz que o a compreensão da norma é assimilada através de simples leitura do texto legislativo. (E)

A questão tenta confundi-lo com a forma de interpretação teleológica e a gramatical. A teleológica busca o fim desejado para a lei e apenas a leitura da norma não é suficiente.

A interpretação teleológica das normas previdenciárias consiste na análise da norma no contexto desse ramo do direito ou do ordenamento jurídico como um todo, e não, isoladamente. Busca-se, com isso, a integração da norma com os princípios norteadores e demais institutos aplicáveis. (E)

A interpretação teleológica das normas previdenciárias busca encontrar o fim pretendido pelo legislador. A interpretação referida na questão é a SISTEMÁTICA.

Acerca da legislação previdenciária, especialmente no que se refere às suas fontes, autonomia, vigência e interpretação, julgue o item que se segue.

As fontes formais do direito previdenciário incluem a Carta Magna e as Leis n.º 8.212/1991 e n.º 8.213/1991. (C)

As fontes formais divididas em estatais (Constituição Federal ou Carta Magna ou Lei Maior, lei ordinárias, complementares, etc) e não-estatais (costume e doutrina).

A vigência da lei de natureza previdenciária segue a regulamentação da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, de modo que, salvo disposição contrária, entra em vigor trinta dias depois de oficialmente publicada. (E)

Entra em vigor, salvo contrário, após 45 dias de acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Diante de um conflito de normas, a norma geral prevalece sobre norma específica. (E)

É justamente o contrário! Normas com mesma hierarquia, prevalecerá o entendimento de norma específica sobre a geral.

A analogia é um conjunto uniforme de decisões reiteradas do Poder Judiciário na solução de caso concreto. (E)

Este é o conceito de jurisprudência. A analogia busca norma próxima que supra uma lacuna deixada pela legislação.

Acerca da legislação previdenciária, especialmente no que se refere às interpretação, julgue o item que se segue.

A interpretação autêntica é realizada pelo próprio autor da norma editando um novo ato normativo dirimindo dúvidas do ato anterior. (C)

Este é o conceito da interpretação autêntica.

A legislação previdenciária, sempre, submete-se a uma das regras gerais presentes na Lei de Introdução ao Código Civil, passando a viger, a partir de 45 dias após a sua publicação. (E)

Um exemplo deste erro é o princípio da anterioridade nonagesimal, que é quando não haverá cobrança de tributo senão decorridos no mínimo 90 dias após a promulgação da lei que o instituiu.

Uma das principais leis que trata de matéria previdenciária é a Lei 8.742 de 1993 que dispõe sobre a organização da Assistência Social no Brasil. (E)

A lei do LOAS trata da organização da Assistência Social no Brasil, porém não é matéria previdenciária.

A Constituição Federal promulgada em 1988 constitui fonte material de norma no Direito Previdenciário. (E)

A Lei Maior constitui fonte FORMAL de norma no Direito Previdenciário.

Acerca da legislação previdenciária, a doutrina majoritária entende que não há hierarquia entre leis ordinárias e leis complementares. (C)

A grande maioria da doutrina orienta que não há entre leis ordinárias e leis complementares.

Acerca da legislação previdenciária, especialmente no que se refere às interpretação, julgue os itens que se seguem.

O método de interpretação histórica prioriza a análise das discussões existentes, quando da elaboração da norma, a fim de descobrir as razões de sua elaboração. (C)

Através do método sistemático, a interpretação da norma levará em conta o sistema normativo no qual está inserida. Haverá o confronto do conteúdo de normas, para que não existam contradições. (C)

Estes são os conceitos dos métodos de interpretação histórico e sistemático.

:: INSCRIÇÃO E FILIAÇÃO

Durante o exercício do mandato eletivo, o dirigente sindical perde a filiação ao RGPS. (   )

Quanto ao segurado facultativo, a filiação nesta qualidade, representa ato volitivo, gerando efeito somente a partir da inscrição e do primeiro recolhimento (   )

Segundo disposição constitucional, a previdência social deverá ser organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo, porém de filiação facultativa. (   )

A filiação na qualidade de segurado facultativo representa ato volitivo, gerando efeito somente a partir da inscrição e do primeiro recolhimento da contribuição previdenciária, não podendo retroagir, salvo no caso do segurado facultativo Micro Empreendedor Individual. (   )

Considerando que a previdência social é de filiação facultativa, é correto afirmar que a contratação de um empregado não implica sua adesão automática ao RGPS. Porém, as contribuições feitas ao referido regime, têm caráter compulsório. (   )

No Regime Geral de Previdência Social não é permitida a filiação *post mortem* de segurado, salvo em especial o segurado facultativo. (   )

Acerca da inscrição e filiação no RGPS, especialmente, julgue os itens que se seguem.

Considera-se filiação de segurado para os efeitos da previdência social o ato pelo qual o segurado é cadastrado no Regime Geral de Previdência Social, mediante comprovação dos dados pessoais e de outros elementos necessários e úteis a sua caracterização. (   )

A inscrição do segurado facultativo exige a idade mínima de 14 anos. (   )

A inscrição do segurado empregado doméstico exige a idade mínima de 18 anos. (   )

A inscrição do segurado trabalhador avulso será efetuada diretamente no Instituto Nacional do Seguro Social. (   )

Os dados constantes do Cadastro Nacional de Informações Sociais CNIS relativos a vínculos, remunerações e contribuições valem como prova de filiação à previdência social, tempo de contribuição e salários de contribuição. (   )

Filiação é o vínculo que se estabelece entre pessoas que contribuem para a previdência social e esta, do qual decorrem direitos e obrigações. (   )

A filiação do trabalhador rural contratado por produtor rural pessoa física por prazo de até dois meses dentro do período de um ano, para o exercício de atividades de natureza temporária, decorre automaticamente de sua inclusão no CNIS, mediante identificação específica. (   )

Considera-se inscrição de segurado facultativo a apresentação de documento de identidade e declaração expressa de que não exerce atividade que o enquadre na categoria de segurado obrigatório. (   )

A inscrição no RGPS exige idade mínima de 16 anos sem exceções. (   )

:: GABARITO COMENTADO

Durante o exercício do mandato eletivo, o dirigente sindical perde a filiação ao RGPS. (E)

O dirigente sindical, durante o mandato eletivo, mantém o mesmo enquadramento no RGPS antes da investidura. Lei 8212, artigo 12, parágrafo 5.

§ 5º O dirigente sindical mantém, durante o exercício do mandato eletivo, o mesmo enquadramento no Regime Geral de Previdência Social RGPS de antes da investidura.

Quanto ao segurado facultativo, a filiação nesta qualidade, representa ato volitivo, gerando efeito somente a partir da inscrição e do primeiro recolhimento (C)

Surgindo a partir da Constituição de 1988, o segurado facultativo tem a sua inscrição e filiação, em regra, no mesmo momento com ato de sua própria vontade (volitivo). Decreto 3048, artigo 11, parágrafo 3.

Segundo disposição constitucional, a previdência social deverá ser organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo, porém de filiação facultativa. (E)

A previdência social tem caráter contributivo e de filiação OBRIGATÓRIA. Os segurados obrigatórios, apenas pelo exercício de atividade já estarão filiados ao RGPS. A sua inscrição é o ato jurídico perante o INSS o qual corrobora a sua existência no referido regime.

CF, artigo 201.

A filiação na qualidade de segurado facultativo representa ato volitivo, gerando efeito somente a partir da inscrição e do primeiro recolhimento da contribuição previdenciária, não podendo retroagir, salvo no caso do segurado facultativo Micro Empreendedor Individual. (E)

O texto do Decreto 3048, artigo 11, parágrafo 3, vem todo certinho até indicar que o MEI é um segurado facultativo, porém ele está na categoria de Contribuinte Individual.

Considerando que a previdência social é de filiação facultativa, é correto afirmar que a contratação de um empregado não implica sua adesão automática ao RGPS. Porém, as contribuições feitas ao referido regime, têm caráter compulsório. (E)

CF, artigo 201. Martelando a sua cabeça para fixar. Regime contributivo de filiação obrigatória!

No Regime Geral de Previdência Social não é permitida a filiação *post mortem* de segurado, salvo em especial o segurado facultativo. (E)

Você precisa tomar muito cuidado com a leitura rápida da questão. A palavra ESPECIAL aparece para confundi-lo. A filiação *post mortem* só é permitida para o segurado especial até porque, em regra, ele não verte contribuições mensais para o RGPS. Decreto 3048,artigo 18, V,parágrafo 5.

Considera-se filiação de segurado para os efeitos da previdência social o ato pelo qual o segurado é cadastrado no Regime Geral de Previdência Social, mediante comprovação dos dados pessoais e de outros elementos necessários e úteis a sua caracterização. (E)

Decreto 3048, artigo 18. O ato formal de cadastro no RGPS, quando efetivamente a autarquia conhece o segurado é a INSCRIÇÃO. A filiação surge a partir do exercício de atividade ou concomitante à inscrição para os segurados facultativos. Ressalta-se que para estes, a filiação não ocorrerá antes da inscrição, visto que não exercem atividade.

A inscrição do segurado facultativo exige a idade mínima de 14 anos. (E)

Essa foi fácil, não? A inscrição do segurado facultativo exige a idade mínima de 16 anos. Decreto 3048, artigo 18, parágrafo 1.

A inscrição do segurado empregado doméstico exige a idade mínima de 18 anos. (C)

Essa você caiu e quebrou a cara no chão! A inscrição aos 18 anos, para empregado doméstico, é uma exceção à regra trazida pela Lei Complementar 150, artigo 1, Parágrafo único. *É vedada a contratação de menor de 18 (dezoito) anos para desempenho de trabalho doméstico, de acordo com a Convenção no 182, de 1999, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e com o Decreto no 6.481, de 12 de junho de 2008.*

A inscrição do segurado trabalhador avulso será efetuada diretamente no Instituto Nacional do Seguro Social. (E)

A inscrição do segurado trabalhador avulso será feita pelo sindicato ou órgão gestor de mão de obra como diz o Decreto 3048, artigo 18, parágrafo 1.

Os dados constantes do Cadastro Nacional de Informações Sociais CNIS relativos a vínculos, remunerações e contribuições valem como prova de filiação à previdência social, tempo de contribuição e salários de contribuição. (C)

Lembre-se que o CESPE adora colocar a literalidade de artigos e não foi diferente com o 19 do Decreto 3048. Fique ligado!

Filiação é o vínculo que se estabelece entre pessoas que contribuem para a previdência social e esta, do qual decorrem direitos e obrigações. (C)

Este é o conceito dado pelo artigo 20 do Decreto 3048. A filiação ocorre com o simples exercício de atividade para os segurados obrigatórios.

A filiação do trabalhador rural contratado por produtor rural pessoa física por prazo de até dois meses dentro do período de um ano, para o exercício de atividades de natureza temporária, decorre automaticamente de sua inclusão no CNIS, mediante identificação específica. (E)

O CNIS é o Cadastro Nacional de Informações Sociais. É onde estão as informações dos segurados, porém é na inclusão da GFIP que o trabalhador rural contratado por produtor rural pessoa física por prazo de até dois meses dentro do período de um ano que decorre a filiação deste.

Considera-se inscrição de segurado facultativo a apresentação de documento de identidade e declaração expressa de que não exerce atividade que o enquadre na categoria de segurado obrigatório. (C)

Decreto 3048, artigo 18, V. Deve o segurado facultativo (aquele que não exerce atividade remunerada, apresentar no INSS o seu documento de identidade e declaração expressa de que não exerce atividade que o enquadre na categoria de segurado obrigatório.

A inscrição no RGPS exige idade mínima de 16 anos sem exceções. (E)

A idade mínima para inscrição no RGPS realmente é de 16 anos, porém há exceções! São elas: o menor aprendiz aos 14 anos, empregado doméstico aos 18 anos (Lei Complementar 150/15) e o garimpeiro igualmente aos 18 anos (Lei 11.685/08).

:: MANUTENÇÃO E PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO

Edna, segurada empregada, foi demitida do emprego como costureira em uma grande fábrica, onde trabalhou durante 11 anos. Ela acaba de receber a primeira parcela do seu seguro-desemprego. É correto afirmar que Edna manterá a sua qualidade de segurado por 24 meses. ( )

Em regra, mantêm a qualidade de segurado por até doze meses, independentemente de contribuições, o segurado empregado, o avulso, o doméstico e o facultativo. ( )

Leovigildo, segurado facultativo, teve cessado o seu auxílio-doença. É correto afirma que ele manterá a sua qualidade de segurado por até 12 meses. ( )

Soldado Joaquim, segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar manterá a sua qualidade de segurado no RGPS por até seis meses. ( )

Sérgio é síndico de condomínio e, pelo cargo que exerce, não paga mensalmente a taxa condominial. É correto afirmar que, caso Sérgio cesse contribuições para o RGPS, ele manterá a sua qualidade de segurado por até 12 meses. ( )

Dirceu, segurado do RGPS, foi preso na operação Lava Jato e permanecerá recluso por muitos anos. É correto afirmar que ele, após o livramento, manterá a sua qualidade de segurado por até 12 meses.
( )

Suponha que Nilton, segurado facultativo, tenha recolhido sua última contribuição previdenciária em janeiro de 2017 e falecido em 17/9/2017. Nesse caso, Nilton perdera a qualidade de segurado antes da data do óbito. ( )

Uma pessoa que tenha perdido a qualidade de segurado não fará jus à concessão de aposentadoria por idade ao completar sessenta e cinco anos, se homem, ou sessenta anos, se mulher, caso tenha recolhido o número mínimo de contribuições mensais exigido na data do requerimento desse benefício quando ele ainda mantinha a qualidade de segurado. ( )

Ana Paula, vendedora de água de coco na praia, após um ano de contribuição para o RGPS, interrompeu-as. Teve o seu último recolhimento em 15 de janeiro de 2016 referente ao mês de dezembro de 2015. É correto afirmar que Ana Paula perderá a sua qualidade de segurada no dia 16 de fevereiro de 2017 caso este dia seja útil. ( )

Washington, segurado empregado, é demitido do seu primeiro emprego onde trabalhou por 2 meses. É correto afirmar que Washington perderá a sua qualidade de segurado após 12 meses e 45 dias após a sua demissão. ( )

O segurado em gozo de benefício previdenciário mantém a qualidade de segurado, por 12 meses, independentemente de contribuições. ( )

A perda da qualidade de segurado prejudica o direito à aposentadoria mesmo se todos os requisitos para a sua concessão já tiverem sido preenchidos e estiverem de acordo com a legislação em vigor à época em que esses requisitos foram atendidos. (   )

Daniel trabalhou para a empresa Tupi desde 2000, ininterruptamente, tendo contribuído mensalmente para o custeio da seguridade social, durante todo este período, na condição de segurado obrigatório. Em 31/1/2015, Daniel foi demitido sem justa causa e receberá o seu seguro-desemprego. Nessa circunstância e considerando a legislação previdenciária em vigor, Daniel manterá sua qualidade de segurado, independentemente de contribuições, em 16/3/2017. (   )

Manterá pelo máximo de até três meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela previdência social. (   )

Manterá a condição de segurado, por até 12 meses, o acometido de doença de segregação compulsória. (   )

:: GABARITO COMENTADO

Edna, segurada empregada, foi demitida do emprego como costureira em uma grande fábrica, onde trabalhou durante 11 anos. Ela acaba de receber a primeira parcela do seu seguro-desemprego. É correto afirmar que Edna manterá a sua qualidade de segurado por 24 meses. (E)

Edna mantém a qualidade de segurado por 36 meses. Doze meses por estar sem emprego, mais doze meses por ter contribuído por MAIS de 120 contribuições mensais e mais 12 meses por estar recebendo seguro-desemprego ou cadastro no SINE.
Lei 8213, artigo 15.

Em regra, mantêm a qualidade de segurado por até doze meses, independentemente de contribuições, o segurado empregado, o avulso, o doméstico e o facultativo. (E)

A questão estaria correta pelo empregado e trabalhador avulso manterem a sua qualidade de segurado por até 12 meses em regra, mas o segurado facultativo tem até 6 meses mantendo a sua qualidade de segurado.

Leovigildo, segurado facultativo, teve cessado o seu auxílio-doença. É correto afirma que ele manterá a sua qualidade de segurado por até 12 meses. (C)

Decreto 3048, artigo 13, II. O segurado facultativo, em regra, mantém a qualidade de segurado por até 6 meses, porém se ele recebia benefício por incapacidade e teve cessado o seu benefício, ele manterá a sua qualidade de segurado por até doze meses.

Soldado Joaquim, segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar manterá a sua qualidade de segurado no RGPS por até seis meses. (E)

O soldado Joaquim manterá a sua qualidade de segurado por até 3 meses e não 6 meses. Quem mantém, em regra, a qualidade de segurado por até 6 meses é o segurado facultativo.
Decreto 3048, artigo 13, V.

Sérgio é síndico de condomínio e, pelo cargo que exerce, não paga mensalmente a taxa condominial. É correto afirmar que, caso Sérgio cesse contribuições para o RGPS, ele manterá a sua qualidade de segurado por até 12 meses. (C)

Decreto 3048, artigo 13, II. Esta questão exige que você entenda de SEGURADOS e MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO. Sérgio não paga a taxa condominial. Logo, ele é CONTRIBUINTE INDIVIDUAL. Sendo segurado obrigatório, presume-se que exerce atividade remunerada. Sérgio manterá a sua qualidade de segurado por até 12 meses.

Dirceu, segurado do RGPS, foi preso na operação Lava Jato e permanecerá recluso por muitos anos. É correto afirmar que ele, após o livramento, manterá a sua qualidade de segurado por até 12 meses. (C)

Decreto 3048, artigo 13, IV.

Suponha que Nilton, segurado facultativo, tenha recolhido sua última contribuição previdenciária em janeiro de 2017 e falecido em 17/9/2017. Nesse caso, Nilton perdera a qualidade de segurado antes da data do óbito. (C)

Nilton poderia manter a sua qualidade de segurado por até 6 meses, logo, morreu sem qualidade de segurado. Decreto 3048, artigo 13, VI.

Uma pessoa que tenha perdido a qualidade de segurado não fará jus à concessão de aposentadoria por idade ao completar sessenta e cinco anos, se homem, ou sessenta anos, se mulher, caso tenha recolhido o número mínimo de contribuições mensais exigido na data do requerimento desse benefício quando ele ainda mantinha a qualidade de segurado. (E)

Ele FARÁ JUS à concessão de aposentadoria por idade! Apesar de ter perdido a qualidade de segurado, a pessoa em questão cumpria os requisitos para a aposentadoria por idade. Por exemplo, homem aos 65 anos e ao menos 180 contribuições mensais.
Decreto 3048, artigo 13, parágrafo 6.

Ana Paula, vendedora de água de coco na praia, após um ano de contribuição para o RGPS, interrompeu-as. Teve o seu último recolhimento em 15 de janeiro de 2016 referente ao mês de dezembro de 2015. É correto afirmar que Ana Paula perderá a sua qualidade de segurada no dia 16 de fevereiro de 2017 caso este dia seja útil. (C)

Decreto 3048, artigo 14. Ana Paula teve a sua última contribuição sobre a competência dezembro/15 em janeiro de 2016. O contribuinte individual mantém a sua qualidade de segurado por 12 meses. Logo, Ana Paula perderá a sua qualidade de segurado se não verter contribuição até 15 de fevereiro de 2017.

Washington, segurado empregado, é demitido do seu primeiro emprego onde trabalhou por 2 meses. É correto afirmar que Washington perderá a sua qualidade de segurado após 12 meses e 45 dias após a sua demissão. (E)

Apesar de ser segurado empregado, leva-se em conta para a perda da qualidade de segurado o mês posterior ao mês seguinte da contribuição, mais 12 meses. Ou seja, o dia 16 como um contribuinte individual. Isso acontece, porque a legislação utiliza como parâmetro a data do recolhimento do contribuinte individual seja qual for a categoria do segurado.

O segurado em gozo de benefício previdenciário mantém a qualidade de segurado, por 12 meses, independentemente de contribuições. (E)

O segurado em gozo de benefício previdenciário mantém a qualidade de segurado, sem limite de prazo, independentemente de contribuições. Decreto 3048, artigo 13, I.

A perda da qualidade de segurado prejudica o direito à aposentadoria mesmo se todos os requisitos para a sua concessão já tiverem sido preenchidos e estiverem de acordo com a legislação em vigor à época em que esses requisitos foram atendidos. (E)

O contrário! A perda da qualidade de segurado não prejudicará o indivíduo se todos os requisitos para a concessão de sua aposentadoria já tiverem sido preenchidos e estiverem de acordo com a legislação em vigor à época em que esses requisitos foram atendidos. Decreto 3048, artigo 13, parágrafo 6.

Daniel trabalhou para a empresa Tupi desde 2000, ininterruptamente, tendo contribuído mensalmente para o custeio da seguridade social, durante todo este período, na condição de segurado obrigatório. Em 31/1/2015, Daniel foi demitido sem justa causa e receberá o seu seguro-desemprego. Nessa circunstância e considerando a legislação previdenciária em vigor, Daniel manterá sua qualidade de segurado, independentemente de contribuições, em 16/3/2017. (C)

Correto. Daniel manterá a sua qualidade de segurado por 36 meses, logo, 24 meses depois ele ainda terá mantida a sua qualidade. A casca de banana está na palavra "EM". Decreto 3048, artigo 13.

Manterá pelo máximo de até três meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela previdência social. (E)

O segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela previdência social, manterá por 12 meses a sua qualidade de segurado. Decreto 3048, artigo 13, II.

Manterá a condição de segurado, por até 12 meses, o acometido de doença de segregação compulsória. (C)

Decreto 3048, artigo 13, III.

:: SEGURADOS

É considerado segurado obrigatório da previdência social como trabalhador avulso:

O trabalhador que presta serviço de natureza rural definido em Regulamento, sem vínculo empregatício, a diversas empresas. (   )

Cornélio é garimpeiro. É correto afirmar que Cornélio é segurado obrigatório do RGPS na categoria segurado especial. (   )

Padre Cícero desenvolve as missas na cidade de Juazeiro do Norte no Ceará. É correto afirmar que ele é segurado obrigatório do RGPS na categoria contribuinte individual. (   )

Thomas, de cidadania estadunidense, está domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar em empresa domiciliada na Inglaterra, mas que possui maioria do capital votante pertencente a empresa brasileira de capital nacional. É correto afirmar que Thomas é segurado obrigatório do RGPS na categoria contribuinte individual. (   )

Steven, nascido em El Salvador, sem residência permanente no Brasil, presta serviço no Brasil a missão diplomática. É correto afirmar que Steven é segurado obrigatório do RGPS na categoria empregado. (   )

Joana reside e trabalha para a União na Espanha para organismo oficial brasileiro e é segurada da previdência social espanhola. É correto afirmar que, para as leis brasileiras, Joana também é segurada obrigatória do RGPS na categoria empregado. (   )

Gentil Pinto trabalha, eventualmente, para várias empresas prestando serviço de encanador. É correto afirmar que Gentil é segurado obrigatório do RGPS na categoria trabalhador avulso. (   )

Para o RGPS, o menor aprendiz é enquadrado na categoria segurado facultativo, caso o exercício do seu trabalho não esteja de acordo com a lei. (   )

Tiririca é Deputado Federal pelo Estado de São Paulo e Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil. É correto afirmar que o Deputado Tiririca é segurado obrigatório do RGPS na categoria empregado. (   )

O brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência, é segurado obrigatório da previdência social, na qualidade de contribuinte individual. (   )

O bolsista da Fundação Habitacional do Exército contratado em conformidade com a lei é segurado facultativo do RGPS. (   )

O fato de um dos integrantes do seu núcleo familiar desempenhar atividade urbana por mais de 120 dias no ano civil, implica, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial. (   )

Josué, que é segurado especial da seguridade social, por ser, na forma da legislação especial, considerado pequeno produtor rural, foi eleito vereador do município onde reside e trabalha. Nessa situação, Josué passará a ser segurado na condição de empregado do RGPS. (   )

Para o segurado obrigatório do RGPS na categoria trabalhador avulso, a atividade de movimentação de mercadorias nas instalações de uso público, compreendendo o recebimento, conferência, transporte interno, abertura de volumes para conferência aduaneira, manipulação, arrumação e entrega, bem como o carregamento e descarga de embarcações, quando efetuados por aparelhamento portuário é definida como estiva. (   )

Sérgio é bolsista, está vinculado ao regime de previdência social inglês, e se dedica, em tempo integral, a pesquisa, em curso de especialização, em Londres (Inglaterra). É correto afirmar que Sérgio não é segurado facultativo do RGPS brasileiro. (   )

É correto afirmar que o empregado doméstico tem direito ao seguro-desemprego limitado ao teto previdenciário. (   )

O empregador doméstico é obrigado a arrecadar e a recolher a contribuição do segurado empregado a seu serviço, assim como a parcela a seu cargo, até o dia 7 do mês seguinte ao da competência e quando não houver expediente bancário no dia 7 do mês, o recolhimento deverá ser realizado no dia imediatamente posterior, para que não haja incidência de juros e multa. (   )

É de responsabilidade do empregador o arquivamento de documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, enquanto essas não prescreverem. (   )

O empregador doméstico deve efetuar o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, de 20% de contribuição previdenciária do empregado doméstico que lhe presta serviço. (   )

É correto afirmar que o garimpeiro está enquadrado na categoria segurado especial do RGPS. (   )

É correto afirmar que todo segurado que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral de Previdência Social é obrigatoriamente filiado em relação a cada uma delas. ( )

O dirigente sindical mantém, durante o exercício do mandato eletivo, o mesmo enquadramento no RGPS de antes da investidura. ( )

A outorga, por meio de contrato escrito de parceria, meação ou comodato, de até 50% de imóvel rural cuja área total não seja superior a 4 (quatro) módulos fiscais, desde que outorgante e outorgado continuem a exercer a respectiva atividade, individualmente ou em regime de economia familiar descaracteriza a condição de segurado especial no RGPS. ( )

Mariza recebe pensão por morte do RGPS em virtude do falecimento de seu companheiro José. É correto afirmar que, pelo fato de receber pensão por morte, Mariza perde a sua qualidade de segurada especial. ( )

É correto afirmar que o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior é segurado na categoria empregado do RGPS. ( )

:: GABARITO COMENTADO

É considerado segurado obrigatório da previdência social como trabalhador avulso:

O trabalhador que presta serviço de natureza rural definido em Regulamento, sem vínculo empregatício, a diversas empresas. (C)

Lei 8213, artigo 11, VI. Nós, às vezes, achamos que o trabalhador avulso é somente aquele que trabalha nos porto, não é? Mas ele também pode ser um trabalhador avulso rural como diz o artigo 11 da lei de benefícios: como trabalhador avulso: quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviço de natureza urbana ou rural definidos no Regulamento.

Cornélio é garimpeiro. É correto afirmar que Cornélio é segurado obrigatório do RGPS na categoria segurado especial. (E)

Esta é uma casca de banana recorrente nos concursos públicos onde o disciplina Direito Previdenciário aparece. O garimpeiro é um CONTRIBUINTE INDIVIDUAL como diz o artigo 11, V,b da lei 8213.

Padre Cícero desenvolve as missas na cidade de Juazeiro do Norte no Ceará. É correto afirmar que ele é segurado obrigatório do RGPS na categoria contribuinte individual. (C)

O ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa é segurado obrigatório do RGPS na categoria contribuinte individual. Lei 8213, artigo 11, V, c.

Thomas, de cidadania estadunidense, está domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar em empresa domiciliada na Inglaterra, mas que possui maioria do capital votante pertencente a empresa brasileira de capital nacional. É correto afirmar que Thomas é segurado obrigatório do RGPS na categoria contribuinte individual. (E)

Thomas é segurado obrigatório do RGPS na categoria EMPREGADO como confere a Lei 8213, artigo 11, I, f.

Steven, nascido em El Salvador, sem residência permanente no Brasil, presta serviço no Brasil a missão diplomática. É correto afirmar que Steven é segurado obrigatório do RGPS na categoria empregado. (E)

Steven não é segurado empregado, pois, apesar de prestar serviço a missão diplomática no Brasil, não possui residência permanente no Brasil. Lei 8213, artigo 11, I, d.

Joana reside e trabalha para a União na Espanha para organismo oficial brasileiro e é segurada da previdência social espanhola. É correto afirmar que, para as leis brasileiras, Joana também é segurada obrigatória do RGPS na categoria empregado. (E)

Lei 8213, artigo 11, I,e. O brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do país do domicílio. Joana já é amparada pela previdência espanhola, logo, ela não será segurada obrigatória do RGPS brasileiro.

Gentil Pinto trabalha, eventualmente, para várias empresas prestando serviço de encanador. É correto afirmar que Gentil é segurado obrigatório do RGPS na categoria trabalhador avulso. (E)

Muitos concurseiros, no início do estudo do Direito Previdenciário, erram este tipo de questão achando que o trabalhador que presta serviços eventuais é o AVULSO. Falso! Este tipo de segurado é enquadrado na categoria CONTRIBUINTE INDIVUDUAL para o Regime Geral de Previdência Social. Lei 8213, artigo 11, V,g.

Para o RGPS, o menor aprendiz é enquadrado na categoria segurado facultativo, caso o exercício do seu trabalho não esteja de acordo com a lei. (E)

Não confunda! Esta é a definição para o ESTAGIÁRIO. O menor aprendiz é segurado obrigatório do RGPS na categoria empregado.

Tiririca é Deputado Federal pelo Estado de São Paulo e Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil. É correto afirmar que o Deputado Tiririca é segurado obrigatório do RGPS na categoria empregado. (E)

O ilustre deputado não é empregado para o RGPS, pois ele está vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social da União. Lei 8213, artigo 11, I,h.

O brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência, é segurado obrigatório da previdência social, na qualidade de contribuinte individual. (C)

Este é o texto, que o CESPE costuma cobrar, do artigo 11, V,e da lei 8213.

O bolsista da Fundação Habitacional do Exército contratado em conformidade com a lei é segurado facultativo do RGPS. (E)

Este tipo de BOLSISTA não é SEGURADO FACULTATIVO. Ele é CONTRIBUINTE INDIVIDUAL. Logo, tenha muito cuidado com esta pegadinha na sua prova CESPE. Decreto 3048, artigo 9, parágrafo 15, XIII.

O fato de um dos integrantes do seu núcleo familiar desempenhar atividade urbana implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial. (E)

O fato de um dos integrantes do seu núcleo familiar desempenhar atividade urbana por mais de 120 dias no ano civil, implica, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial. (C)

Lei 8213, artigo 11, parágrafo 9. O membro do grupo familiar em questão perdeu a sua qualidade de segurado por desempenhar atividade urbana por mais de 120 dias no ano civil. Para retomar a sua qualidade de segurado, ele deve comprovar com prova documental de retorno à atividade rurícola.

Josué, que é segurado especial da seguridade social, por ser, na forma da legislação especial, considerado pequeno produtor rural, foi eleito vereador do município onde reside e trabalha. Nessa situação, Josué passará a ser segurado na condição de empregado do RGPS. (E)

Josué estará mantido na categoria de segurado especial, de acordo com o artigo 9, VII, parágrafo 8 do Decreto 3048. Exercício de mandato de vereador do município onde desenvolve a atividade rural, ou de dirigente de cooperativa rural constituída exclusivamente por segurados especiais.

Para o segurado obrigatório do RGPS na categoria trabalhador avulso, a atividade de movimentação de mercadorias nas instalações de uso público, compreendendo o recebimento, conferência, transporte interno, abertura de volumes para conferência aduaneira, manipulação, arrumação e entrega, bem como o carregamento e descarga de embarcações, quando efetuados por aparelhamento portuário é definida como estiva. (E)

O conceito do parágrafo 7 do artigo 9 do Decreto 3048 é de CAPATAZIA e não de estiva.

Sérgio é bolsista, está vinculado ao regime de previdência social inglês, e se dedica, em tempo integral, a pesquisa, em curso de especialização, em Londres (Inglaterra). É correto afirmar que Sérgio não é segurado facultativo do RGPS brasileiro. (C)

Sérgio está vinculado a regime de previdência social estrangeiro. Logo, Sérgio não é segurado do RGPS brasileiro.
Decreto 3048, artigo 11, parágrafo 1, VIII.

É correto afirmar que o empregado doméstico tem direito ao seguro-desemprego limitado ao teto previdenciário. (E)

O seguro desemprego para o empregado doméstico é limitado a um salário mínimo.

O empregador doméstico é obrigado a arrecadar e a recolher a contribuição do segurado empregado a seu serviço, assim como a parcela a seu cargo, até o dia 7 do mês seguinte ao da competência e quando não houver expediente bancário no dia 7 do mês, o recolhimento

deverá ser realizado no dia imediatamente posterior, para que não haja incidência de juros e multa. (E)

Lei 13.202/15. O recolhimento será ANTECIPADO em caso do dia 7 do mês não ser dia útil.

É de responsabilidade do empregador o arquivamento de documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, enquanto essas não prescreverem. (C)

Lei Complementar 150/15, artigo 42.

O empregador doméstico deve efetuar o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, de 20% de contribuição previdenciária do empregado doméstico que lhe presta serviço. (E)

8% de contribuição patronal previdenciária para a seguridade social, a cargo do empregador doméstico e 0,8% de contribuição social para financiamento do seguro contra acidentes do trabalho. Esses valores inteiram 8,8% de contribuição PREVIDENCIÁRIA. Lei Complementar 150/15, artigo 34.

É correto afirmar que o garimpeiro está enquadrado na categoria segurado especial do RGPS. (E)

O garimpeiro é contribuinte individual. Lei 8213, artigo 11, V, b.

É correto afirmar que todo segurado que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral de Previdência Social é obrigatoriamente filiado em relação a cada uma delas. (C)

Lei 8213, artigo 11, VII, parágrafo 2.

O dirigente sindical mantém, durante o exercício do mandato eletivo, o mesmo enquadramento no RGPS de antes da investidura. (C)

Lei 8213, artigo 11, VII, parágrafo 4.

A outorga, por meio de contrato escrito de parceria, meação ou comodato, de até 50% de imóvel rural cuja área total não seja superior a 4 (quatro) módulos fiscais, desde que outorgante e outorgado continuem a exercer a respectiva atividade, individualmente ou em regime de economia familiar descaracteriza a condição de segurado especial no RGPS. (E)

O contrário, NÃO DESCARACTERIZA. Lei 8213, artigo 11, VII, parágrafo 8.

Mariza recebe pensão por morte do RGPS em virtude do falecimento de seu companheiro José. É correto afirmar que, pelo fato de receber pensão por morte, Mariza perde a sua qualidade de segurada especial. (E)

Esta é uma exceção para não perder a qualidade de segurado especial no RGPS. Lei 8213, artigo 11, VII, parágrafo 9, I.

É correto afirmar que o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior é segurado na categoria empregado do RGPS. (C)

Lei 8213, artigo 11, I, c.

:: CONTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS E DOS SEGURADOS

Oriovaldo, dono de uma empresa do ramo de calçados, tem a contribuição de sua empresa em relação aos seus empregados inscritos no RGPS limitada ao somatório dos salários de contribuição da totalidade destes empregados. ( )

A contribuição do servidor público federal de cargo efetivo, que possui apenas este vínculo de trabalho, ao RGPS, incide sobre a sua remuneração integral. ( )

Sidney, taxista, auferiu no mês de outubro de 2017, dez mil reais em valor bruto referente ao transporte rodoviário. É correto afirmar que a sua contribuição de 20% para o RGPS até o dia 15 de novembro de 2017 foi de 400 reais. ( )

Se uma dona de casa, segurada facultativa do RGPS, inscrita no CadÚnico, contribuiu em maio de 2017 sobre dois salários mínimos, então a alíquota incidente sobre seu salário de contribuição foi de 5%. ( )

A contribuição empresarial da associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional destinada à Seguridade Social, corresponde a cinco por cento da receita líquida, decorrente dos espetáculos desportivos de que participem em todo território nacional em qualquer modalidade desportiva, inclusive jogos internacionais, e de qualquer forma de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, publicidade, propaganda e de transmissão de espetáculos desportivos. ( )

A alíquota de contribuição para o SAT incide sobre a remuneração paga ou creditada pelas empresas sobre a folha de pagamento a empregados e avulsos, levando-se em consideração a atividade preponderante e o risco de acidente de trabalho seja ele considerado leve, médio ou grave. ( )

No caso de instituições financeiras, haverá uma contribuição adicional de 2% sobre a remuneração de seus empregados e trabalhadores avulsos. ( )

É correto afirmar que a contribuição previdenciária que o empregador doméstico deve pagar quanto ao empregado doméstico que lhe presta serviço é de 8,8%. ( )

É correto afirmar que as alíquotas do SAT serão acrescidas de 6%, 9% e 12%, respectivamente, se a atividade exercida pelo segurado justificar a concessão de aposentadoria especial após 25, 20 ou 15 anos de contribuição. ( )

A contribuição da gratificação natalina dos empregados das empresas incidirá sobre o valor líquido da gratificação. ( )

É correto afirma que a contribuição do produtor rural pessoa física, em substituição à sua cota patronal, relativa à prestação de serviços de empregados e avulsos é de 1,3%. ( )

É correto afirmar que a contribuição da agroindústria em substituição à sua cota patronal, relativa à prestação de serviços de empregados e avulsos é de 2,5%. ( )

O contribuinte individual optante pelo sistema especial de inclusão previdenciária, contribuirá com 11% do total de rendimentos auferidos no mês, respeitando o teto previdenciário como sendo o seu salário de contribuição. (   )

É correto afirmar que o sistema especial de inclusão previdenciária terá alíquotas e carências inferiores às vigentes para os demais segurados do regime geral de previdência social. (   )

É correto afirmar que o contribuinte individual, que presta serviço a empresa, tem retido 20% de sua remuneração respeitado o teto previdenciário. (   )

:: GABARITO COMENTADO

Oriovaldo, dono de uma empresa do ramo de calçados, tem a contribuição de sua empresa em relação aos seus empregados inscritos no RGPS limitada ao somatório dos salários de contribuição da totalidade destes empregados. (E)

A contribuição da empresa não se limitará à soma dos salários de contribuição dos empregados. Vai muito além disso, sobre a folha de salários e rendimentos, à receita ou faturamento e o lucro. CF, artigo 195, I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício; b) a receita ou o faturamento; c) o lucro.

A contribuição do servidor público federal de cargo efetivo, que possui apenas este vínculo de trabalho, ao RGPS, incide sobre a sua remuneração integral. (E)

O servidor público federal de cargo efetivo está inscrito no RPPS da União. Ele não contribui para o RGPS. Apenas assim faria, caso tivesse um vínculo na iniciativa privada, por exemplo, professor de faculdade particular.

Sidney, taxista, auferiu no mês de outubro de 2017, dez mil reais em valor bruto referente ao transporte rodoviário. É correto afirmar que a sua contribuição de 20% para o RGPS até o dia 15 de novembro de 2017 foi de 400 reais. (C)

Incidirá 20% sobre o valor bruto auferido e desse valor, teremos o salário de contribuição de Sidney onde este contribuirá com 20% do valor. A questão está correta. Assim, o legislador protege o fretista de seus gastos com gasolina, pedágio, etc.

Decreto 3048, artigo 9,V, parágrafo 15.

Se uma dona de casa, segurada facultativa do RGPS, inscrita no CadÚnico, contribuiu em maio de 2017 sobre dois salários mínimos, então a alíquota incidente sobre seu salário de contribuição foi de 5%. (E)

A dona de casa de baixa renda, inscrita no CadÚnico, contribui sobre 5% de um salário mínimo e não de dois.

CF, artigo 201, § 12. Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender a trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário-mínimo.

A contribuição empresarial da associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional destinada à Seguridade Social, corresponde a cinco por cento da receita líquida, decorrente dos espetáculos desportivos de que participem em todo território nacional em qualquer modalidade desportiva, inclusive jogos internacionais, e de qualquer forma de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, publicidade, propaganda e de transmissão de espetáculos desportivos. (E)

O texto acima estaria totalmente correto de acordo com o parágrafo 6 do artigo 22 da Lei 8.212 se não fosse a palavra LÍQUIDA. A contribuição empresarial da associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional destinada à Seguridade Social, corresponde a cinco por cento da receita BRUTA.

A alíquota de contribuição para o SAT incide sobre a remuneração paga ou creditada pelas empresas sobre a folha de pagamento a empregados e avulsos, levando-se em consideração a atividade preponderante e o risco de acidente de trabalho seja ele considerado leve, médio ou grave. (C)

Na contribuição do SAT será avaliada a atividade preponderante de seu empregado a qual será levado em conta o seu risco de acidente de trabalho aplicando porcentagens entre 1, 2 ou 3 porcento.

No caso de instituições financeiras, haverá uma contribuição adicional de 2% sobre a remuneração de seus empregados e trabalhadores avulsos. (E)

As empresas contribuem com 20% sobre a remuneração paga, devida ou creditada aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestam serviço durante o mês. As instituições financeiras têm uma contribuição adicional de 2,5% sobre a remuneração destes trabalhadores. Lei 8212, I, parágrafo primeiro.

É correto afirmar que a contribuição previdenciária que o empregador doméstico deve pagar quanto ao empregado doméstico que lhe presta serviço é de 8,8%. (C)

O empregador doméstico tem um montante mensal de pagamento de 20% sobre os valores que deve pelo empregado doméstico que lhe presta serviço, porém apenas 8,8% são de contribuição previdenciária. São eles, 8% de sua contribuição patronal e 0,8% de contribuição para financiamento do seguro contra acidente do trabalho. Lei Complementar 150, artigo 34.

É correto afirmar que as alíquotas do SAT serão acrescidas de 6%, 9% e 12%, respectivamente, se a atividade exercida pelo segurado justificar a concessão de aposentadoria especial após 25, 20 ou 15 anos de contribuição. (C)

O adicional SAT, criado para financiamento da aposentadoria especial, terão alíquotas acrescidas de 6%, 9% e 12%, respectivamente, se a atividade exercida pelo segurado justificar a concessão de aposentadoria especial após 25, 20 ou 15 anos de contribuição. Lei 8213, artigo 57, parágrafos 6 e 7.

A contribuição da gratificação natalina dos empregados das empresas incidirá sobre o valor líquido da gratificação. (E)

Decreto 3048, artigo 214, parágrafo 7. A contribuição da gratificação natalina dos empregados das empresas incidirá sobre o valor BRUTO da gratificação.

É correto afirma que a contribuição do produtor rural pessoa física, em substituição à sua cota patronal, relativa à prestação de serviços de empregados e avulsos é de 1,3%. (C)

Lei 8212, artigo 25,I. Você agora se perguntou: por que não contabilizar a alíquota 0,2 do SENAR? Não é costume do CESPE cobrar esta alíquota e sim apenas a da receita bruta da comercialização da produção rural (1,2%) e 0,1% da receita vinda da comercialização para financiamento do SAT.

É correto afirmar que a contribuição da agroindústria em substituição à sua cota patronal, relativa à prestação de serviços de empregados e avulsos é de 2,5%. (E)

Lei 8212, artigo 22-A. Faltou a contribuição da agroindústria para financiamento do SAT de 0,1%. O total será de 2,6%. Mais uma vez, a alíquota agora de 0,25% para o SENAR não entraria na assertiva.

O contribuinte individual optante pelo sistema especial de inclusão previdenciária, contribuirá com 11% do total de rendimentos auferidos no mês, respeitando o teto previdenciário como sendo o seu salário de contribuição. (E)

O contribuinte individual optante pelo sistema especial de inclusão previdenciária, contribuirá com 11% sobre o salário mínimo. CF, artigo 201, parágrafo 12.

É correto afirmar que o sistema especial de inclusão previdenciária terá alíquotas e carências inferiores às vigentes para os demais segurados do regime geral de previdência social. (C)

CF, artigo 201, parágrafo 13. Você está se perguntando como? Não há carências inferiores para esta proteção. Verdade, mas este é o texto constitucional e cabe a você memorizá-lo. Apenas há alíquotas inferiores.

É correto afirmar que o contribuinte individual, que presta serviço a empresa, tem retido 20% de sua remuneração respeitado o teto previdenciário. (E)

O contribuinte individual, que presta serviço a empresa, tem retido 11% de sua remuneração respeitado o teto previdenciário. Lei 8212, artigo 21, I, parágrafo 2.

:: DEPENDENTES

É correto afirmar que são dependentes de primeira classe, do segurado falecido, os pais deste desde que comprovem dependência econômica. (   )

A dependência econômica do menor sob guarda, quando dependente do segurado falecido, deve ser comprovada. (   )

Aparecida, 14 anos, irmã não emancipada de Josevaldo, dependente economicamente deste desde o nascimento. Josevaldo, segurado do RGPS, sem filhos e sem companheira, morre após ter contraído uma grave pneumonia. É correto afirmar que Aparecida terá direito a receber pensão por morte de Josevaldo até completar 21 anos. (   )

Acerca dos dependentes do RGPS é correto afirmar que a existência de dependente de primeira classe exclui do direito às prestações aos dependentes de segunda classe. (   )

O enteado e o menor sob guarda, equiparam-se a filho mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica deste. (   )

Josefa, 17 anos, depende economicamente de seu irmão Nilton, segurado obrigatório do RGPS. Certo dia, instalando uma antena na laje de casa, Nilton morre eletrocutado. Não tendo Nilton outros dependentes, Josefa passa a receber pensão por morte. Aos 18 anos, Josefa contraiu matrimônio e se emancipou. É correto afirmar que o referido benefício gozado por Josefa será cessado após a sua emancipação. (   )

São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho emancipado de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido. (   )

Acerca dos dependentes dos segurados do RGPS, os dependentes de classes distintas concorrem em igualdade de condições. (   )

Carla, 17 anos, acaba de saber que seu pai, Milton, segurado obrigatório do RGPS, acaba de falecer. É correto afirmar que Carla é dependente de Milton e receberá pensão por morte até que complete 24 anos ou conclua ensino superior. (   )

Dirceu, segurado obrigatório do RGPS, foi condenado a 10 anos de reclusão em regime fechado. É comprovado que ele é segurado de baixa renda, porém sua filha, Maria Antônia de 18 anos, não é considerada baixa renda. É correto afirmar que prescinde o direito de Maria Antônia receber auxílio-reclusão em virtude do cárcere de Dirceu. (   )

Acerca dos dependentes dos segurados do RGPS é correto afirmar que a dependência do enteado do segurado é presumida. (   )

No RGPS, considera-se companheira ou companheiro a pessoa que mantenha união estável com o segurado ou segurada por no mínimo 2 anos. (   )

A perda da qualidade de dependente findará pela cessação da invalidez. (   )

Flávio, segurado obrigatório do RGPS, morreu em virtude de um acidente de avião. Dona Lourdes, sua mãe, era a única familiar de Flávio. É correto afirmar que a dependência econômica de Dona Lourdes é presumida. (   )

Acerca dos dependentes dos segurados do RGPS é correto afirmar que a dependência do ex-cônjuge do segurado é presumida. (   )

:: GABARITO COMENTADO

É correto afirmar que são dependentes de primeira classe, do segurado falecido, os pais deste desde que comprovem dependência econômica. (E)

Os pais são dependentes de SEGUNDA classe. Lei 8213, artigo 16, II.

A dependência econômica do menor sob guarda, quando dependente do segurado falecido, deve ser comprovada. (E)

A dependência econômica a ser comprovada é a do MENOR SOB TUTELA e não a do menor sob guarda. Este nem sequer é dependente de segurado do RGPS. Lei 8213, artigo 16.

Aparecida, 14 anos, irmã não emancipada de Josevaldo, dependente economicamente deste desde o nascimento. Josevaldo, segurado do RGPS, sem filhos e sem companheira, morre após ter contraído uma grave pneumonia. É correto afirmar que Aparecida terá direito a receber pensão por morte de Josevaldo até completar 21 anos. (C)

Correto. Aparecida é dependente economicamente de Josevaldo, não existem dependentes de primeira e segunda classes e ela não se emancipou antes da concessão do benefício.

Acerca dos dependentes do RGPS é correto afirmar que a existência de dependente de primeira classe exclui do direito às prestações aos dependentes de segunda classe. (C)

Correto. Lei 8213, artigo 16, parágrafo 1.

O enteado e o menor sob guarda, equiparam-se a filho mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica deste. (E)

Lembre-se sempre que o dependente enteado pode ser menor sob TUTELA e não menor sob guarda. É neste ponto que o CESPE tentará confundi-lo. Lei 8213, artigo 16, parágrafo 2.

Josefa, 17 anos, depende economicamente de seu irmão Nilton, segurado obrigatório do RGPS. Certo dia, instalando uma antena na laje de casa, Nilton morre eletrocutado. Não tendo Nilton outros dependentes, Josefa passa a receber pensão por morte. Aos 18 anos, Josefa contraiu matrimônio e se emancipou. É correto afirmar que o referido benefício gozado por Josefa será cessado após a sua emancipação. (E)

Perceba que a emancipação de Josefa ocorreu após o início do recebimento da pensão por morte. Logo, a sua cota parte não será extinta. Lei 8213, artigo 16, III.

São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho emancipado de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido. (E)

O filho deverá estar na condição de NÃO EMANCIPADO. Decreto 3048, artigo 16, I.

Acerca dos dependentes dos segurados do RGPS, os dependentes de classes distintas concorrem em igualdade de condições. (E)

Existe uma "hierarquia" entre as três classes de dependentes no RGPS. Os dependentes de uma mesma classe concorrem em igualdade de condições, mas, por exemplo, o direito do dependente de classe dois é extinto havendo dependente de classe um. Decreto 3048, artigo 16, parágrafo 1.

Carla, 17 anos, acaba de saber que seu pai, Milton, segurado obrigatório do RGPS, acaba de falecer. É correto afirmar que Carla é dependente de Milton e receberá pensão por morte até que complete 24 anos ou conclua ensino superior. (E)

Carla, nestas condições, receberá pensão por morte até completar 21 anos de idade. Decreto 3048, artigo 16, I.

Dirceu, segurado obrigatório do RGPS, foi condenado a 10 anos de reclusão em regime fechado. É comprovado que ele é segurado de baixa renda, porém sua filha, Maria Antônia de 18 anos, não é considerada baixa renda. É correto afirmar que prescinde o direito de Maria Antônia receber auxílio-reclusão em virtude do cárcere de Dirceu. (E)

Maria Antônia terá direito a receber auxílio-reclusão. Observe que a condição de baixa renda deve partir do SEGURADO.

Acerca dos dependentes dos segurados do RGPS é correto afirmar que a dependência do enteado do segurado é presumida. (E)

O enteado deve ter comprovada a sua dependência econômica com o segurado. Decreto 3048, artigo 16, parágrafo 3.

No RGPS, considera-se companheira ou companheiro a pessoa que mantenha união estável com o segurado ou segurada por no mínimo 2 anos. (E)

Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que mantenha união estável com o segurado ou segurada. Apenas é preciso comprovar a união estável por 2 anos, quanto às condições exigidas de 18 contribuições e 2 anos de união estável, para o dependente cônjuge ou companheiro se enquadrar na tabela IDADExTEMPO ou recebimento por 4 meses na pensão por morte. Lei 8213, artigo 77,V,C e Decreto 3048, artigo 16, parágrafo 5.

A perda da qualidade de dependente findará pela cessação da invalidez. (C)

Decreto 3048, artigo 17, IV.

Flávio, segurado obrigatório do RGPS, morreu em virtude de um acidente de avião. Dona Lourdes, sua mãe, era a única familiar de Flávio. É correto afirmar que a dependência econômica de Dona Lourdes é presumida. (E)

A dependência econômica dos pais, dependentes de classe dois, deve ser comprovada. Decreto 3048, artigo 16, parágrafo 7.

Acerca dos dependentes dos segurados do RGPS é correto afirmar que a dependência do ex-cônjuge do segurado é presumida. (E)

Deve ser comprovada a prestação de alimentos.

:: CARÊNCIA

O salário-maternidade pago à segurada empregada, à segurada doméstica e à segurada avulsa, a pensão por morte para os dependentes do segurado prescindem de carência.
(   )

Havendo perda da qualidade de segurado, as contribuições anteriores só serão computadas para efeito de carência depois que o segurado contar, a partir da nova filiação à previdência social, com, no mínimo, um terço do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício a ser requerido. (   )

A carência necessária para a concessão do benefício da aposentadoria por invalidez segue os mesmos moldes da aposentadoria por idade. (   )

A concessão do benefício de auxílio-doença, em regra, exige período de carência de dez contribuições mensais. Todavia, a lei prevê casos em que a concessão do referido benefício independe de carência, entre os quais se inclui a situação na qual o segurado venha a ser vítima de moléstia profissional ou do trabalho. (   )

De acordo com a legislação previdenciária, o período de carência corresponde ao número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o segurado faça jus ao benefício aposentadoria por idade é de 180 contribuições mensais. (   )

A carência é contada, nos casos dos segurados empregados, empregados domésticos e dos trabalhadores avulsos, a partir da data de filiação ao RGPS, enquanto que, no caso do segurado facultativo, conta-se a carência a partir da data do efetivo pagamento da primeira contribuição sem atraso. (   )

Se uma empregada doméstica estiver devidamente inscrita na previdência social, será considerado, para efeito do início da contagem do período de carência dessa segurada, o dia em que sua carteira de trabalho tenha sido assinada. (   )

Júlia, segurada especial, teve o seu primeiro filho no dia 21 de agosto de 2017. É correto afirmar que, ao ter comprovado o efetivo exercício de atividade nos 12 meses anteriores ao nascimento da criança, Júlia terá direito ao benefício salário maternidade. (   )

Jaime, segurado empregado do regime geral da previdência social, teve sua capacidade laborativa reduzida por sequelas decorrentes de grave acidente. Nessa situação, não haverá carência para que Jaime receba o benefício de auxílio acidente. (   )

A concessão de auxílio-doença independe de carência nos casos em que o segurado ficar incapacitado para seu trabalho por mais de trinta dias consecutivos devido a alguma doença profissional ou a um acidente de qualquer natureza. (   )

Para fazer jus à aposentadoria por idade prevista no RGPS, como professor, deve o requerente comprovar ter exercido, exclusivamente, a referida atividade por 30 anos , se homem, e 25 anos, se mulher. (   )

Vitória, contribuinte individual, há oito meses fez sua inscrição na previdência social passando a recolher regularmente as suas contribuições mensais. Dois meses depois da inscrição, descobriu que estava grávida de 1 mês, vindo seu filho a nascer, prematuramente, com sete meses. Nessa situação, não há nada que impeça Vitória de receber o salário-maternidade, pois a carência do benefício será reduzida na quantidade de meses em que o parto foi antecipado. (   )

Samuel, segurado facultativo do RGPS, havia recolhido dez contribuições mensais quando, devido a crise financeira do país, teve de deixar de recolher novas contribuições durante onze meses. Após se restabelecer financeiramente, Samuel voltou a contribuir, mas, após quatro meses de contribuição, ele foi acometido por uma doença que o incapacitou por vinte dias. Nessa situação, embora a doença de Samuel exija carência para o gozo do benefício de auxílio-doença, este perceberá o referido auxílio devido ao fato de ter readquirido a qualidade de segurado a partir do recolhimento de metade do número de contribuições exigidas para o gozo do auxílio-doença. (   )

Caso ocorra a perda da qualidade de segurado, as contribuições anteriores à perda não poderão ser computadas para efeito de carência. (   )

É correto afirmar que não há carência para o benefício auxílio-reclusão requerido pelo segurado de baixa renda. (   )

:: GABARITO COMENTADO

O salário-maternidade pago à segurada empregada, à segurada doméstica e à segurada avulsa, a pensão por morte para os dependentes do segurado prescindem de carência. (C)

Os referidos benefícios dispensam carência. Decreto 3048, artigo 30.

Havendo perda da qualidade de segurado, as contribuições anteriores só serão computadas para efeito de carência depois que o segurado contar, a partir da nova filiação à previdência social, com, no mínimo, um terço do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício a ser requerido. (E)

Lei 8213/91 Art. 27-A. No caso de perda da qualidade de segurado, para efeito de carência para a concessão dos benefícios de que trata esta Lei, o segurado deverá contar, a partir da nova filiação à Previdência Social, com METADE dos períodos previstos nos incisos I e III do caput do art. 25 desta Lei.

A carência necessária para a concessão do benefício da aposentadoria por invalidez segue os mesmos moldes da aposentadoria por idade. (E)

A aposentadoria por invalidez tem carência de 12 meses e a aposentadoria por idade 180 contribuições mensais. Decreto 3048, artigo 29.

A concessão do benefício de auxílio-doença, em regra, exige período de carência de dez contribuições mensais. Todavia, a lei prevê casos em que a concessão do referido benefício independe de carência, entre os quais se inclui a situação na qual o segurado venha a ser vítima de moléstia profissional ou do trabalho. (E)

O auxílio doença exige 12 meses de carência e não 10 meses. Decreto 3048, artigo 29, I.

De acordo com a legislação previdenciária, o período de carência corresponde ao número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o segurado faça jus ao benefício aposentadoria por idade é de 180 contribuições mensais. (C)

Decreto 3048, artigo 29, II.

A carência é contada, nos casos dos segurados empregados, empregados domésticos e dos trabalhadores avulsos, a partir da data de filiação ao RGPS, enquanto que, no caso do segurado facultativo, conta-se a carência a partir da data do efetivo pagamento da primeira contribuição sem atraso. (C)

Esta foi uma alteração trazida pela Lei Complementar 150/2015 onde inclui o empregado doméstico no rol dos segurados que possuem carência a partir da data de filiação ao RGPS. Lei 8213, artigo 27.

Se uma empregada doméstica estiver devidamente inscrita na previdência social, será considerado, para efeito do início da contagem do período de carência dessa segurada, o dia em que sua carteira de trabalho tenha sido assinada. (E)

Hoje, o empregado doméstico goza da automaticidade de suas contribuições. A sua filiação, o seu exercício de atividade laboral é o suficiente e não a comprovação por sua carteira de trabalho assinada. Lei 8213, artigo 27.

Júlia, segurada especial, teve o seu primeiro filho no dia 21 de agosto de 2017. É correto afirmar que, ao ter comprovado o efetivo exercício de atividade nos 12 meses anteriores ao nascimento da criança, Júlia terá direito ao benefício salário maternidade. (C)

Júlia precisava de apenas 10 meses de carência. Com 12, ela terá direito ao benefício pleiteado. Lei 8213, artigo 25, III.

Jaime, segurado empregado do regime geral da previdência social, teve sua capacidade laborativa reduzida por sequelas decorrentes de grave acidente. Nessa situação, não haverá carência para que Jaime receba o benefício de auxílio acidente. (C)

Lei 8213, artigo 26, I. O auxílio acidente dispensa carência.

A concessão de auxílio-doença independe de carência nos casos em que o segurado ficar incapacitado para seu trabalho por mais de trinta dias consecutivos devido a alguma doença profissional ou a um acidente de qualquer natureza. (E)

A Medida Provisória 664 orientou que era necessário que o segurado incapacitado precisasse de 30 dias para buscar o INSS e o pagamento destes 30 primeiros dias eram de responsabilidade da empresa. Porém na conversão da MP 664 em Lei 13.135/15, este prazo voltou ao que era antes, 15 dias.

Para fazer jus à aposentadoria por idade prevista no RGPS, como professor, deve o requerente comprovar ter exercido, exclusivamente, a referida atividade por 30 anos , se homem, e 25 anos, se mulher. (E)

A redução de 5 anos para o professor que exerce sua atividade no ensino infantil, fundamental e médio, refere-se à aposentadoria por tempo de contribuição e não aposentadoria por idade. CF, artigo 40, parágrafo 5.

Vitória, contribuinte individual, há oito meses fez sua inscrição na previdência social passando a recolher regularmente as suas contribuições mensais. Dois meses depois da inscrição, descobriu que estava grávida de 1 mês, vindo seu filho a nascer, prematuramente, com sete meses. Nessa situação, não há nada que impeça Vitória de receber o salário-maternidade, pois a carência do benefício será reduzida na quantidade de meses em que o parto foi antecipado. (C)

Lei 8213, artigo 25, parágrafo único. Em caso de parto antecipado, o período de carência a que se refere o inciso III será reduzido em número de contribuições equivalente ao número de meses em que o parto foi antecipado.

Samuel, segurado facultativo do RGPS, havia recolhido dez contribuições mensais quando, devido a crise financeira do país, teve de deixar de recolher novas contribuições durante onze meses. Após se restabelecer financeiramente, Samuel voltou a contribuir, mas, após quatro meses de contribuição, ele foi acometido por uma doença que o incapacitou por vinte dias. Nessa situação, embora a doença de Samuel exija carência para o gozo do benefício de auxílio-doença, este perceberá o referido auxílio devido ao fato de ter readquirido a qualidade de segurado a partir do recolhimento de metade do número de contribuições exigidas para o gozo do auxílio-doença. (E)

Samuel readquiriu a qualidade de segurado a partir do primeiro recolhimento e não como foi exposto na questão. Lei 8213, artigo 27, II.

Caso ocorra a perda da qualidade de segurado, as contribuições anteriores à perda não poderão ser computadas para efeito de carência. (E)

Nos casos das aposentadorias por idade, tempo de contribuição e especial, se o indivíduo tiver implementado os requisitos para estes benefícios, não será considerada a perda da qualidade de segurado. Decreto 3048, artigo 13, parágrafos 5 e 6.

É correto afirmar que não há carência para o benefício auxílio-reclusão requerido pelo segurado de baixa renda. (E)

O direito do auxílio reclusão é do dependente do segurado e não dele mesmo.

:: SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO

É correto afirmar que o total das diárias pagas ao empregado da empresa integra o seu salário de contribuição. (   )

Não integram o salário de contribuição os benefícios da previdência social, exceto o salário família. (   )

É correto afirmar que não integram o salário de contribuição a participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo com lei complementar. (   )

É correto afirmar que as parcelas destinadas à assistência ao trabalhador da agroindústria canavieira não integram o salário de contribuição. (   )

É ilegítima a incidência de contribuição previdenciária sobre o valor relativo a plano educacional, ou bolsa de estudo, que vise à educação básica de empregados e seus dependentes e, desde que vinculada às atividades desenvolvidas pela empresa, à educação profissional e tecnológica de empregados e não seja utilizado em substituição de parcela salarial como também, o valor mensal do plano educacional ou bolsa de estudo, considerado individualmente, não ultrapasse 5% (cinco por cento) da remuneração do segurado a que se destina ou o valor correspondente a uma vez e meia o valor do limite mínimo mensal do salário de contribuição, o que for maior. (   )

É correto afirmar que as gorjetas integram o salário de contribuição do segurado empregado filiado ao RGPS. (   )

Daniela advogava para diversas empresas, sem manter vínculo de emprego, auferindo valores fixos mensais de cada uma delas. Nessa situação, o salário de contribuição de Daniela corresponde à soma de todas as remunerações percebidas, limitada ao teto do Ministro do STF. (   )

Os aposentados do RGPS, assim como os do RPPS não estarão imunes à incidência de contribuição previdenciária sobre seus proventos de aposentadoria. (   )

A contribuição dos segurados especiais para a previdência social, optantes por contribuir como se contribuinte individual fosse, é feita com base na venda de sua produção rural. (   )

Raul é vendedor em uma grande empresa que comercializa tecidos. A título de incentivo, essa empresa oferece aos empregados do setor de produção um plano de previdência privada. Nessa situação, incide contribuição previdenciária sobre os valores pagos, pela empresa, a título de contribuição para a previdência privada, a Raul. (   )

Francisco trabalha em uma empresa onde pagam a ele, a cada mês, um valor referente à participação nos lucros, que é apurado mensalmente. Nessa situação, incide contribuição previdenciária sobre o valor recebido mensalmente por Francisco a título de participação nos lucros. (   )

Adriano trabalha na gerência comercial de uma grande rede de lojas e visita regularmente cada uma das lojas da rede. Para atendimento a necessidades do trabalho que faz durante as viagens, Adriano recebe diárias que excedem, todos os meses, 50% de sua remuneração normal. Nessa situação, não incide contribuição previdenciária sobre os valores recebidos por Adriano a título dessas diárias. (   )

O salário de contribuição do empregado doméstico é o valor correspondente a um salário mínimo, ainda que ele receba mensalmente de seu empregador valor superior. (   )

O salário-família, o salário maternidade e o auxilio acidente não integram a base da contribuição previdenciária de segurado do RGPS. (   )

É correto afirmar que a ajuda de custo recebida pelo trabalhador, em parcela única, exclusivamente, em decorrência de local de trabalho, não incide contribuição previdenciária.
(   )

:: GABARITO COMENTADO

É correto afirmar que o total das diárias pagas ao empregado da empresa integra o seu salário de contribuição. (E)

Lei 8212, artigo 28, parágrafo 8 foi revogado pela Lei 13.467/2017, logo os valores recebidos em diárias não incidem salário de contribuição.

Não integram o salário de contribuição os benefícios da previdência social, exceto o salário família. (E)

Dos benefícios previdenciário apenas o salário MATERNIDADE integra o salário de contribuição do segurado. Lei 8212, artigo 28, parágrafo 2.

É correto afirmar que não integram o salário de contribuição a participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo com lei complementar. (E)

De acordo com lei específica. Lei 8212, artigo 28, parágrafo 9, j.

É correto afirmar que as parcelas destinadas à assistência ao trabalhador da agroindústria canavieira não integram o salário de contribuição. (C)

Lei 8212, artigo 28, parágrafo 9, o.

É ilegítima a incidência de contribuição previdenciária sobre o valor relativo a plano educacional, ou bolsa de estudo, que vise à educação básica de empregados e seus dependentes e, desde que vinculada às atividades desenvolvidas pela empresa, à educação profissional e tecnológica de empregados e não seja utilizado em substituição de parcela salarial como também, o valor mensal do plano educacional ou bolsa de estudo, considerado individualmente, não ultrapasse 5% (cinco por cento) da remuneração do segurado a que se destina ou o valor correspondente a uma vez e meia o valor do limite mínimo mensal do salário de contribuição, o que for maior. (C)

Lei 8212, artigo 28, parágrafo 9, t.

É correto afirmar que as gorjetas integram o salário de contribuição do segurado empregado filiado ao RGPS. (C)

Lei 8212, artigo 2, I. As gorjetas integram o salário de contribuição do segurado empregado filiado ao RGPS.

Daniela advogava para diversas empresas, sem manter vínculo de emprego, auferindo valores fixos mensais de cada uma delas. Nessa situação, o salário de contribuição de Daniela corresponde à soma de todas as remunerações percebidas, limitada ao teto do Ministro do STF. (E)

O salário de contribuição de Daniela corresponde à soma de todas as remunerações percebidas, limitada ao teto PREVIDENCIÁRIO.

Os aposentados do RGPS, assim como os do RPPS não estarão imunes à incidência de contribuição previdenciária sobre seus proventos de aposentadoria. (E)
Não há incidência de contribuição previdenciária para os aposentados do RGPS, mas apenas se estes voltarem a exercer atividade remunerada. No caso do RPPS, há sim incidência de contribuição previdenciária para o RPPS.

A contribuição dos segurados especiais para a previdência social, optantes por contribuir como se contribuinte individual fosse, é feita com base na venda de sua produção rural. (E)

Eles contribuirão como contribuintes individuais fossem. A contribuição estará limitada entre os valores mínimos e máximos previdenciários. Lei 8212, artigo 25, parágrafo 1.

Raul é vendedor em uma grande empresa que comercializa tecidos. A título de incentivo, essa empresa oferece aos empregados do setor de produção um plano de previdência privada. Nessa situação, incide contribuição previdenciária sobre os valores pagos, pela empresa, a título de contribuição para a previdência privada, a Raul. (C)

Só não incidiria se este benefício fosse oferecido à TOTALIDADE dos empregados da empresa, mas, no caso, foi oferecido apenas para os empregados do setor de produção. Logo, incidirá contribuição. Decreto 3048, artigo 214, XV

Francisco trabalha em uma empresa onde pagam a ele, a cada mês, um valor referente à participação nos lucros, que é apurado mensalmente. Nessa situação, incide contribuição previdenciária sobre o valor recebido mensalmente por Francisco a título de participação nos lucros. (C)

Lei 8212, artigo 28, parágrafo 9, j. A Participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo com lei específica. Diz a Lei: Não pode antecipar em mais de duas parcelas por ano e mais de um por trimestre.

Adriano trabalha na gerência comercial de uma grande rede de lojas e visita regularmente cada uma das lojas da rede. Para atendimento a necessidades do trabalho que faz durante as viagens, Adriano recebe diárias que excedem, todos os meses, 50% de sua remuneração normal. Nessa situação, não incide contribuição previdenciária sobre os valores recebidos por Adriano a título dessas diárias. (C)

Lei 8212, artigo 28, parágrafo 8 foi revogado pela Lei 13.467/2017, logo os valores recebidos em diárias não incidem salário de contribuição.

O salário de contribuição do empregado doméstico é o valor correspondente a um salário mínimo, ainda que ele receba mensalmente de seu empregador valor superior. (E)

O salário de contribuição do empregado doméstico, no que se refere a sua contribuição previdenciária é limitado ao teto, mas a sua remuneração não tem limite. Questão totalmente errada.

O salário-família, o salário maternidade e o auxilio acidente não integram a base da contribuição previdenciária de segurado do RGPS. (E)

O salário maternidade é o único benefício previdenciário que integra o salário de contribuição do segurado. Lei 8212, artigo 28, parágrafo 2.

É correto afirmar que a ajuda de custo recebida pelo trabalhador, em parcela única, exclusivamente, em decorrência de local de trabalho, não incide contribuição previdenciária. (C)

Lei 8212, parágrafo 9, g. A ajuda de custo, em parcela única, recebida exclusivamente em decorrência de mudança de local de trabalho do empregado não incide no salário de contribuição do trabalhador.

:: SALÁRIO DE BENEFÍCIO

A renda mensal inicial do salário-maternidade é calculada com base no salário de benefício. ( )

A renda mensal dos benefícios do RGPS, inclusive o salário-maternidade, será calculado com base no salário de benefício. ( )

Em regra, a renda mensal do benefício de prestação continuada que substituir os salários-de-contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado não terá valor inferior ao do salário mínimo, nem superior ao do limite máximo do salário-de-contribuição. ( )

Tonha trabalha como empregada doméstica na casa da família Passos quatro horas diárias recebendo há um ano metade de um salário mínimo por mês. É correto afirma que, caso Tonha requeira auxílio doença no INSS, e seja aprovado o benefício, ela terá direito a receber 91% do seu salário de benefício, ou seja, 91% de meio salário mínimo. ( )

O salário de benefício consiste para as aposentadorias por invalidez e especial, auxílio doença e auxílio acidente na média aritmética simples dos maiores salários de contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo. ( )

O INSS terá até cento e oitenta dias, contados da data do pedido, para fornecer ao segurado as informações constantes do CNIS sobre contribuições e remunerações utilizadas no cálculo do salário de benefício. ( )

Serão considerados para cálculo do salário de benefício os ganhos habituais do segurado empregado, a qualquer título, sob forma de moeda corrente ou de utilidades, sobre os quais tenha incidido contribuição previdenciária. ( )

O fator previdenciário será calculado considerando-se a idade, a expectativa de vida e o tempo de contribuição do segurado ao se aposentar. ( )

No cálculo do salário de benefício serão considerados os salário de contribuição vertidos para regime próprio de previdência social de segurado oriundo desse regime, após a sua filiação ao Regime Geral de Previdência Social. ( )

Em regra, O salário de benefício do segurado especial consiste no valor equivalente ao salário mínimo. ( )

Todos os salários de contribuição utilizados no cálculo do salário de benefício serão corrigidos, mês a mês, de acordo com a inflação, referente ao período decorrido a partir da primeira competência do salário de contribuição que compõe o período básico de cálculo até o mês anterior ao do início do benefício, de modo a preservar o seu valor real. ( )

Rosa sempre contribuiu para a Previdência Social com base em valor equivalente um salário mínimo. Em virtude de ter sido acometida de enfermidade incapacitante, Rosa passou a perceber benefício previdenciário denominado auxílio-doença. Nessa situação, o valor do auxílio-doença de Rosa será equivalente a 91% do valor de seu salário-de-contribuição. (   )

O salário de benefício do segurado que contribui em razão de atividades concomitantes será calculado com base na soma dos salários de contribuição das atividades exercidas até a data do requerimento ou do óbito ou no período básico de cálculo. (   )

É correto afirmar que, dentre os benefícios do RGPS, sempre será pago o valor mínimo de benefício, quando não houver salário de contribuição no período básico de cálculo. (   )

Se, no período básico de cálculo, o segurado tiver recebido benefício por incapacidade, será considerado como salário de contribuição, no período, o salário de benefício que serviu de base para o cálculo da renda mensal, reajustado nas mesmas épocas e nas mesmas bases dos benefícios em geral, não podendo ser inferior ao salário mínimo nem superior ao limite máximo do salário de contribuição. (   )

:: GABARITO COMENTADO

A renda mensal inicial do salário-maternidade é calculada com base no salário de benefício. (E)

O salário maternidade tem fórmulas próprias de cálculo de sua renda mensal.

A renda mensal dos benefícios do RGPS, inclusive o salário-maternidade, será calculado com base no salário de benefício. (E)

O salário maternidade tem fórmulas próprias de cálculo de sua renda mensal.

Em regra, a renda mensal do benefício de prestação continuada que substituir os salários-de-contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado não terá valor inferior ao do salário mínimo, nem superior ao do limite máximo do salário-de-contribuição. (C)

CF, artigo 201, parágrafo2. Excetua à regra os caso de salário maternidade limitados até o subsídio do Ministro do STF r o adicional de 25% pago ao aposentado por invalidez que será abordado em tópico próprio.

Tonha trabalha como empregada doméstica na casa da família Passos quatro horas diárias recebendo há um ano metade de um salário mínimo por mês. É correto afirma que, caso Tonha requeira auxílio doença no INSS, e seja aprovado o benefício, ela terá direito a receber 91% do seu salário de benefício, ou seja, 91% de meio salário mínimo.

(E)

A Lei Complementar 150 permite que o empregador pague ao seu empregado doméstico valores abaixo do salário mínimo pelo número de horas trabalhadas, porém a Constituição Federal em seu artigo 201, parágrafo 2 nos orienta que nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

O salário de benefício consiste para as aposentadorias por invalidez e especial, auxílio doença e auxílio acidente na média aritmética simples dos maiores salários de contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo. (C)

Decreto 3048, artigo 31, II

O INSS terá até cento e oitenta dias, contados da data do pedido, para fornecer ao segurado as informações constantes do CNIS sobre contribuições e remunerações utilizadas no cálculo do salário de benefício. (C)

Decreto 3048, artigo 31, parágrafo único.

Serão considerados para cálculo do salário de benefício os ganhos habituais do segurado empregado, a qualquer título, sob forma de moeda corrente ou de utilidades, sobre os quais tenha incidido contribuição previdenciária. (C)

Decreto 3048, artigo 32, parágrafo 4.

O fator previdenciário será calculado considerando-se a idade, a expectativa de vida e o tempo de contribuição do segurado ao se aposentar. (E)

É muito comum o concurseiro considerar a expectativa de VIDA como sinônimo de expectativa de SOBREVIDA. Para alguns, elas são sinônimo e significam a esperança de vida do brasileiro avaliada por tábua pelo IBGE, mas para a sua prova, não esqueça: SOBREVIDA. Decreto 3048, artigo 32, parágrafo 11.

No cálculo do salário de benefício serão considerados os salário de contribuição vertidos para regime próprio de previdência social de segurado oriundo desse regime, após a sua filiação ao Regime Geral de Previdência Social. (C)

Decreto 3048, artigo 32, parágrafo 15

Em regra, o salário de benefício do segurado especial consiste no valor equivalente ao salário mínimo. (C)

Em regra, o segurado especial recebe um salário mínimo em seus benefícios, mas para aquele segurado especial que verte suas contribuições facultativamente como se um contribuinte individual fosse, ele poderá ter benefícios no valor de até o teto previdenciário.

Todos os salários de contribuição utilizados no cálculo do salário de benefício serão corrigidos, mês a mês, de acordo com a inflação, referente ao período decorrido a partir da primeira competência do salário de contribuição que compõe o período básico de cálculo até o mês anterior ao do início do benefício, de modo a preservar o seu valor real. (E)

Os salários de contribuição utilizados no cálculo do salário de benefício serão corrigidos, mês a mês, de acordo com o INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor). Decreto 3048, artigo 33.

Rosa sempre contribuiu para a Previdência Social com base em valor equivalente um salário mínimo. Em virtude de ter sido acometida de enfermidade incapacitante, Rosa passou a perceber benefício previdenciário denominado auxílio-doença. Nessa situação, o valor do auxílio-doença de Rosa será equivalente a 91% do valor do salário-de-contribuição. (E)

O valor do auxílio-doença de Rosa será equivalente a 91% do valor de seu salário de benefício. Os seus salários de contribuição comporão o cálculo do salário de benefício.

O salário de benefício do segurado que contribui em razão de atividades concomitantes será calculado com base na soma dos salários de contribuição das atividades exercidas até a data do requerimento ou do óbito ou no período básico de cálculo. (C)

Decreto 3048, artigo 34.

É correto afirmar que, dentre os benefícios do RGPS, sempre será pago o valor mínimo de benefício, quando não houver salário de contribuição no período básico de cálculo. (E)

Exceto para o salário família e o auxílio acidente será pago o valor mínimo de benefício, quando não houver salário de contribuição no período básico de cálculo. Decreto 3048, artigo 32, parágrafo 7.

Se, no período básico de cálculo, o segurado tiver recebido benefício por incapacidade, será considerado como salário de contribuição, no período, o salário de benefício que serviu de base para o cálculo da renda mensal, reajustado nas mesmas épocas e nas mesmas bases dos benefícios em geral, não podendo ser inferior ao salário mínimo nem superior ao limite máximo do salário de contribuição. (C)

Decreto 3048, artigo 32, parágrafo 6.

:: CONTAGEM RECÍPROCA

O segurado do RGPS que houver contribuído por dez anos para o INSS e houver perdido a qualidade de segurado não poderá ter esse tempo de contribuição averbado no serviço público federal. (   )

Para efeito de aposentadoria, é admissível a contagem recíproca dos tempos de contribuição prestada no serviço público federal, hipótese em que os esses regimes se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei. (   )

Gerson trabalha como Técnico do Seguro Social durante a manhã e tarde e dá aulas de Zumba à noite em uma academia da cidade onde reside. É correto afirmar que, as atividades realizadas concomitantemente em empresa privada e no serviço público poderão ser reciprocamente consideradas, e os respectivos tempos de contribuição, averbados para efeito de aposentadoria. (   )

No que respeita à contagem recíproca, é correto afirmar que o tempo de serviço anterior ou posterior à obrigatoriedade de filiação à previdência social será contado mediante indenização da contribuição correspondente ao período respectivo, desde que com acréscimo de juros moratórios de 0,5% ao mês, capitalizados, mensalmente, e multa de 10%. (   )

Lázaro, servidor público federal da Caixa Econômica Federal passou em concurso público no Banco do Brasil e lá entrou em exercício. É correto afirmar que a Lázaro é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na atividade privada e do tempo de serviço na administração pública, hipótese em que os diferentes sistemas de previdência social se compensarão financeiramente. (   )

:: GABARITO COMENTADO

O segurado do RGPS que houver contribuído por dez anos para o INSS e houver perdido a qualidade de segurado não poderá ter esse tempo de contribuição averbado no serviço público federal. (E)

O segurado que houver contribuído por dez anos para o INSS e houver perdido a qualidade de segurado PODERÁ ter esse tempo de contribuição averbado no serviço público federal mesmo que anterior à perda da qualidade de segurado. Lei 8213, artigo 55.

Para efeito de aposentadoria, é admissível a contagem recíproca dos tempos de contribuição prestada no serviço público federal, hipótese em que os esses regimes se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei. (C)

Lei 8213, artigo 94.

Gerson trabalha como Técnico do Seguro Social durante a manhã e tarde e dá aulas de Zumba à noite em uma academia da cidade onde reside. É correto afirmar que, as atividades realizadas concomitantemente em empresa privada e no serviço público poderão ser reciprocamente consideradas, e os respectivos tempos de contribuição, averbados para efeito de aposentadoria. (E)

Lei 8213, artigo 96, II. É vedada a contagem de tempo de serviço público com o de atividade privada, quando concomitantes.

No que respeita à contagem recíproca, é correto afirmar que o tempo de serviço anterior ou posterior à obrigatoriedade de filiação à previdência social será contado mediante indenização da contribuição correspondente ao período respectivo, desde que com acréscimo de juros moratórios de 0,5% ao mês, capitalizados, mensalmente, e multa de 10%. (E)

O texto está quase todo certinho, mas a capitalização é anual e não mensal. Lei 8213, artigo 96, IV.

Lázaro, servidor público federal da Caixa Econômica Federal passou em concurso público no Banco do Brasil e lá entrou em exercício. É correto afirmar que a Lázaro é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na atividade privada e do tempo de serviço na administração pública, hipótese em que os diferentes sistemas de previdência social se compensarão financeiramente. (E)

Uma questão muito mais de Direito Administrativo que Direito Previdenciário, mas como noções de Direito Administrativo também faz parte de sua prova... Caixa Econômica Federal é empresa pública e está regida pelo RGPS assim como o Banco do Brasil que é uma sociedade de economia mista. Logo, não há o que se falar em contagem recíproca, visto que os dois banco são previdenciariamente regidos pelo RGPS.

:: RENDA MENSAL

O segurado empregado doméstico que tenha cumprido todas as condições para a concessão do benefício pleiteado, mas não possa comprovar o valor dos seus salários de contribuição no período básico de cálculo, será concedido o benefício de valor mínimo, devendo esta renda ser recalculada quando da apresentação de prova dos salários de contribuição. (   )

É devido abono anual ao segurado em gozo de salário família devendo este ser calculado pela média dos proventos pagos durante o ano ao segurado. (   )

Os professores, após trinta anos de trabalho, têm direito à aposentadoria por tempo de contribuição, com renda mensal correspondente à totalidade de seu salário-benefício. (   )

É correto afirmar que a renda mensal do benefício aposentadoria por idade é igual a 70% do salário de benefício mais 1% deste a cada grupo de 12 contribuições não podendo ultrapassar 100%. (   )

É correto afirmar que a renda mensal da aposentadoria por invalidez corresponde a 91% do salário de benefício. (   )

No cálculo do valor da renda mensal do benefício, serão computados para o segurado facultativo os salários-de-contribuição referentes aos meses de contribuições efetivamente recolhidas. (   )

Apenas para o segurado empregado e o trabalhador avulso, o valor mensal do auxílio-acidente será considerado como salário de contribuição para fins de concessão de qualquer aposentadoria. (   )

Considere que Josué seja um segurado do RGPS de baixa renda que ainda não se aposentou e tenha sido condenado pela prática de crime que determinou o início do cumprimento da pena em regime fechado. É correto afirmar que a renda mensal inicial do auxílio-reclusão devida aos seus dependentes é calculada de acordo com o modelo de cálculo a ser utilizado em caso de aposentadoria por invalidez. (   )

O auxílio-doença deve ser equivalente a uma renda mensal igual a 90% do salário de benefício. (   )

A renda mensal de qualquer benefício não deve ser inferior a um salário mínimo. (   )

:: GABARITO COMENTADO

O segurado empregado doméstico que tenha cumprido todas as condições para a concessão do benefício pleiteado, mas não possa comprovar o valor dos seus salários de contribuição no período básico de cálculo, será concedido o benefício de valor mínimo, devendo esta renda ser recalculada quando da apresentação de prova dos salários de contribuição. (C)

A Lei Complementar 150 alterou o artigo 35 da lei de benefícios incluindo o empregado doméstico na automaticidade previdenciária. Lei 8213, artigo 35. Ao segurado empregado, inclusive o doméstico, e ao trabalhador avulso que tenham cumprido todas as condições para a concessão do benefício pleiteado, mas não possam comprovar o valor de seus salários de contribuição no período básico de cálculo, será concedido o benefício de valor mínimo, devendo esta renda ser recalculada quando da apresentação de prova dos salários de contribuição.

É devido abono anual ao segurado em gozo de salário família devendo este ser calculado pela média dos proventos pagos durante o ano ao segurado. (E)

Não é devido abono anual para o segurado em gozo do benefício salário família. Lei 8213, artigo 40.

Os professores, após trinta anos de trabalho, têm direito à aposentadoria por tempo de contribuição, com renda mensal correspondente à totalidade de seu salário-benefício. (E)

Nem todos os professores têm direito a referida redução e deve-se exercer a atividade, exclusivamente, nesta profissão. Leva-se em consideração, também, as atividade de coordenação e direção na área de ensino. Lei 8213, artigo 56, O professor, após 30 (trinta) anos, e a professora, após 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício em funções de magistério poderão aposentar-se por tempo de serviço, com renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III deste Capítulo.

É correto afirmar que a renda mensal do benefício aposentadoria por idade é igual a 70% do salário de benefício mais 1% deste a cada grupo de 12 contribuições não podendo ultrapassar 100%. (C)

Lei 8213, artigo 50.

É correto afirmar que a renda mensal da aposentadoria por invalidez corresponde a 91% do salário de benefício. (E)

Confunde-se na questão o percentual da renda mensal do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez. Lei 8213, artigo 44. A aposentadoria por invalidez, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício.

No cálculo do valor da renda mensal do benefício, serão computados para o segurado facultativo os salários-de-contribuição referentes aos meses de contribuições efetivamente recolhidas. (C)

Lei 8213, artigo 34, III.

Apenas para o segurado empregado e o trabalhador avulso, o valor mensal do auxílio-acidente será considerado como salário de contribuição para fins de concessão de qualquer aposentadoria. (E)

Lei 8213, artigo 34, II. Para o segurado empregado, inclusive o doméstico, o trabalhador avulso e o segurado especial, o valor mensal do auxílio-acidente, considerado como salário de contribuição para fins de concessão de qualquer aposentadoria. Logo, a questão subtraiu o empregado doméstico (incluído pela Lei Complementar 150) e o segurado especial no cálculo do salário de contribuição para fins de concessão de qualquer aposentadoria,o valor mensal do auxílio acidente.

Considere que Josué seja um segurado do RGPS de baixa renda que ainda não se aposentou e tenha sido condenado pela prática de crime que determinou o início do cumprimento da pena em regime fechado. É correto afirmar que a renda mensal inicial do auxílio-reclusão devida aos seus dependentes é calculada de acordo com o modelo de cálculo a ser utilizado em caso de aposentadoria por invalidez. (C)

Decreto 3048, artigo 39, parágrafo 3. O valor mensal da pensão por morte ou do auxílio reclusão será de cem por cento do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data de seu falecimento, observado o disposto no § 8º do art. 32.

O auxílio-doença deve ser equivalente a uma renda mensal igual a 90% do salário de benefício. (E)

Essa é mamão com açúcar, não é? A renda mensal do auxílio doença é de 91% do salário de benefício.

A renda mensal de qualquer benefício não deve ser inferior a um salário mínimo. (E)

Apenas a renda mensal dos benefícios que substituem a renda mensal não deve ser inferior a um salário mínimo. Por exemplo, o salário família e o auxílio acidente não substituem, logo, podem ser inferiores ao salário mínimo.

:: APOSENTADORIA POR IDADE

Assim como na aposentadoria por tempo de contribuição, o fator previdenciário na aposentadoria por idade só será aplicado quando for mais vantajoso ao segurado. ( )

Caso Jurema requeira, em agência da previdência social, aposentadoria por idade, mas apresente documentação incompleta, o servidor do INSS deverá instruí-la acerca da documentação correta a apresentar e emitir exigência de documentação em processo. ( )

Para fazer jus à aposentadoria por idade prevista no RGPS, como trabalhador rural, deve o requerente comprovar, além da carência exigida em lei, ter completado sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta anos de idade, se mulher. ( )

Um indivíduo que tenha perdido a qualidade de segurado fará jus à concessão de aposentadoria por idade ao completar sessenta e cinco anos, se homem, ou sessenta anos, se mulher, caso tenha recolhido o número mínimo de contribuições mensais exigido na data do requerimento desse benefício quando ele ainda mantinha a qualidade de segurado. ( )

Considere que Vilma, com 55 anos de idade, perdeu o emprego há quatro anos e não conseguiu retornar ao mercado de trabalho, perdendo, por isso, a qualidade de segurado do RGPS, apesar de ter contribuído por mais de 16 anos. Nessa situação hipotética, Vilma poderá requerer o benefício de aposentadoria por idade pelo fato de ter contribuído por tempo superior à carência. ( )

A aposentadoria por idade será devida ao segurado empregado, inclusive o doméstico, a partir da data do desligamento do emprego, quando requerida até essa data ou até 30 dias depois dela. ( )

A aposentadoria por idade é devida ao segurado empregado, contribuinte individual e facultativo, a partir da data do desligamento do emprego, quando requerida até essa data ou até 90 dias depois dela. ( )

A aposentadoria por idade pode ser requerida pela empresa, desde que o segurado empregado tenha cumprido o período de carência e completado 75 anos de idade para ambos os sexos, sendo compulsória, caso em que será garantida ao empregado a indenização prevista na legislação trabalhista, considerada como data da rescisão do contrato de trabalho a imediatamente anterior à do início da aposentadoria. ( )

Para fins de aposentadoria por idade, é necessário que o trabalhador rural comprove apenas a atividade rurícola contínua, no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo ou judicial, por período equivalente a 15 anos de carência. ( )

Segurado especial, na condição de trabalhador rural, faz jus à percepção de aposentadoria por idade, uma vez cumprido o período de carência. ( )

Para a concessão da aposentadoria por idade rural, o tamanho da propriedade rural não é capaz, por si só, de descaracterizar o segurado especial e, consequente, redução de 5 anos na idade, se preenchidos os demais requisitos. ( )

Para a concessão de aposentadoria rural por idade, não se exige que o início de prova material corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício, sendo que, para a comprovação de tempo de serviço rural, é indispensável documento em nome do próprio interessado. (   )

Os aposentados do RGPS deverão contribuir para o financiamento desse mesmo regime com proventos de seus respectivos benefícios. (   )

O salário-de-benefício da aposentadoria por idade é apurado pela média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário. (   )

O segurado que, aposentado sob o RGPS, permanecer em atividade sujeita a esse regime, ou a ele retornar, terá direito, dentre outros benefícios, ao salário maternidade. (   )

:: GABARITO COMENTADO

Assim como na aposentadoria por tempo de contribuição, o fator previdenciário na aposentadoria por idade só será aplicado quando for mais vantajoso ao segurado. (E)

Na aposentadoria por tempo de contribuição, o fator previdenciário é OBRIGATÓRIO, quando o segurado não obtiver os pontos necessários da nova regra do 85/95 advindo da Lei 13.183/15.

Caso Jurema requeira, em agência da previdência social, aposentadoria por idade, mas apresente documentação incompleta, o servidor do INSS deverá instruí-la acerca da documentação correta a apresentar e emitir exigência de documentação em processo. (C)

O servidor do INSS irá identificá-la e tomar a providência cabíveis para dar continuidade no processo concessório. Lei 8213, artigo 105.

Para fazer jus à aposentadoria por idade prevista no RGPS, como trabalhador rural, deve o requerente comprovar, além da carência exigida em lei, ter completado sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta anos de idade, se mulher. (E)

Primeiro que o requerente deve, em regra, comprovar o efetivo exercício de sua atividade rural por no mínimo 15 anos e segundo que é exigido a mulher trabalhadora rural, no mínimo, 55 anos de idade e não 50.

Um indivíduo que tenha perdido a qualidade de segurado fará jus à concessão de aposentadoria por idade ao completar sessenta e cinco anos, se homem, ou sessenta anos, se mulher, caso tenha recolhido o número mínimo de contribuições mensais exigido na data do requerimento desse benefício quando ele ainda mantinha a qualidade de segurado. (C)

Decreto 3048, artigo 13, parágrafo 6.

Considere que Vilma, com 55 anos de idade, perdeu o emprego há quatro anos e não conseguiu retornar ao mercado de trabalho, perdendo, por isso, a qualidade de segurado do RGPS, apesar de ter contribuído por mais de 16 anos. Nessa situação hipotética, Vilma poderá requerer o benefício de aposentadoria por idade pelo fato de ter contribuído por tempo superior à carência. (E)

Lembre-se que Vilma, mulher, na aposentadoria por idade, precisa de, ao menos, 60 anos de idade e, no mínimo, 180 contribuições mensais. Logo, ela não tem a idade necessária para a concessão da aposentadoria, apesar de ter o tempo de contribuição suficiente. Decreto 3048, artigo 51.

A aposentadoria por idade será devida ao segurado empregado, inclusive o doméstico, a partir da data do desligamento do emprego, quando requerida até essa data ou até 30 dias depois dela. (E)

Lei 8213, artigo 49, da data do desligamento do emprego, quando requerida até essa data ou até 90 (noventa) dias depois dela.

A aposentadoria por idade é devida ao segurado empregado, contribuinte individual e facultativo, a partir da data do desligamento do emprego, quando requerida até essa data ou até 90 dias depois dela. (E)

Para o contribuinte individual e facultativo é a partir da data do requerimento. Lei 8213, artigo 49, II.

A aposentadoria por idade pode ser requerida pela empresa, desde que o segurado empregado tenha cumprido o período de carência e completado 75 anos de idade para ambos os sexos, sendo compulsória, caso em que será garantida ao empregado a indenização prevista na legislação trabalhista, considerada como data da rescisão do contrato de trabalho a imediatamente anterior à do início da aposentadoria. (E)

A aposentadoria por idade pode ser requerida pela empresa, desde que o segurado empregado tenha cumprido o período de carência e completado 70 (setenta) anos de idade, se do sexo masculino, ou 65 (sessenta e cinco) anos, se do sexo feminino. Lei 8213, artigo 51.

Para fins de aposentadoria por idade, é necessário que o trabalhador rural comprove apenas a atividade rurícola contínua, no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo ou judicial, por período equivalente a 15 anos de carência. (E)

Além da comprovação da atividade poder ser descontínua, exige-se também a idade mínima que para homem é de 60 anos e 55 para mulher.

Segurado especial, na condição de trabalhador rural, faz jus à percepção de aposentadoria por idade, uma vez cumprido o período de carência. (E)

Os requisitos são completos (idade + exercício de atividade rural mínimo de 15 anos contínuo ou não).

Para a concessão da aposentadoria por idade rural, o tamanho da propriedade rural não é capaz, por si só, de descaracterizar o segurado especial e, consequente, redução de 5 anos na idade, se preenchidos os demais requisitos. (E)

O tamanho da propriedade é condição para enquadrar o segurado como segurado especial ou segurado contribuinte individual. Caso a propriedade tenha mais de 4 módulos fiscais, o segurado será classificado na categoria de CONTRIBUINTE INDIVIDUAL e abaixo de 4 módulos fiscais, SEGURADO ESPECIAL.

Para a concessão de aposentadoria rural por idade, não se exige que o início de prova material corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício, sendo que, para a comprovação de tempo de serviço rural, é dispensável documento em nome do próprio interessado. (C)

Assertiva correta. No caso de um membro do grupo familiar solteiro, as terras do pai ou mãe servem de prova para ele e assim como a documentação daqueles.

Os aposentados do RGPS deverão contribuir para o financiamento desse mesmo regime com proventos de seus respectivos benefícios. (E)

Os aposentados do RGPS, apenas contribuem caso retornem à atividade. Lei 8213, artigo 18, parágrafo 2.

O salário-de-benefício da aposentadoria por idade é apurado pela média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário. (C)

Entenda que este é o texto do artigo 29, I da Lei 8213. A concessão do benefício é que terá a aplicação do fator previdenciário caso ele seja mais benéfico para a renda mensal do segurado.

O segurado que, aposentado sob o RGPS, permanecer em atividade sujeita a esse regime, ou a ele retornar, terá direito, dentre outros benefícios, ao salário maternidade. (C)

Decreto 3048, artigo 103.

:: APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, apenas em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição. (   )

Sem ressalvas, a doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez. (   )

A aposentadoria por invalidez será devida ao segurado empregado doméstico, a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade ou a partir da entrada do requerimento, se entre o afastamento e a entrada do requerimento decorrerem mais de trinta dias. (   )

A aposentadoria por invalidez, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício. (   )

O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25% e será incorporado na pensão dos seus dependentes em caso de morte o segurado. (   )

A aposentadoria por invalidez é encerrada apenas com a morte do segurado. (   )

Rivelino era empregado em uma empresa, quando por motivos de doença foi aposentado por invalidez. Quatro anos após a concessão do referido benefício, Rivelino, recuperado, teve direito a retornar à função que desempenhava na empresa que trabalhava quando se aposentou. É correto afirmar que a aposentadoria por invalidez de Rivelino será cessada de imediato. (   )

Elriley, contribuinte individual, aposentou-se por invalidez há 3 anos. É correto afirmar que, recuperado, a aposentadoria por invalidez de Elriley será cessada após 3 meses. (   )

Acerca da aposentadoria por invalidez, quando a recuperação for parcial ou ocorrer após 5 anos da concessão da aposentadoria ou ainda quando o segurado for declarado apto para o exercício de trabalho diverso do qual habitualmente exercia, a aposentadoria será mantida, sem prejuízo da volta à atividade, no seu valor integral, durante 12 meses contados da data em que for verificada a recuperação da capacidade. (   )

Antônio, aposentado por invalidez, retornou à sua atividade laboral voluntariamente. Nessa situação, o seu benefício de aposentadoria por invalidez será cancelado a partir da data desse retorno. (   )

O aposentado por invalidez que retornar voluntariamente à atividade terá sua aposentadoria automaticamente cessada, a partir da data do requerimento. (   )

É correto afirmar que independe de carência a concessão de aposentadoria por invalidez ao segurado que, após filiar-se ao RGPS, for acometido de espondiloartrose anquilosante. (   )

A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida, sem ressalvas, ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, ainda que a incapacidade decorra de doença ou lesão anterior à sua filiação ao RGPS. (   )

Dejair sofreu grave acidente que o deixou incapaz para o trabalho, não havendo qualquer condição de reabilitação, conforme exame médico pericial realizado pela previdência social. Nessa situação, Dejair não poderá receber imediatamente o benefício de aposentadoria por invalidez, pois esta somente lhe será concedida após o período de doze meses relativo ao auxílio-doença que Dejair já esteja recebendo. (   )

É correto afirmar que a concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social, podendo o segurado, às custas do INSS, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança. (   )

:: GABARITO COMENTADO

A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, apenas em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição. (E)

Lei 8213, artigo 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença.

Sem ressalvas, a doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez. (E)

Lei 8213, artigo 42, parágrafo 2. quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão poderá conferir aposentadoria por invalidez ao segurado.

A aposentadoria por invalidez será devida ao segurado empregado doméstico, a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade ou a partir da entrada do requerimento, se entre o afastamento e a entrada do requerimento decorrerem mais de trinta dias. (E)

Apesar de inúmeros direitos terem sido igualados entre segurados empregados e empregados doméstico, permanece mantido o texto do artigo 43, I, a da Lei 8213 (início da incapacidade).

A aposentadoria por invalidez, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício. (C)

Lei 8213, artigo 44.

O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25% e será incorporado na pensão dos seus dependentes em caso de morte o segurado. (E)

Não haverá incorporação em pensão por morte ao dependente o valor dos 25% adicionais outrora recebido por segurado em sua aposentadoria por invalidez. Lei 8213, artigo 45.

A aposentadoria por invalidez é encerrada apenas com a morte do segurado. (E)

Existem outras possibilidades de cessação da aposentadoria por invalidez. Por exemplo, com o fim da invalidez com a aptidão do segurado para o trabalho.

Rivelino era empregado em uma empresa, quando por motivos de doença foi aposentado por invalidez. Quatro anos após a concessão do referido benefício, Rivelino, recuperado, teve direito a retornar à função que desempenhava na empresa que trabalhava quando se aposentou. É correto afirmar que a aposentadoria por invalidez de Rivelino será cessada de imediato. (C)

Lei 8213, artigo 47, I,a.

Elriley, contribuinte individual, aposentou-se por invalidez há 3 anos. É correto afirmar que, recuperado, a aposentadoria por invalidez de Elriley será cessada após 3 meses. (C)

Classificado na categoria CONTRIBUINTE INDIVIDUAL, a aposentadoria de Elriley será cessada após tantos meses quantos forem os anos de duração da sua aposentadoria por invalidez. Lei 8213, artigo 47, I,b.

Acerca da aposentadoria por invalidez, quando a recuperação for parcial ou ocorrer após 5 anos da concessão da aposentadoria ou ainda quando o segurado for declarado apto para o exercício de trabalho diverso do qual habitualmente exercia, a aposentadoria será mantida, sem prejuízo da volta à atividade, no seu valor integral, durante 12 meses contados da data em que for verificada a recuperação da capacidade. (E)

Lei 8213, artigo 47, II, a. , A aposentadoria será mantida, sem prejuízo da volta à atividade, no seu valor integral, durante 6 meses contados da data em que for verificada a recuperação da capacidade.

Antônio, aposentado por invalidez, retornou à sua atividade laboral voluntariamente. Nessa situação, o seu benefício de aposentadoria por invalidez será cancelado a partir da data desse retorno. (C)

Lei 8213, artigo 46.

O aposentado por invalidez que retornar voluntariamente à atividade terá sua aposentadoria automaticamente cessada, a partir da data do requerimento. (E)

Decreto 3048, artigo 48. A partir da data do retorno.

É correto afirmar que independe de carência a concessão de aposentadoria por invalidez ao segurado que, após filiar-se ao RGPS, for acometido de espondiloartrose anquilosante. (C)

Lei 8213, artigo 151.

A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida, sem ressalvas, ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, ainda que a incapacidade decorra de doença ou lesão anterior à sua filiação ao RGPS. (E)

Lei 8213, artigo 42, parágrafo 2. Existe ressalva. A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

Dejair sofreu grave acidente que o deixou incapaz para o trabalho, não havendo qualquer condição de reabilitação, conforme exame médico pericial realizado pela previdência social. Nessa situação, Dejair não poderá receber imediatamente o benefício de aposentadoria por invalidez, pois esta somente lhe será concedida após o período de doze meses relativo ao auxílio-doença que Dejair já esteja recebendo. (E)

Não é preciso estar em gozo de auxílio doença para gozar da aposentadoria por invalidez! Lei 8213, artigo 42.

É correto afirmar que a concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social, podendo o segurado, às custas do INSS, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança.

(E)

Lei 8213, artigo 42, parágrafo primeiro. O segurado poderá se fazer acompanhar de médico de sua confiança, mas o próprio segurado arcará com as despesas pela contratação do seu médico de confiança.

:: APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Helena, 45 anos, é professora exerceu por 20 anos a sua profissão em unidade escolar e por mais 5 anos a função na coordenação pedagógica. É correto afirmar que Helena poderá se aposentar, por tempo de contribuição e o fator previdenciário apenas será aplicado se for vantajoso para sua aposentadoria. (   )

É correto afirmar que a renda mensal da aposentado ria por tempo de contribuição do segurado será o equivalente a 100% do seu salário de contribuição. (   )

Considera- se tempo de contribuição o tempo, contado de mês a mês, desde o início até a data do requerimento ou do desligamento de atividade abrangida pela previdência social, descontados os períodos legalmente estabelecidos como de suspensão de contrato de trabalho, de interrupção de exercício e de desligamento da atividade. (   )

É correto afirmar que são contados como tempo de contribuição o período em que o segurado esteve recebendo auxílio doença ou aposentadoria por invalidez, entre períodos de atividade. (   )

No RGPS, não será computado como tempo de contribuição o já considerado para concessão de qualquer aposentadoria ou por outro regime de previdência social. (   )

É vedada a conversão de tempo de serviço de magistério, exercido em qualquer época, em tempo de serviço comum. (   )

Cirilo, 50 anos, em 2016, segurado especial, contribuiu facultativamente, como contribuinte individual, durante 36 anos, ininterruptamente, para o RGPS. É correto afirmar que Cirilo deverá pleitear aposentadoria por tempo de contribuição mesmo sendo um segurado especial. (   )

A prova exclusivamente testemunhal é insuficiente para a comprovação de atividade rurícola, com vistas à obtenção da aposentadoria por tempo de contribuição. (   )

O contribuinte individual que trabalha por conta própria, sem relação de emprego, poderá fazer jus à aposentadoria por tempo de contribuição caso contribua com 20% do seu salário de contribuição. (   )

O fator previdenciário é utilizado para o cálculo da renda mensal inicial das aposentadorias por tempo de contribuição e especial. (   )

Para o segurado filiado à previdência social até 28 de novembro de 1999, inclusive o oriundo de regime próprio de previdência social, que vier a cumprir as condições exigidas para a concessão dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, no cálculo do salário de benefício será considerada a média aritmética simples dos maiores salários de contribuição,

correspondentes a, no mínimo, oitenta por cento de todo o período contributivo decorrido desde a competência junho de 1994. (   )

Durvalino, 55 anos de idade, segurado obrigatório da Previdência Social como contribuinte individual, em 31 de dezembro de 2016 completou 35 anos de contribuição previdenciária e fez aniversário. É correto afirmar que, em 1 de janeiro de 2020, Durvalino poderá ter o fator previdenciário como multiplicador facultativo em sua aposentadoria por tempo de contribuição, tendo Durvalino, nos períodos elencados, contribuído regularmente para o RGPS. (   )

Cabe ao contribuinte individual comprovar a interrupção ou o encerramento da atividade pela qual vinha contribuindo, sobpena de ser considerado em débito no período sem contribuição. (   )

Em regra, a aposentadoria por tempo de contribuição será devida ao segurado após trinta e cinco anos de contribuição, se homem, ou trinta anos, se mulher. (   )

Considera-se função de magistério a exercida por professor, quando exercida em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as funções de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico. (   )

:: GABARITO COMENTADO

Helena, 45 anos, é professora exerceu por 20 anos a sua profissão em unidade escolar e por mais 5 anos a função na coordenação pedagógica. É correto afirmar que Helena poderá se aposentar, por tempo de contribuição e o fator previdenciário apenas será aplicado se for vantajoso para sua aposentadoria. (E)

A primeira parte da assertiva está correta. Helena trabalhou 25 anos exclusivamente como professora e incluindo o tempo em função pedagógica, mas Helena não tem os 85 pontos necessários para ter o fator previdenciário como facultativo no cálculo de sua aposentadoria.

Lei 8213, artigo 29-C e Decreto 3048, artigo 56, parágrafo 1.

É correto afirmar que a renda mensal da aposentadoria por tempo de contribuição do segurado será o equivalente a 100% do seu salário de contribuição. (E)

A renda mensal deste benefício será o equivalente a 100% do salário de benefício. Decreto 3048, artigo 57.

Considera-se tempo de contribuição o tempo, contado de mês a mês, desde o início até a data do requerimento ou do desligamento de atividade abrangida pela previdência social, descontados os períodos legalmente estabelecidos como de suspensão de contrato de trabalho, de interrupção de exercício e de desligamento da atividade. (E)

A grande falha desta assertiva é que a aposentadoria por tempo de contribuição é contada data a data, ou seja, dia a dia. Já a aposentadoria por idade é contada competência por competência. Decreto 3048, artigo 59.

É correto afirmar que são contados como tempo de contribuição o período em que o segurado esteve recebendo auxílio doença ou aposentadoria por invalidez, entre períodos de atividade. (C)
Decreto 3048, artigo 60, III.

No RGPS, não será computado como tempo de contribuição o já considerado para concessão de qualquer aposentadoria ou por outro regime de previdência social. (C)
Decreto 3048, artigo 60, parágrafo 1.

É vedada a conversão de tempo de serviço de magistério, exercido em qualquer época, em tempo de serviço comum. (C)

Decreto 3048, artigo 61, parágrafo 2.

Cirilo, 50 anos, em 2016, segurado especial, contribuiu facultativamente, como contribuinte individual, durante 36 anos, ininterruptamente, para o RGPS. É correto afirmar que Cirilo deverá pleitear aposentadoria por tempo de contribuição mesmo sendo um segurado especial. (E)

Cirilo PODERÁ pleitear uma aposentadoria por tempo de contribuição até porque já possui a carência mínima da aposentadoria, mas ele não será obrigado, pois, contribuindo, sujeita-se às regras daqueles que efetuar contribuições mensais e não como um segurado especial que comprova a sua atividade rural. Ademais, Cirilo não terá os 95 anos, em 2016, necessários para ter facultativo o fator previdenciário.
Decreto 3048, artigo 200, parágrafo 2. Lei 8213, artigo 29-C

A prova exclusivamente testemunhal é insuficiente para a comprovação de atividade rurícola, com vistas à obtenção da aposentadoria por tempo de contribuição. (C)
Decreto 3048, artigo 63

O contribuinte individual que trabalha por conta própria, sem relação de emprego, poderá fazer jus à aposentadoria por tempo de contribuição caso contribua com 20% do seu salário de contribuição. (C)
Lei 8212, artigo 21, parágrafo 2

O fator previdenciário é utilizado para o cálculo da renda mensal inicial das aposentadorias por tempo de contribuição e especial. (E)

O fator previdenciário é utilizado para o cálculo da renda mensal inicial das aposentadorias por tempo de contribuição e por idade.

Para o segurado filiado à previdência social até 28 de novembro de 1999, inclusive o oriundo de regime próprio de previdência social, que vier a cumprir as condições exigidas para a concessão dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, no cálculo do salário de benefício será considerada a média aritmética simples dos maiores salários de contribuição, correspondentes a, no mínimo, oitenta por cento de todo o período contributivo decorrido desde a competência junho de 1994. (E)

Decreto 3048, artigo 188-A. A pegadinha está no mês da competência. Será o mês de início do Plano Real, JULHO de 1994.

Durvalino, 55 anos de idade, segurado obrigatório da Previdência Social como contribuinte individual, em 31 de dezembro de 2016 completou 35 anos de contribuição previdenciária e fez aniversário. É correto afirmar que, em 1 de janeiro de 2020, Durvalino poderá ter o fator previdenciário como multiplicador facultativo em sua aposentadoria por tempo de contribuição, tendo Durvalino, nos períodos elencados, contribuído regularmente para o RGPS. (C)

Perceba que Durvanilo precisará, em 1 de janeiro de 2020 de 96 pontos, já que apenas haverá acréscimo na pontuação em 31 de dezembro do mesmo ano. Logo, ele terá 58 anos de idade e 38 anos de contribuição. Suficientes para inteirar os 96 pontos. Lei 8213, 29-C.

Cabe ao contribuinte individual comprovar a interrupção ou o encerramento da atividade pela qual vinha contribuindo, sob pena de ser considerado em débito no período sem contribuição. (C)

Decreto 3048, artigo 59, parágrafo 1.

Em regra, a aposentadoria por tempo de contribuição será devida ao segurado após trinta e cinco anos de contribuição, se homem, ou trinta anos, se mulher. (C)

Decreto 3048, artigo 56

Considera-se função de magistério a exercida por professor, quando exercida em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as funções de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico. (C)

Decreto 3048, artigo 56, parágrafo 2

:: APOSENTADORIA ESPECIAL

A aposentadoria especial, uma vez cumprida a carência exigida, será devida ao segurado empregado, trabalhador avulso e contribuinte individual, este somente quando cooperado filiado a cooperativa de trabalho ou de produção, que tenha trabalhado durante quinze, vinte ou vinte e cinco anos, conforme o caso, sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. (   )

Considera-se tempo de trabalho intermitente aquele que é exercido de forma não ocasional, permanente, no qual a exposição do empregado, do trabalhador avulso ou do cooperado ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço. (   )

Para o segurado que houver exercido duas ou mais atividades sujeitas a condições especiais prejudiciais à saúde ou à integridade física, sem completar em qualquer delas o prazo mínimo exigido para a aposentadoria especial, os respectivos períodos de exercício serão somados após conversão, devendo ser considerada a atividade preponderante para efeito de enquadramento.(   )

É correto afirmar que a avaliação qualitativa de riscos e agentes nocivos será comprovada mediante descrição das circunstâncias de exposição ocupacional a determinado agente nocivo ou associação de agentes nocivos presentes no ambiente de trabalho durante toda a jornada. (   )

A aposentadoria especial será devida apenas ao segurado que tiver trabalhado por, pelo menos, vinte anos sujeito a condições especiais que lhe prejudiquem a saúde ou a integridade física. (   )

Ednelson goza de aposentadoria especial por ter estado trabalhando exposto a agentes nocivos durante um período que, de acordo com a lei pertinente, lhe garantiu o referido direito. Nessa situação, as despesas relativas ao pagamento da aposentadoria de Ednelson devem ser custeadas com recursos arrecadados pela cobrança do adicional GIRALT. (   )

No que se refere à aposentadoria especial, julgue o item a seguir:
A comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário, na forma estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, emitido pela empresa ou seu preposto, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho nos termos da legislação trabalhista. (   )

Natália trabalha, há dez anos, exposta, de forma não-ocasional nem intermitente, a agentes químicos nocivos. Nessa situação, Natália terá direito a requerer, no futuro, aposentadoria especial, sendo-lhe possível, a fim de completar a carência, converter tempo comum trabalhado anteriormente, isto é, tempo em que não esteve exposto aos agentes nocivos, em tempo de contribuição para a aposentadoria do tipo especial. (   )

Otávio trabalhou por 7 anos em uma mineradora exercendo atividade que possibilita aposentadoria especial em 15 anos. Otávio, posteriormente, foi transferido para uma outra mineradora onde trabalhou por 14 anos em contato com agente que confere aposentadoria especial em 25 anos. É correto afirma que Otávio já poderá requerer a sua aposentadoria especial. (   )

Itamar trabalhou durante 10 anos em atividade exposto a agente nocivo que permite aposentadoria especial em 25 anos. Saiu deste emprego e passou a trabalhar como professor universitário. É correto afirmar que Itamar precisa trabalhar por mais 20 anos para ter direito a sua aposentadoria por tempo de contribuição. (   )

A data de início da aposentadoria especial será fixada da mesma forma que a da aposentadoria por idade. (   )

É correto afirmar que o segurado que requerer aposentadoria especial, deverá comprovar, além do tempo de trabalho, exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, pelo período equivalente ao exigido para a concessão do benefício. (   )

A relação dos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física considerados para fins de concessão da aposentadoria especial de será definida pelo Poder Legislativo. (   )

Acerca da aposentadoria especial, a empresa que não mantiver laudo técnico atualizado com referência aos agentes nocivos existentes no ambiente de trabalho de seus trabalhadores ou que emitir documento de comprovação de efetiva exposição em desacordo com o respectivo laudo estará sujeita a multa variável expressa em lei. (   )

É correto afirma que, sobre a aposentadoria especial, a empresa deverá elaborar e manter atualizado perfil profissiográfico abrangendo as atividades desenvolvidas pelo trabalhador e fornecer a este, quando da rescisão do contrato de trabalho. (   )

:: GABARITO COMENTADO

A aposentadoria especial, uma vez cumprida a carência exigida, será devida ao segurado empregado, trabalhador avulso e contribuinte individual, este somente quando cooperado filiado a cooperativa de trabalho ou de produção, que tenha trabalhado durante quinze, vinte ou vinte e cinco anos, conforme o caso, sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. (C)

Decreto 3048, artigo 64.

Considera-se tempo de trabalho intermitente aquele que é exercido de forma não ocasional, permanente, no qual a exposição do empregado, do trabalhador avulso ou do cooperado ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço. (E)

Houve uma troca de palavras para confundir o candidato apressado. Considera-se tempo de trabalho permanente aquele que é exercido de forma não ocasional nem intermitente, no qual a exposição do empregado, do trabalhador avulso ou do cooperado ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço. Decreto 3048, artigo 65.

Para o segurado que houver exercido duas ou mais atividades sujeitas a condições especiais prejudiciais à saúde ou à integridade física, sem completar em qualquer delas o prazo mínimo exigido para a aposentadoria especial, os respectivos períodos de exercício serão somados após conversão, devendo ser considerada a atividade preponderante para efeito de enquadramento.(C)

Decreto 3048, artigo 66

É correto afirmar que a avaliação qualitativa de riscos e agentes nocivos será comprovada mediante descrição das circunstâncias de exposição ocupacional a determinado agente nocivo ou associação de agentes nocivos presentes no ambiente de trabalho durante toda a jornada. (C)

Decreto 3048, artigo 68, parágrafo 2.

A aposentadoria especial será devida apenas ao segurado que tiver trabalhado por, pelo menos, vinte anos sujeito a condições especiais que lhe prejudiquem a saúde ou a integridade física. (E)

Conforme nos orienta o artigo 57 da Lei 8213, a aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser a lei. Não será devida ao segurado que tiver trabalhado por, pelo menos, vinte anos.

Ednelson goza de aposentadoria especial por ter estado trabalhando exposto a agentes nocivos durante um período que, de acordo com a lei pertinente, lhe garantiu o referido direito. Nessa situação, as despesas relativas ao pagamento da aposentadoria de Ednelson devem ser custeadas com recursos arrecadados pela cobrança do adicional GIRALT. (C)

Decreto 3048, artigo 202, parágrafo 1. As alíquotas GIRALT são acrescidas de 6%, 9% ou 12% se a atividade que o segurado exerce na empresa proporcionar aposentadoria especial após 25, 20 ou 15 anos de contribuição. Se a empresa tiver 200 empregados e 20 nesta condição, este complemento incidirá apenas sobre os 20 funcionários expostos aos agentes nocivos que prejudiquem a saúde e a integridade física.

No que se refere à aposentadoria especial, julgue o item a seguir:
A comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário, na forma estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, emitido pela empresa ou seu preposto, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho nos termos da legislação trabalhista. (C)

Lei 8213, artigo 58, parágrafo 1

Natália trabalha, há dez anos, exposta, de forma não-ocasional nem intermitente, a agentes químicos nocivos. Nessa situação, Natália terá direito a requerer, no futuro, aposentadoria especial, sendo-lhe possível, a fim de completar a carência, converter tempo comum trabalhado anteriormente, isto é, tempo em que não esteve exposto aos agentes nocivos, em tempo de contribuição para a aposentadoria do tipo especial. (E)

Não é possível a conversão de tempo comum em tempo especial.
Lei 8213, artigos 66 e 70.

Otávio trabalhou por 7 anos em uma mineradora exercendo atividade que possibilita aposentadoria especial em 15 anos. Otávio, posteriormente, foi transferido para uma outra mineradora onde trabalhou por 14 anos em contato com agente que confere aposentadoria especial em 25 anos. É correto afirma que Otávio já poderá requerer a sua aposentadoria especial. (C)

Memorizando a tabela, nós temos que de 15 anos para 25 anos multiplicamos por 1,67, ou seja, 7x1,67=11,69 Logo, 11,69+14=25,69. Otávio terá direito a sua aposentadoria especial.

Decreto 3048, artigo 66, parágrafo 2.

Itamar trabalhou durante 10 anos em atividade exposto a agente nocivo que permite aposentadoria especial em 25 anos. Saiu deste emprego e passou a trabalhar como professor universitário. É correto afirmar que Itamar precisa trabalhar por mais 20 anos para ter direito a sua aposentadoria por tempo de contribuição. (E)

Seguindo a tabela do artigo 70 do Decreto 3048, Itamar, quem trabalhou por 10 anos exposto a agente nocivo terá convertido 10x1,40=14 anos. Logo, para chegar aos 35 anos de contribuição, Itamar deverá trabalhar por mais 21 anos para ter direito à aposentadoria por tempo de contribuição.

A data de início da aposentadoria especial será fixada da mesma forma que a da aposentadoria por idade. (C)

Lei 8213, artigo 57, parágrafo 2.
A aposentadoria especial será devida ao segurado empregado, inclusive o doméstico, a partir da data do desligamento do emprego, quando requerida até essa data ou até 90 (noventa) dias ou depois dela da data do requerimento, quando não houver desligamento do emprego ou quando for requerida após o prazo previsto citado anteriormente. Para os demais segurados, da data da entrada do requerimento.

É correto afirmar que o segurado que requerer aposentadoria especial, deverá comprovar, além do tempo de trabalho, exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, pelo período equivalente ao exigido para a concessão do benefício. (C)

Lei 8213, artigo 57, parágrafo 4

A relação dos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física considerados para fins de concessão da aposentadoria especial será definida pelo Poder Legislativo. (E)

Lei 8213, artigo 58. A relação será definida pelo Poder Executivo.

Acerca da aposentadoria especial, a empresa que não mantiver laudo técnico atualizado com referência aos agentes nocivos existentes no ambiente de trabalho de seus trabalhadores ou que emitir documento de comprovação de efetiva exposição em desacordo com o respectivo laudo estará sujeita a multa variável expressa em lei. (C)

Lei 8213, artigo 58, parágrafo 3.

É correto afirma que, sobre a aposentadoria especial, a empresa deverá elaborar e manter atualizado perfil profissiográfico abrangendo as atividades desenvolvidas pelo trabalhador e fornecer a este, quando da rescisão do contrato de trabalho. (C)

Lei 8213, artigo 58, parágrafo 4.

:: APOSENTADORIA DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

É correto afirmar que, para o reconhecimento do direito à aposentadoria da pessoa com deficiência, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. ( )

É assegurada a concessão de aposentadoria pelo RGPS ao segurado com deficiência aos 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, independentemente do grau de deficiência, desde que cumprido tempo mínimo de contribuição de 15 (quinze) anos, porém mesmo que não comprovada a existência de deficiência durante todo o período. ( )

Gildivan, deficiente desde o nascimento, tendo constatada sua deficiência leve, contribui para o RGPS há 29 anos nesta condição. É correto afirmar que Gildivan já terá direito a gozar aposentadoria da pessoa com deficiência por tempo de contribuição. ( )

Carlota, deficiente desde o nascimento, tendo constatada sua deficiência moderada, contribui para o RGPS há 24 anos nesta condição. É correto afirmar que Carlota já terá direito a gozar aposentadoria da pessoa com deficiência por tempo de contribuição. ( )

Deilza, contribuinte individual, trabalhou durante 15 anos e contribuiu, ininterruptamente, para o RGPS. Certo dia, Deilza sofre um grave acidente o qual a deixa com uma deficiência moderada. É correto afirmar que Deilza, para se aposentar por tempo de contribuição como pessoa com deficiência, deverá verter contribuições ao RGPS por mais 9 anos. ( )

:: GABARITO COMENTADO

É correto afirmar que, para o reconhecimento do direito à aposentadoria da pessoa com deficiência, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (C)

Perceba que este é o texto que você precisa memorizar do artigo 2 da Lei Complementar 142.

É assegurada a concessão de aposentadoria pelo RGPS ao segurado com deficiência aos 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, independentemente do grau de deficiência, desde que cumprido tempo mínimo de contribuição de 15 (quinze) anos, porém mesmo que não comprovada a existência de deficiência durante todo o período. (E)

Deverá haver a comprovação da deficiência por igual período. Lei Complementar 142, artigo 3, IV.

Gildivan, deficiente desde o nascimento, tendo constatada sua deficiência leve, contribui para o RGPS há 29 anos nesta condição. É correto afirmar que Gildivan já terá direito a gozar aposentadoria da pessoa com deficiência por tempo de contribuição. (E)

No caso da deficiência LEVE é preciso comprová-la, se homem, por 33 anos e não 29 anos. Lei Complementar 142, artigo3, II.

Carlota, deficiente desde o nascimento, tendo constatada sua deficiência moderada, contribui para o RGPS há 24 anos nesta condição. É correto afirmar que Carlota já terá direito a gozar aposentadoria da pessoa com deficiência por tempo de contribuição. (C)

Lei Complementar 142, artigo3, II.

Deilza, contribuinte individual, trabalhou durante 15 anos e contribuiu, ininterruptamente, para o RGPS. Certo dia, Deilza sofre um grave acidente o qual a deixa com uma deficiência moderada. É correto afirmar que Deilza, para se aposentar por tempo de contribuição como pessoa com deficiência, deverá verter contribuições ao RGPS por mais 9 anos. (E)

Uma mulher, para ter direito à aposentadoria por tempo de contribuição, deve contribuir para o RGPS por 30 anos. Perceba que Deilza já havia contribuído com metade do tempo (15 anos). Como a Lei Complementar 142 confere o direito a aposentadoria à pessoa com deficiência moderada, mulher, aos 24 anos de contribuição, Deilza deverá verter contribuições por mais 12 anos para ter direito a sua aposentadoria. Lei Complementar 142, artigo 7.

:: AUXÍLIO DOENÇA

Acerca da concessão do benefício auxílio-doença acidentário, dispensa-se o período de carência. (   )

Gustavo, motorista particular em residência de família, ficou incapacitado para as suas atividades laborais por 10 dias. É correto afirmar que Gustavo poderá receber auxílio doença a partir da data do início de sua incapacidade. (   )

O auxílio-doença será devido ao segurado empregado a contar do trigésimo primeiro dia do afastamento da atividade. (   )

O auxílio-doença é encerrado apenas com a morte do segurado, de forma que o segurado poderá recebê-lo conjuntamente com qualquer outro benefício, inclusive com salário maternidade. (   )

Zé Renato, segurado empregado do RGPS, em um dia de trabalho, no horário de almoço, no percurso entre o trabalho e sua casa, sofre um grave acidente. É correto afirmar que Zé Renato, além do auxílio doença, deverá ser mantido como licenciado pela empresa onde trabalha. (   )

Um segurado do RGPS, que esteja recebendo auxílio-doença, é obrigado a submeter-se a exame pelo médico perito da previdência social e a realizar o processo de reabilitação profissional para desenvolver novas competências. (   )

Maria Claudia, segurada empregada do RGPS, em seu primeiro emprego, no primeiro mês, é diagnosticada com neoplasia maligna. A doença determinou o seu afastamento do trabalho por seis meses. É correto afirmar que Maria Claudia não terá direito ao auxílio-doença pelo fato de não ter cumprido a carência de doze contribuições. (   )

O segurado contribuinte individual do RGPS que sofrer acidente que o impeça de trabalhar por mais de 15 dias tem direito ao benefício de auxílio-doença com início a partir do dia da incapacidade, desde que o auxílio tenha sido requerido até trinta dias após a ocorrência do infortúnio. (   )

O segurado do RGPS que durante o gozo do auxílio-doença vier a exercer atividade que lhe garanta subsistência, o benefício deverá ser cancelado a partir do retorno à atividade. (   )

O segurado empregado doméstico, em gozo de auxílio-doença, será considerado pelo empregador doméstico como licenciado. (   )

João, segurado empregado do RGPS, sofreu acidente do trabalho e terá garantida, por no máximo doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa onde trabalha.
(   )

Suponha que Diogo, segurado empregado do RGPS, requereu auxílio doença e foi concedido. Quando foi feito o cálculo da Renda Mensal do benefício, observou-se o salário de benefício no valor de três mil reais. Mas quando calculados os seus 12 últimos salários de contribuição, observou-se o valor da renda mensal de quatro mil reais. É correto afirmar que a renda mensal do auxílio doença ao qual Diogo terá direito será de 3 mil reais. (   )

A concessão do benefício de auxílio-doença, em regra, exige período de carência de doze contribuições mensais. Todavia, a lei prevê casos em que a concessão do referido benefício independe de carência, entre os quais se inclui a situação na qual o segurado venha a ser vítima de acidente do trabalho. (   )

A concessão do benefício de auxílio-doença, em regra, exige período de carência de doze contribuições mensais. Todavia, a lei prevê casos em que a concessão do referido benefício independe de carência, entre os quais se inclui a situação na qual o segurado venha a ser vítima de moléstia profissional ou do trabalho. (   )

Quando o acidentado não se afastar do trabalho no dia do acidente, os quinze dias de responsabilidade da empresa pela sua remuneração integral são contados a partir da data do afastamento. (   )

:: GABARITO COMENTADO

Acerca da concessão do benefício auxílio-doença acidentário, dispensa-se o período de carência. (C)

Lei 8213, artigo 26, II. O caso em questão, configurou-se acidente de qualquer natureza, logo, a carência será dispensada.

Gustavo, motorista particular em residência de família, ficou incapacitado para as suas atividades laborais por 10 dias. É correto afirmar que Gustavo poderá receber auxílio doença a partir da data do início de sua incapacidade. (E)

Lei 8213, artigo 59. Este artigo nos orienta que independente da categoria do segurado , a incapacidade deve ocorrer por mais de 15 dias. O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

O auxílio-doença será devido ao segurado empregado a contar do trigésimo primeiro dia do afastamento da atividade. (E)

Fiquem ligados nas atualizações previdenciárias. A Medida Provisória 664 foi convertida em Lei 13.135, mas não migrou a alteração de 16 para 31 dias do afastamento da atividade para o segurado empregado. Logo, permaneceu o entendimento original da Lei 8213, artigo 60.

O auxílio-doença é encerrado apenas com a morte do segurado, de forma que o segurado poderá recebê-lo conjuntamente com qualquer outro benefício, inclusive com salário maternidade. (E)

Auxílio doença além de não ser cumulativo com o salário maternidade, não é encerrado apenas com a morte do segurado. Decreto 3048, artigo 167, IV. Artigo 75, parágrafo 2, artigo 78.

Zé Renato, segurado empregado do RGPS, em um dia de trabalho, no horário de almoço, no percurso entre o trabalho e sua casa, sofre um grave acidente. É correto afirmar que Zé Renato, além do auxílio doença, deverá ser mantido como licenciado pela empresa onde trabalha. (C)

Decreto 3048, artigo 80.

Um segurado do RGPS, que esteja recebendo auxílio-doença, é obrigado a submeter-se a exame pelo médico perito da previdência social e a realizar o processo de reabilitação profissional para desenvolver novas competências. (C)

Lei 8213, artigo 101.

Maria Claudia, segurada empregada do RGPS, em seu primeiro emprego, no primeiro mês, é diagnosticada com neoplasia maligna. A doença determinou o seu afastamento do trabalho por seis meses. É correto afirmar que Maria Claudia não terá direito ao auxílio-doença pelo fato de não ter cumprido a carência de doze contribuições. (E)

Neoplasia maligna (câncer) está entre as doenças de lista que prescinde carência no auxílio doença. Lei 8213, artigo 151.

O segurado contribuinte individual do RGPS que sofrer acidente que o impeça de trabalhar por mais de 15 dias tem direito ao benefício de auxílio-doença com início a partir do dia da incapacidade, desde que o auxílio tenha sido requerido até trinta dias após a ocorrência do infortúnio. (C)

Lei 8213, artigo 60.

O segurado do RGPS que durante o gozo do auxílio-doença vier a exercer atividade que lhe garanta subsistência, o benefício deverá ser cancelado a partir do retorno à atividade. (E)

O texto de lei diz que o benefício PODERÁ ser cancelado. Lei 8213, artigo 60, parágrafo 6.

O segurado empregado doméstico, em gozo de auxílio-doença, será considerado pelo empregador doméstico como licenciado. (C)

Lei 8213, artigo 63.

João, segurado empregado do RGPS, sofreu acidente do trabalho e terá garantida, por no máximo doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa onde trabalha. (E)

João terá garantida a manutenção do seu contrato de trabalho por NO MÍNIMO 12 meses e não até 12 meses. Lei 8213, artigo 118.

Suponha que Diogo, segurado empregado do RGPS, requereu auxílio doença e foi concedido. Quando foi feito o cálculo da Renda Mensal do benefício, observou-se o salário de benefício no valor de três mil reais. Mas quando calculados os seus 12 últimos salários de contribuição, observou-se o valor da renda mensal de quatro mil reais. É correto afirmar que a renda mensal do auxílio doença ao qual Diogo terá direito será de 3 mil reais. (E)

A renda mensal do auxílio doença de Diogo será de 91% do salário de benefício (R$3000,00). Perceba que o fator limitador do cálculo dos seus 12 últimos salários de contribuição não foi observado, visto que ele seria superior à renda mensal original.
Lei 8213, artigo 29, parágrafo 10.

A concessão do benefício de auxílio-doença, em regra, exige período de carência de doze contribuições mensais. Todavia, a lei prevê casos em que a concessão do referido

benefício independe de carência, entre os quais se inclui a situação na qual o segurado venha a ser vítima de acidente do trabalho. (C)

Lei 8213, artigo 26, II.

A concessão do benefício de auxílio-doença, em regra, exige período de carência de doze contribuições mensais. Todavia, a lei prevê casos em que a concessão do referido benefício independe de carência, entre os quais se inclui a situação na qual o segurado venha a ser vítima de moléstia profissional ou do trabalho. (C)

Decreto 3048, artigo 72, parágrafo 3.

Quando o acidentado não se afastar do trabalho no dia do acidente, os quinze dias de responsabilidade da empresa pela sua remuneração integral são contados a partir da data do afastamento. (C)

Decreto 3048, artigo 72, parágrafo 1.

:: AUXÍLIO ACIDENTE

O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, vedada, em regra, sua acumulação com qualquer aposentadoria. (   )

Para concessão do benefício, por incapacidade, auxílio-acidente fundamentado na redução da capacidade laboral sendo necessário que a sequela decorra da atividade exercida acarrete redução da capacidade para o trabalho habitualmente exercido. (   )

É correto afirmar que o segurado do RGPS em gozo de auxílio acidente, manterá a sua qualidade de segurado até que este seja cessado. (   )

O segurado do RGPS empregado e o empregado doméstico não fazem jus ao benefício de auxílio-acidente. (   )

É vedado o recebimento conjunto do seguro-desemprego com qualquer benefício de prestação continuada da previdência social, exceto pensão por morte, auxílio-acidente e auxílio reclusão. (   )

A perda da audição, em qualquer grau, somente proporcionará a concessão do auxílio-acidente, quando, além do reconhecimento de causalidade entre o trabalho e a doença, resultar, comprovadamente, na redução ou perda da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia. (   )

Dentre os segurado do RGPS é correto afirmar que apenas são beneficiados do auxílio-acidente os segurados o empregado, trabalhador avulso e o especial. (   )

O auxílio acidente é um benefício concedido pelo INSS destinado aos segurado de baixa renda. (   )

Não será concedido o benefício do RGPS auxílio acidente quando o requerente não apresentar danos funcionais ou redução da capacidade funcional sem repercussão na capacidade laborativa. (   )

O auxílio acidente mensal corresponderá a 91% do salário de benefício que deu origem ao auxílio doença do segurado, corrigido até o mês anterior ao do início do auxílio acidente e será devido até a véspera de início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado. (   )

Raquel recebe auxílio-acidente decorrente da consolidação de lesões que a deixaram com sequelas definitivas. Nessa situação, Raquel poderá cumular o benefício que atualmente recebe com o auxílio-doença decorrente de outro evento. (   )

Maria, empregada doméstica, após ter sofrido grave acidente quando caiu do primeiro andar da casa de sua patroa, recebeu auxílio-doença por seis meses. Depois desse período, foi comprovadamente constatada a redução de sua capacidade laborativa. Nessa situação,

Maria terá direito ao auxílio-acidente correspondente a 50% do salário de benefício do auxílio-doença que recebia. (   )

Acerca do benefício do RGPS auxílio acidente é correto afirmar que o empregador doméstico deverá comunicar o acidente do trabalho à Previdência Social até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, à autoridade competente, sob pena de multa variável entre o limite mínimo e o limite máximo do salário de contribuição, sucessivamente aumentada nas reincidências, aplicada e cobrada pela Previdência Social. (   )

O auxílio-acidente, antes das mudanças promovidas pela Constituição de 1988, tinha natureza de seguro privado. Atualmente, consiste em um benefício por incapacidade concedido ao segurado, quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultem sequelas que impliquem a redução da capacidade para o trabalho que era exercido anteriormente. (   )

É correto afirmar que o auxílio acidente não poderá ter valor inferior ao salário mínimo.
(   )

:: GABARITO COMENTADO

O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, vedada, em regra, a sua acumulação com qualquer aposentadoria. (C)

Existem exceção para acumulação de aposentadoria com auxílio acidente, mas para a sua prova CESPE do INSS, não pode acumular e eu não vou colocar mais coisa em sua cabeça! Decreto 3048, artigo 104, parágrafo 2.

Para concessão do benefício, por incapacidade, auxílio-acidente fundamentado na redução da capacidade laboral sendo necessário que a sequela decorra da atividade exercida acarrete redução da capacidade para o trabalho habitualmente exercido. (E)

Auxílio acidente não é benefício por incapacidade como a aposentadoria por invalidez e o auxílio doença. Ele é um benefício INDENIZATÓRIO.

É correto afirmar que o segurado do RGPS em gozo de auxílio acidente, manterá a sua qualidade de segurado até que este seja cessado. (C)

Decreto 3048, artigo 13, I. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, sem limite de prazo, o segurado que está em gozo de benefício.

O segurado do RGPS empregado e o empregado doméstico não fazem jus ao benefício de auxílio-acidente. (E)

A partir da edição da Lei Complementar 150, o empregado doméstico tem direito ao auxílio acidente. O empregado já fazia jus dentro da legislação previdenciária.

É vedado o recebimento conjunto do seguro-desemprego com qualquer benefício de prestação continuada da previdência social, exceto pensão por morte, auxílio-acidente e auxílio reclusão. (C)

Decreto 3048, artigo 167, parágrafo 2.

A perda da audição, em qualquer grau, somente proporcionará a concessão do auxílio-acidente, quando, além do reconhecimento de causalidade entre o trabalho e a doença, resultar, comprovadamente, na redução ou perda da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia. (C)

Decreto 3048, artigo 104, parágrafo 5.

Dentre os segurado do RGPS é correto afirmar que apenas são beneficiados do auxílio-acidente os segurados o empregado, trabalhador avulso e o especial. (E)

A partir da edição da Lei Complementar 150, o empregado doméstico também tem direito ao auxílio acidente para além dos segurados citados na assertiva.

O auxílio acidente é um benefício concedido pelo INSS destinado aos segurado de baixa renda. (E)

Os benefícios do RGPS destinados a segurados de baixa renda são: salário família e auxílio reclusão.

Não será concedido o benefício do RGPS auxílio acidente quando o requerente não apresentar danos funcionais ou redução da capacidade funcional sem repercussão na capacidade laborativa. (C)

Decreto 3048, artigo 104, parágrafo 4, I.

O auxílio acidente mensal corresponderá a 91% do salário de benefício que deu origem ao auxílio doença do segurado, corrigido até o mês anterior ao do início do auxílio acidente e será devido até a véspera de início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado. (E)

Decreto 3048, artigo 104, parágrafo 1. O auxílio acidente corresponde a 50% do salário de benefício que deu origem ao auxílio doença do segurado.

Raquel recebe auxílio-acidente decorrente da consolidação de lesões que a deixaram com sequelas definitivas. Nessa situação, Raquel poderá cumular o benefício que atualmente recebe com o auxílio-doença decorrente de outro evento. (C)

Esta é uma exceção de acumulação de auxílio doença com auxílio acidente. Decreto 3048, artigo 104, parágrafo 6.

Maria, empregada doméstica, após ter sofrido grave acidente quando caiu do primeiro andar da casa de sua patroa, recebeu auxílio-doença por seis meses. Depois desse período, foi comprovadamente constatada a redução de sua capacidade laborativa. Nessa situação, Maria terá direito ao auxílio-acidente correspondente a 50% do salário de benefício do auxílio-doença que recebia. (C)

A partir da edição da Lei Complementar 150, Maria terá direito ao auxílio acidente. LC 150, artigo 37, parágrafo 1.

Acerca do benefício do RGPS auxílio acidente é correto afirmar que o empregador doméstico deverá comunicar o acidente do trabalho à Previdência Social até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, à autoridade competente, sob pena de multa variável entre o limite mínimo e o limite máximo do salário de contribuição, sucessivamente aumentada nas reincidências, aplicada e cobrada pela Previdência Social. (C)

Lei 8213, artigo 22.

O auxílio-acidente, antes das mudanças promovidas pela Constituição de 1988, tinha natureza de seguro privado. Atualmente, consiste em um benefício por incapacidade concedido ao segurado, quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultem sequelas que impliquem a redução da capacidade para o trabalho que era exercido anteriormente. (E)

O auxílio acidente é um benefício de caráter indenizatório e não se configura um benefício por incapacidade.

É correto afirmar que o auxílio acidente não poderá ter valor inferior ao salário mínimo. (E)

Como o benefício do RGPS, auxílio acidente, não substitui a renda mensal do trabalhador, ele poderá sim ter valor menor que o salário mínimo nacional.

:: SALÁRIO MATERNIDADE

Maristela, segurada especial, 22 anos de idade, em 21 de agosto de 2017, requereu salário maternidade do seu filho Igor nascido quando ela tinha 16 anos e nove meses de idade. É correto afirmar que, caso Maristela comprove o efetivo exercício de sua atividade rural nos 10 meses que antecederam o seu parto o qual não houve antecipação, ela terá direito ao benefício do RGPS salário maternidade por 120 dias no valor de um salário mínimo. (   )

Não é considerado salário de contribuição o salário-maternidade. (   )

O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante 120 (cento e vinte) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste. (   )

O salário maternidade ao segurado ou à segurada do RGPS adotante será pago pela previdência social. (   )

Reginaldo e Regina, segurados do RGPS, adotaram Lucas de 6 anos de idade. É correto afirmar que ambos os pais adotivos irão receber salário maternidade pela adoção de Lucas. (   )

É correto afirmar que o salário maternidade, pago diretamente pela previdência social ao segurado especial por 120 dias e no valor de dois salários mínimos. (   )

O salário-maternidade para a segurada empregada ou trabalhadora avulsa consistirá numa renda mensal igual a sua remuneração integral. (   )

É correto afirmar que Joana, trabalhadora avulsa e segurada obrigatória da Previdência Social, caso tenha um filho, receberá o benefício do RGPS salário maternidade diretamente pelo Órgão Gestor de Mão de Obra ao qual está filiada. (   )

O salário-maternidade pago à segurada empregada, à segurada empregada doméstica e à segurada trabalhadora avulsa prescindem de carência. (   )

Uma profissional liberal que seja segurada contribuinte individual da previdência social há cinco meses e esteja grávida de seis meses terá direito ao salário-maternidade, caso o seu filho nasça antecipadamente aos 7 meses de gestação. (   )

Bete, impossibilitada de ter filhos, adotou gêmeos recém-nascidos cuja mãe falecera logo após o parto e que não tinham parentes que pudessem cuidar delas. Nessa situação, Rute terá direito a dois salários-maternidade. (   )

Suzana, grávida de nove meses de seu terceiro filho, trabalha em duas empresas de *fast food*. Nessa situação, Suzana terá direito ao salário-maternidade em relação a cada uma das empresas. (   )

Para fins de obtenção de salário-maternidade, Lucicleide, segurada especial, comprovou o exercício de atividade rural, de forma descontínua, nos dez meses anteriores ao início do benefício. Nessa situação, Lucicleide tem direito ao salário-maternidade no valor de um salário mínimo. (   )

Ao segurado ou segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de 180 dias. (   )

Alessandra, segurada obrigatória do RGPS faleceu enquanto recebia parcela referente a 60 dias do salário maternidade. É correto afirmar que Júlio, sem qualidade de segurado do RGPS, esposo de Alessandra, terá direito de receber os dias restantes aos quais ela tinha direito do benefício em questão referentes aos nascimento do filho que ambos tiveram em comum. (   )

:: GABARITO COMENTADO

Maristela, segurada especial, 22 anos de idade, em 21 de agosto de 2017, requereu salário maternidade do seu filho Igor nascido quando ela tinha 16 anos e nove meses de idade. É correto afirmar que, caso Maristela comprove o efetivo exercício de sua atividade rural nos 10 meses que antecederam o seu parto o qual não houve antecipação, ela terá direito ao benefício do RGPS salário maternidade por 120 dias no valor de um salário mínimo. (E)

Maristela não poderá gozar do salário maternidade por alguns motivos: ela precisaria de uma carência de 10 meses, mas tinha menos de 16 anos (idade inicial de inscrição) e prescreveu o limite de 5 anos para o requerimento do seu salário maternidade. Lei 8213, artigo 25, III.

Não é considerado salário de contribuição o salário-maternidade. (E)

Contrário! O salário maternidade é o único benefício onde incidirá salário contribuição do segurado. Lei 8212, artigo 28, parágrafo 2.

O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante 120 (cento e vinte) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste. (C)

Lei 8213, artigo 71.

O salário maternidade ao segurado ou à segurada do RGPS adotante será pago pela previdência social. (C)

Lei 8213, artigo 71-A, parágrafo 1.

Reginaldo e Regina, segurados do RGPS, adotaram Lucas de 6 anos de idade. É correto afirmar que ambos os pais adotivos irão receber salário maternidade pela adoção de Lucas. (E)

O artigo 71-A, parágrafo 2 da lei 8213 deixa claro que, em caso de adoção para um fato gerador, o salário maternidade será devido para apenas um dos pais e não os dois pais adotivos.

É correto afirmar que o salário maternidade, pago diretamente pela previdência social ao segurado especial por 120 dias e no valor de dois salários mínimos. (E)

O salário maternidade, para o segurado especial, em regra, será pago no valor de um salário mínimo durante 120 dias.

O salário-maternidade para a segurada empregada ou trabalhadora avulsa consistirá numa renda mensal igual a sua remuneração integral. (C)
Lei 8213, artigo 72.

É correto afirmar que Joana, trabalhadora avulsa e segurada obrigatória da Previdência Social, caso tenha um filho, receberá o benefício do RGPS salário maternidade diretamente pelo Órgão Gestor de Mão de Obra ao qual está filiada. (E)

Joana receberá o salário maternidade diretamente pela previdência social. Lei 8213, artigo 72, parágrafo 3.

O salário-maternidade pago à segurada empregada, à segurada empregada doméstica e à segurada trabalhadora avulsa prescindem de carência. (C)

Não há carência para as seguradas elencadas na assertiva. Lei 8213, artigo 26, VI.

Uma profissional liberal que seja segurada contribuinte individual da previdência social há cinco meses e esteja grávida de seis meses terá direito ao salário-maternidade, caso o seu filho nasça antecipadamente aos 7 meses de gestação. (E)

Perceba pelo texto da assertiva que, quando a contribuinte individual em questão começou a verter contribuições, ela já estava grávida há um mês. Mesmo que fosse antecipado o parto, ela não teria carência exigida pelo benefício. Logo, não haverá carência suficiente para que ela receba o benefício de salário maternidade. Lei 8213, artigo 25, parágrafo único.

Bete, impossibilitada de ter filhos, adotou gêmeos recém-nascidos cuja mãe falecera logo após o parto e que não tinham parentes que pudessem cuidar delas. Nessa situação, Rute terá direito a dois salários-maternidade. (E)

Decreto 3048, artigo 93-A, parágrafo 4. Bete terá direito a apenas um salário maternidade.

Suzana, grávida de nove meses de seu terceiro filho, trabalha em duas empresas de *fast food*. Nessa situação, Suzana terá direito ao salário-maternidade em relação a cada uma das empresas. (C)

Decreto 3048, artigo 98

Para fins de obtenção de salário-maternidade, Lucicleide, segurada especial, comprovou o exercício de atividade rural, de forma descontínua, nos dez meses anteriores ao início do benefício. Nessa situação, Lucicleide tem direito ao salário-maternidade no valor de um salário mínimo. (C)

Em regra, os benefícios devidos ao segurado especial são concedidos no valor de um salário mínimo. Perceba que a comprovação da carência para a atividade rural pode ser contínua ou não.

Ao segurado ou segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de 180 dias. (E)

Lei 8213, artigo 71-A. Algumas empresas permitem licença maternidade de sua funcionária por até 180 dias, mas o salário maternidade do RGPS tem o limite de gozo de 120 dias. É, então, o que cabe ao referido artigo da lei de benefícios.

Alessandra, segurada obrigatória do RGPS faleceu enquanto recebia parcela referente a 60 dias do salário maternidade. É correto afirmar que Júlio, sem qualidade de segurado do RGPS, esposo de Alessandra, terá direito de receber os dias restantes aos quais ela tinha direito do benefício em questão referentes aos nascimento do filho que ambos tiveram em comum. (E)

Era preciso que Júlio fosse segurado da previdência social para que tivesse direito ao restante do gozo do salário maternidade. Lei 8213, artigo 71-B

:: SALÁRIO FAMÍLIA

O aposentado por invalidez ou por idade e os demais aposentados com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais de idade, se do sexo masculino, ou 60 (sessenta) anos ou mais, se do feminino, terão direito ao salário-família, pago juntamente com a aposentadoria. (   )

Lucas faz aniversário de 14 anos no dia 21 de agosto de 2017. É correto afirmar que Maurício, segurado de baixa renda e empregado do RGPS, não mais perceberá salário família por seu filho Lucas ter completado 14 anos de idade. (   )

O pagamento do salário-família é condicionado à apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado ou ao inválido, e à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória e de comprovação de frequência à escola do filho ou equiparado, exceto para o segurado empregado doméstico. (   )

O pagamento do salário-família é condicionado à apresentação apenas da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado ou ao inválido, no caso dos dependentes do segurado empregado doméstico (   )

As cotas do salário-família serão pagas pela empresa ou pelo empregador doméstico, mensalmente, junto com o salário. (   )

O salário família será pago mensalmente ao empregado e trabalhador avulso aposentados por invalidez pelo INSS, exceto se estiverem em gozo de auxílio doença. (   )

Para o segurado empregado de baixa renda, quando o salário do empregado não for mensal, o salário família será pago juntamente com o último pagamento relativo ao mês. (   )

O salário família, benefício do RGPS, prescinde carência. (   )

Mário e sua esposa Nélida têm, juntos, um filho menor de 14 anos, trabalham e são segurados do regime geral da previdência social, além de serem considerados trabalhadores de baixa renda. Nessa situação, o salário-família somente será pago a um dos cônjuges. (   )

Florentina, que é empregada doméstica e segurada do RGPS, tem três filhos, mas não recebe salário-família. Nessa situação, apesar de ser considerada trabalhadora de baixa renda, Florentina não tem o direito de receber esse benefício. (   )

Rodolfo é presidente da agência de publicidade A4 Comunicação e recebe remuneração em decorrência do trabalho que desempenha. Nessa situação, Rodolfo é considerado contribuinte individual da previdência social, e, como tal, não faz jus ao benefício denominado salário-família, em observância ao princípio da universalidade de cobertura e atendimento que rege a seguridade social. (   )

É correto afirma que, se o segurado não apresentar o atestado de vacinação obrigatória e a comprovação de frequência escolar do filho ou equiparado, nas datas definidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social, o benefício do salário família será cancelado. (   )

É correto afirma que, a invalidez do filho ou equiparado maior de quatorze anos de idade deve ser verificada em entrevista social a cargo da previdência social. (   )

O direito ao salário família cessa automaticamente por morte do filho ou equiparado, a contar da data do óbito. (   )

O salário-família é devido ao segurado empregado, exceto ao doméstico, e ao segurado trabalhador avulso, na proporção do número de filhos e independentemente da renda do segurado. (   )

:: GABARITO COMENTADO

O aposentado por invalidez ou por idade e os demais aposentados com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais de idade, se do sexo masculino, ou 60 (sessenta) anos ou mais, se do feminino, terão direito ao salário-família, pago juntamente com a aposentadoria. (C)

Lei 8213, artigo 65, parágrafo único.

Lucas faz aniversário de 14 anos no dia 21 de agosto de 2017. É correto afirmar que Maurício, segurado de baixa renda e empregado do RGPS, não mais perceberá salário família por seu filho Lucas ter completado 14 anos de idade. (C)

A cota parte do salário família se encerra ao dependente do segurado de baixa renda completar 14 anos. Lei 8213, artigo 66.

O pagamento do salário-família é condicionado à apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado ou ao inválido, e à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória e de comprovação de frequência à escola do filho ou equiparado, exceto para o segurado empregado doméstico. (C)

Lei 8213, artigo 67. Para o empregado doméstico basta a apresentação da certidão de nascimento. Lei 8213, artigo 67, parágrafo único.

O pagamento do salário-família é condicionado à apresentação apenas da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado ou ao inválido, no caso dos dependentes do segurado empregado doméstico (C)

Lei 8213, artigo 67. Parágrafo único.

As cotas do salário-família serão pagas pela empresa ou pelo empregador doméstico, mensalmente, junto com o salário. (C)

Lei 8213, artigo 68.

O salário família será pago mensalmente ao empregado e trabalhador avulso aposentados por invalidez pelo INSS, exceto se estiverem em gozo de auxílio doença. (E)

Decreto 3048, artigo 82, II. O segurado em gozo de auxílio doença terá direito ao salário família pago mensalmente pelo INSS.

Para o segurado empregado de baixa renda, quando o salário do empregado não for mensal, o salário família será pago juntamente com o último pagamento relativo ao mês. (C)

Decreto 3048, artigo 82, parágrafo 1.

O salário família, benefício do RGPS, prescinde carência. (C)

O benefício de salário família, além de não substituir a renda mensal do segurado, ele dispensa a carência. Lei 8213, artigo 26, I.

Mário e sua esposa Nélida têm, juntos, um filho menor de 14 anos, trabalham e são segurados do regime geral da previdência social, além de serem considerados trabalhadores de baixa renda. Nessa situação, o salário-família somente será pago a um dos cônjuges. (E)

Decreto 3048, artigo 82, parágrafo 3. O salário família será devido aos dois pais empregados. Perceba que cada um está em um emprego e não seria justo pagar para apenas um deles.

Florentina, que é empregada doméstica e segurada do RGPS, tem três filhos, mas não recebe salário-família. Nessa situação, apesar de ser considerada trabalhadora de baixa renda, Florentina não tem o direito de receber esse benefício. (E)

A partir da Lei Complementar 150/15, o salário família também é direto do empregado doméstico. Lei 8213, artigo 65.

Rodolfo é presidente da agência de publicidade A4 Comunicação e recebe remuneração em decorrência do trabalho que desempenha. Nessa situação, Rodolfo é considerado contribuinte individual da previdência social, e, como tal, não faz jus ao benefício denominado salário-família, em observância ao princípio da universalidade de cobertura e atendimento que rege a seguridade social. (E)

Realmente, Rodolfo não fará jus ao benefício por se tratar de contribuinte individual e não ser segurado de baixa renda, porém, este critério observa o princípio da seguridade social distributividade e não da universalidade de cobertura e atendimento.

É correto afirma que, se o segurado não apresentar o atestado de vacinação obrigatória e a comprovação de frequência escolar do filho ou equiparado, nas datas definidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social, o benefício do salário família será cancelado. (E)

Decreto 3048, artigo 84, parágrafo 2. O benefício será suspenso até que documentação seja apresentada.

É correto afirma que, a invalidez do filho ou equiparado maior de quatorze anos de idade deve ser verificada em entrevista social a cargo da previdência social. (E)

Decreto 3048, artigo 85. A invalidez do filho ou equiparado maior de quatorze anos de idade deve ser verificada em exame médico-pericial a cargo da previdência social.

O direito ao salário família cessa automaticamente por morte do filho ou equiparado, a contar da data do óbito. (E)

Decreto 3048, artigo 88. A cessação ocorrerá a partir do MÊS SEGUINTE ao óbito e não apartir da data do óbito.

O salário-família é devido ao segurado empregado, exceto ao doméstico, e ao segurado trabalhador avulso, na proporção do número de filhos e independentemente da renda do segurado. (E)

A partir da Lei Complementar 150/15, o empregado doméstico, de baixa renda, tem direito ao benefício da previdência social denominado salário família.

:: PENSÃO POR MORTE

A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data do óbito, quando requerida até trinta dias depois deste.

(   )

Manuel deu entrada na pensão por morte de sua esposa Maria que foi brutalmente assassinada de forma dolosa. Manuel, 45 anos, era casado há 10 anos com Maria, que era segurada empregada há mais de 4 anos em uma pequena empresa. Após alguns anos, Manuel foi condenado, em trânsito em julgado, pela morte de Maria. É correto afirmar que a cota parte do benefício recebido por Manuel será cessada. (   )

O valor mensal da pensão por morte será de cem por cento do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data de seu falecimento. (   )

A concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente. (   )

O cônjuge ausente não exclui do direito à pensão por morte o companheiro ou a companheira, que somente fará jus ao benefício a partir da data de sua habilitação e independente de dependência econômica. (   )

Dona Florinda foi até o INSS e deu entrada no benefício do RGPS, pensão por morte, em virtude do falecimento do Professor Girafales, o seu companheiro há mais de 2 anos. É correto afirmar que, tendo sido verificada a perda da qualidade de segurado do Professor Girafales, será preciso verter seis contribuições mensais, para que seja respeitada a regra do MEIO, visto que a carência para a pensão por morte no RGPS é de 18 contribuições mensais. (   )

Roberto, segurado obrigatório do RGPS, desapareceu após um trágico acidente de avião onde o seu corpo nunca foi encontrado. É correto afirmar que os seus dependentes terão direito a pensão por morte provisória mediante, após 6 meses da ausência, prova do desaparecimento do segurado. (   )

A pensão por morte, havendo mais de um pensionista, será rateada de forma que o cônjuge os companheiro sempre perceba 50% do benefício. (   )

Catarina, segurada obrigatória do RGPS, morreu após um grave acidente de carro. Tendo Catarina vertido menos de 18 contribuições mensais e tendo um ano de união estável com Renata é correto afirmar que Renata perceberá pensão por morte previdenciária pelo período de 4 meses. (   )

Gilberto, segurado obrigatório do RGPS, faleceu de causas naturais e deixou apenas o seu companheiro Mathias, 29 anos e 11 meses, como dependente. Eles viviam em união estável há mais de 2 anos e Gilberto era empregado em uma empresa há 20 anos. É correto afirmar que Mathias perceberá pensão por morte pelo prazo de 15 anos. (   )

É correto afirmar que na pensão por morte do RGPS, com a extinção da parte do último pensionista, a pensão será gozada pelos seus herdeiros. ( )

O cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato que recebia pensão de alimentos concorrerá em igualdade de condições com os demais dependentes habilitados do segurado falecido. ( )

O pensionista inválido está obrigado, independentemente de sua idade e sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo da previdência social, processo de reabilitação profissional por ela prescrito e custeado e tratamento dispensado gratuitamente, incluído o cirúrgico e a transfusão de sangue. ( )

A pensão por morte poderá ser concedida, em caráter provisório, por morte presumida mediante sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária, a contar da data de sua emissão. ( )

É correto afirmar que, na pensão por morte do RGPS, o dependente menor de idade que se invalidar antes de completar vinte e um anos deverá ser submetido a exame médico pericial, não se extinguindo a respectiva cota se confirmada a invalidez. ( )

:: GABARITO COMENTADO

A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data do óbito, quando requerida até trinta dias depois deste. (E)

A Lei 13.183/15, de 4 de novembro de 2015, alterou o prazo para requerimento da pensão por morte para ser cotada a partir da data do óbito. Agora, o prazo é de 90 dias.

Manuel deu entrada na pensão por morte de sua esposa Maria que foi brutalmente assassinada de forma dolosa. Manuel, 45 anos, era casado há 10 anos com Maria, que era segurada empregada há mais de 4 anos em uma pequena empresa. Após alguns anos, Manuel foi condenado, em trânsito em julgado, pela morte de Maria. É correto afirmar que a cota parte do benefício recebido por Manuel será cessada. (C)

Lei 8213, artigo 74, parágrafo 1.

O valor mensal da pensão por morte será de cem por cento do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data de seu falecimento. (C)

Lei 8213, artigo 75.

A concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente. (C)

Lei 8213, artigo 76.

O cônjuge ausente não exclui do direito à pensão por morte o companheiro ou a companheira, que somente fará jus ao benefício a partir da data de sua habilitação e independente de dependência econômica. (E)

É exigida a comprovação de dependência econômica no caso do cônjuge ausente. Lei 8213, artigo 76, parágrafo 1.

Dona Florinda foi até o INSS e deu entrada no benefício do RGPS, pensão por morte, em virtude do falecimento do Professor Girafales, o seu companheiro há mais de 2 anos. É correto afirmar que, tendo sido verificada a perda da qualidade de segurado do Professor Girafales, será preciso verter nove contribuições mensais, para que seja respeitada a regra do MEIO, visto que a carência para a pensão por morte no RGPS é de 18 contribuições mensais. (E)

Não há carência para o benefício do RGPS pensão por morte. O que, realmente, há são condições para a concessão do referido benefício para o cônjuge ou companheiro expressas no artigo 77, V da Lei 8213. Também não há o que se falar em regra do MEIO para a pensão por

morte, pois não há carência. Lembre-se que as referidas condições não se aplicam aos demais possíveis dependentes do segurado. Elas serão aplicadas tão somente para o cônjuge ou companheiro. Não esqueça, também, de memorizar a tabela IDADE x TEMPO Lei 8213, artigo 77, V, c.

Roberto, segurado obrigatório do RGPS, desapareceu após um trágico acidente de avião onde o seu corpo nunca foi encontrado. É correto afirmar que os seus dependentes terão direito a pensão por morte provisória mediante, após 6 meses da ausência, prova do desaparecimento do segurado. (E)

Trata-se de morte presumida. Lei 8213, artigo 78, parágrafo 1.

A pensão por morte, havendo mais de um pensionista, será rateada de forma que o cônjuge os companheiro sempre perceba 50% do benefício. (E)

Havendo mais de um pensionista, a pensão será rateada de forma igualitária. Lei 8213, artigo 77 CAPUT.

Catarina, segurada obrigatória do RGPS, morreu após um grave acidente de carro. Tendo Catarina vertido menos de 18 contribuições mensais e tendo um ano de união estável com Renata é correto afirmar que Renata perceberá pensão por morte previdenciária pelo período de 4 meses. (E)

Renata perceberá pensão por morte pelo período expresso na tabela IDADE x TEMPO Lei 8213, artigo 77, V, c. Perceba que a morte ocorreu em decorrência de acidente de qualquer natureza. Logo, será respeitada a tabela do referido artigo. Estude também o artigo 77, parágrafo 2-A da Lei 8213.

Gilberto, segurado obrigatório do RGPS, faleceu de causas naturais e deixou apenas o seu companheiro Mathias, 29 anos e 11 meses, como dependente. Eles viviam em união estável há mais de 2 anos e Gilberto era empregado em uma empresa há 20 anos. É correto afirmar que Mathias perceberá pensão por morte pelo prazo de 15 anos. (E)

Mathias, na data do óbito, não tinha completado 30 anos para ter direito à pensão por 15 anos. Mathias receberá pensão por morte pelo instituidor Gilberto por 10 anos. Lei 8213, artigo 77, V, c.

É correto afirmar que na pensão por morte do RGPS, com a extinção da parte do último pensionista, a pensão será gozada pelos seus herdeiros. (E)

Com a extinção da parte do último pensionista, a pensão será EXTINTA. Lei 8213, artigo 77, parágrafo 3.

O cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato que recebia pensão de alimentos concorrerá em igualdade de condições com os demais dependentes habilitados do segurado falecido. (C)

Decreto 3048, artigo 111.

O pensionista inválido está obrigado, independentemente de sua idade e sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo da previdência social, processo de reabilitação profissional por ela prescrito e custeado e tratamento dispensado gratuitamente, incluído o cirúrgico e a transfusão de sangue. (E)

Os tratamentos cirúrgico e transfusão de sangue são facultativos e não obrigatórios. Decreto 3048, artigo 109.

A pensão por morte poderá ser concedida, em caráter provisório, por morte presumida mediante sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária, a contar da data de sua emissão. (C)

Decreto 3048, artigo 112, I.

É correto afirmar que, na pensão por morte do RGPS, o dependente menor de idade que se invalidar antes de completar vinte e um anos deverá ser submetido a exame médico pericial, não se extinguindo a respectiva cota se confirmada a invalidez. (C)

Decreto 3048, artigo 115.

:: AUXÍLIO RECLUSÃO

É correto afirmar que o requerimento do auxílio-reclusão deverá ser instruído com certidão do efetivo recolhimento à prisão, sendo obrigatória, para a manutenção do benefício, a apresentação de declaração de permanência na condição de presidiário. (   )

É devido auxílio reclusão aos dependentes do segurado desde que haja salário de contribuição na data do seu efetivo recolhimento à prisão e esteja mantida a qualidade de segurado. (   )

O pedido de auxílio reclusão deve ser instruído com certidão do efetivo recolhimento do segurado à prisão, desde que firmada pelo juiz competente. (   )

A data de início do benefício do RGPS auxílio reclusão será fixada na data do efetivo recolhimento do segurado à prisão, se requerido até trinta dias depois da prisão. (   )

O auxílio reclusão é devido, apenas, durante o período em que o segurado estiver recolhido à prisão sob regime fechado ou semiaberto. (   )

Célia, segurada obrigatória do RGPS, baixa renda, foi condenada em trânsito em julgado há 10 anos de reclusão. Tendo Célia apenas um filho de 5 anos é correto afirmar que Gabriel, filho de Célia, receberá auxílio reclusão até completar 21 anos de idade. (   )

Caetano, aposentado do RGPS, baixa tenda, foi condenado há 20 anos de reclusão. É correto afirmar que Zenilda, 65 anos, sua esposa há mais de 35 anos, receberá auxílio reclusão, em virtude da prisão de Caetano, até que ele permaneça recluso. (   )

A concessão de auxílio-reclusão depende de carência de 18 meses. (   )

É correto afirmar que o beneficiário do benefício auxílio reclusão deverá apresentar trimestralmente atestado de que o segurado continua detido ou recluso, assinado pela autoridade competente. (   )

Zé pequeno, perigoso traficante de drogas, morre durante cumprimento de pena na prisão. É correto afirmar que o auxílio reclusão que os seus dependentes vinham recebendo será cessado automaticamente. (   )

É permitida a continuação da concessão do auxílio reclusão aos dependentes do segurado por um mês após a soltura do segurado. (   )

O auxílio-reclusão será devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão, exceto se esta se deu em decorrência do cometimento de crime hediondo. (   )

Juscelino, segurado do RGPS em gozo de auxílio doença, foi condenado em trânsito em julgado há 20 anos de reclusão. É correto afirmar que os seus dependentes terão direito benefício auxilio reclusão. (   )

Aplicam- se ao auxílio reclusão as normas referentes à pensão por morte, sendo necessária, no caso de qualificação de dependentes após a reclusão ou detenção do segurado, a preexistência da dependência econômica. (   )

O segurado recolhido à prisão sob regime fechado ou semiaberto, que, nesta condição, preste serviço, dentro ou fora da unidade penal, a uma ou mais empresas, com ou sem intermediação da organização carcerária ou entidade afim, ou que exerce atividade artesanal por conta própria se filiará ao RGPS na qualidade de segurado contribuinte individual. (   )

:: GABARITO COMENTADO

É correto afirmar que o requerimento do auxílio-reclusão deverá ser instruído com certidão do efetivo recolhimento à prisão, sendo obrigatória, para a manutenção do benefício, a apresentação de declaração de permanência na condição de presidiário. (C)

Lei 8213, artigo 80, parágrafo único. A referida declaração é feita, em regra, pelo dependente de três em três meses apresentada em um agência da previdência social.

É devido auxílio reclusão aos dependentes do segurado desde que haja salário de contribuição na data do seu efetivo recolhimento à prisão e esteja mantida a qualidade de segurado. (E)

É devido auxílio reclusão aos dependentes do segurado INDEPENDENTE de que haja salário de contribuição na data do seu efetivo recolhimento à prisão e desde que mantida a qualidade de segurado. Decreto 3048, artigo 116, parágrafo 1.

O pedido de auxílio reclusão deve ser instruído com certidão do efetivo recolhimento do segurado à prisão, desde que firmada pelo juiz competente. (E)

Não é necessário que seja, obrigatoriamente, um juiz. Poderá ser firmada pela autoridade competente. Decreto 3048, artigo 116, parágrafo 2.

A data de início do benefício do RGPS auxílio reclusão será fixada na data do efetivo recolhimento do segurado à prisão, se requerido até trinta dias depois da prisão. (E)

Lei 8213, artigo 80. O auxílio-reclusão será devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão, que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, de aposentadoria ou de abono de permanência em serviço. Sendo assim, o prazo do requerimento do início do auxílio reclusão foi alterado assim como a pensão por morte. Alteram-se os 30 dias para 90 dias do artigo 74, I da lei de benefícios 8213.

O auxílio reclusão é devido, apenas, durante o período em que o segurado estiver recolhido à prisão sob regime fechado ou semiaberto. (C)

Decreto 3048, artigo 116, parágrafo 5.

Célia, segurada obrigatória do RGPS, baixa renda, foi condenada em trânsito em julgado há 10 anos de reclusão. Tendo Célia apenas um filho de 5 anos é correto afirmar que Gabriel, filho de Célia, receberá auxílio reclusão até completar 21 anos de idade. (E)

Gabriel receberá o benefício de auxílio reclusão enquanto Célia estiver reclusa. Pelo exposto na assertiva, Gabriel receberá até os seus 15 anos. Decreto 3048, artigo 116, parágrafo 5.

Caetano, aposentado do RGPS, baixa tenda, foi condenado há 20 anos de reclusão. É correto afirmar que Zenilda, 65 anos, sua esposa há mais de 35 anos, receberá auxílio reclusão, em virtude da prisão de Caetano, até que ele permaneça recluso. (E)

Não confere auxílio reclusão aos dependentes do segurado de baixa renda que estiver em gozo de aposentadoria. Decreto 3048, artigo 116.

A concessão de auxílio-reclusão depende de carência de 18 meses. (E)

O benefício do RGPS auxílio reclusão independe de carência. Lei 8213, artigo 26, I.

É correto afirmar que o beneficiário do benefício auxílio reclusão deverá apresentar trimestralmente atestado de que o segurado continua detido ou recluso, assinado pela autoridade competente. (C)

Decreto 3048, artigo 117, parágrafo 1.

Zé pequeno, perigoso traficante de drogas, morre durante cumprimento de pena na prisão. É correto afirmar que o auxílio reclusão que os seus dependentes vinham recebendo será cessado automaticamente. (E)

O auxílio reclusão será convertido em pensão por morte. Decreto 3048, artigo 118.

É permitida a continuação da concessão do auxílio reclusão aos dependentes do segurado por um mês após a soltura do segurado. (E)

É vedada a concessão do auxílio reclusão após a soltura do segurado. Decreto 3048, artigo 119.

O auxílio-reclusão será devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão, exceto se esta se deu em decorrência do cometimento de crime hediondo. (E)

Não existe esta exceção dentro da legislação previdenciária. Lei 8213, artigo 80.

Juscelino, segurado do RGPS em gozo de auxílio doença, foi condenado em trânsito em julgado há 20 anos de reclusão. É correto afirmar que os seus dependentes terão direito benefício auxilio reclusão. (E)

Está errada por dois motivos. A assertiva não cita que Juscelino é segurado de baixa renda como também, ele está em gozo de auxílio doença. Lei 8213, artigo 80.

Aplicam- se ao auxílio reclusão as normas referentes à pensão por morte, sendo necessária, no caso de qualificação de dependentes após a reclusão ou detenção do segurado, a preexistência da dependência econômica. (C)

Decreto 3048, artigo 116, parágrafo 3.

O segurado recolhido à prisão sob regime fechado ou semiaberto, que, nesta condição, preste serviço, dentro ou fora da unidade penal, a uma ou mais empresas, com ou sem intermediação da organização carcerária ou entidade afim, ou que exerce atividade artesanal por conta própria se filiará ao RGPS na qualidade de segurado contribuinte individual. (E)

Decreto 3048, artigo 11, XI. O segurado recluso que trabalhar poderá se filiar ao RGPS na qualidade de segurado FACULTATIVO.

:: PRAZOS

Uma norma legal que apenas altere o prazo de recolhimento das contribuições sociais destinadas à previdência social não se sujeitará ao princípio da anterioridade. ( )

Joaquim, segurado especial do regime geral, contribui para o sistema na proporção do resultado da comercialização de sua produção. Nessa situação, Joaquim somente terá direito à aposentadoria por contribuição caso promova, pelo prazo legal, os devidos recolhimentos como se contribuinte individual fosse. ( )

Paulo, afastado de suas atividades laborais, tem recebido auxílio doença. Nessa situação, a condição de segurado de Paulo será mantida sem limite de prazo, enquanto estiver no gozo do benefício, independentemente de contribuição para a previdência social. ( )

Não descaracterizará a qualidade de segurado especial a exploração da atividade turística da propriedade rural, salvo com hospedagem, por não mais de 120 (cento e vinte) dias ao ano. ( )

É correto afirmar que o CNPS (Conselho Nacional de Previdência Social), reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, por convocação de seu Presidente, não podendo ser adiada a reunião por mais de 10 dias se houver requerimento nesse sentido da maioria dos conselheiros. ( )

A aposentadoria por idade será devida da data do requerimento, quando não houver desligamento do emprego ou quando for requerida após o desligamento do emprego ou quando for requerida após o desligamento em prazo superior a 90 dias ( )

É coreto afirmar, segundo a pensão por morte do RGPS, que após 3 meses de ausência por morte presumida do segurado, declarada pela autoridade judicial competente, será concedida pensão provisória. ( )

É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito judicial. ( )

Sobre a procuração, o benefício será pago diretamente ao beneficiário, salvo em caso de ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção, quando será pago a procurador, cujo mandato não terá prazo superior a 6 meses, podendo ser renovado. ( )

O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, desde que esteja recebendo auxílio-acidente. (   )

Acerca da contribuição empresarial da associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional destinada à Seguridade Social, caberá à entidade promotora do espetáculo a responsabilidade de efetuar o desconto de cinco por cento da receita bruta decorrente dos espetáculos desportivos e o respectivo recolhimento no prazo de até dois dias úteis após a realização do evento. (   )

O prazo de validade da Certidão Negativa de Débito CND é de sessenta dias, contados da sua emissão, podendo ser ampliado por regulamento para até cento e oitenta dias. (   )

Verificada a recuperação da capacidade de trabalho do aposentado por invalidez, quando a recuperação ocorrer dentro de 5 anos, contados da data do início da aposentadoria por invalidez ou do auxílio-doença que a antecedeu sem interrupção, o benefício cessará de imediato, para o segurado empregado que tiver direito a retornar à função que desempenhava na empresa quando se aposentou. (   )

O segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, até 6 meses após o licenciamento. (   )

Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições até 12 meses após o livramento, o segurado retido ou recluso. (   )

:: GABARITO COMENTADO

Uma norma legal que apenas altere o prazo de recolhimento das contribuições sociais destinadas à previdência social não se sujeitará ao princípio da anterioridade. (C)

Quando houver apenas a alteração do PRAZO de uma contribuição e não ocorrer uma criação ou majoração, a norma legal não se sujeitará ao princípio da anterioridade. Lembre-se do prazo de recolhimento do empregado doméstico trazido pela Lei Complementar 150/15. Ele foi alterado do dia 15 para o dia 7. Logo, não houve a necessidade de se respeitar o princípio da anterioridade.

Joaquim, segurado especial do regime geral, contribui para o sistema na proporção do resultado da comercialização de sua produção. Nessa situação, Joaquim somente terá direito à aposentadoria por contribuição caso promova, pelo prazo legal, os devidos recolhimentos como se contribuinte individual fosse. (C)

Para ter direito à aposentadoria por tempo de contribuição, Joaquim poderá contribuir facultativamente como se contribuinte individual fosse. Lei 8212, artigo 25, parágrafo 1.

Paulo, afastado de suas atividades laborais, tem recebido auxílio doença. Nessa situação, a condição de segurado de Paulo será mantida sem limite de prazo, enquanto estiver no gozo do benefício, independentemente de contribuição para a previdência social. (C)

Lei 8213, artigo 15, I.

Não descaracterizará a qualidade de segurado especial a exploração da atividade turística da propriedade rural, salvo com hospedagem, por não mais de 120 (cento e vinte) dias ao ano. (E)

A exploração da atividade turística da propriedade rural, INCLUSIVE COM HOSPEDAGEM, por não mais de 120 (cento e vinte) dias ao ano. Lei 8213, artigo 11, parágrafo 8, II.

É correto afirmar que o CNPS (Conselho Nacional de Previdência Social), reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, por convocação de seu Presidente, não podendo ser adiada a reunião por mais de 10 dias se houver requerimento nesse sentido da maioria dos conselheiros. (E)

O CNPS reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, por convocação de seu Presidente, não podendo ser adiada a reunião por mais de 15 (QUINZE) DIAS se houver requerimento nesse sentido da maioria dos conselheiros. Lei 8213, artigo 3, parágrafo 3.

A aposentadoria por idade será devida da data do requerimento, quando não houver desligamento do emprego ou quando for requerida após o desligamento do emprego ou quando for requerida após o desligamento em prazo superior a 90 dias (C)

Lei 8213, artigo 49, I, b.

É coreto afirmar, segundo a pensão por morte do RGPS, que após 3 meses de ausência por morte presumida do segurado, declarada pela autoridade judicial competente, será concedida pensão provisória. (E)

Após 6 meses de ausência por morte presumida do segurado, declarada pela autoridade judicial competente, será concedida pensão provisória. Lei 8213, artigo 78.

É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito judicial. (E)

Do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito ADMINISTRATIVO. Lei 8213, artigo 103.

Sobre a procuração, o benefício será pago diretamente ao beneficiário, salvo em caso de ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção, quando será pago a procurador, cujo mandato não terá prazo superior a 6 meses, podendo ser renovado. (E)

o benefício será pago diretamente ao beneficiário, salvo em caso de ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção, quando será pago a procurador, cujo mandato não terá prazo superior a 12 MESES, podendo ser renovado. Lei 8213, artigo 109.

O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, desde que esteja recebendo auxílio-acidente. (E)

Independe se esteja ou não em gozo de auxílio acidente, o segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário. Lei 8213, artigo 118.

Acerca da contribuição empresarial da associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional destinada à Seguridade Social, caberá à entidade promotora do espetáculo a responsabilidade de efetuar o desconto de cinco por cento da receita bruta decorrente dos espetáculos desportivos e o respectivo recolhimento no prazo de até dois dias úteis após a realização do evento. (C)

Lei 8212, artigo 22, parágrafo 7

O prazo de validade da Certidão Negativa de Débito CND é de sessenta dias, contados da sua emissão, podendo ser ampliado por regulamento para até cento e oitenta dias. (C)

Lei 8212, artigo 47, parágrafo 5.

Verificada a recuperação da capacidade de trabalho do aposentado por invalidez, quando a recuperação ocorrer dentro de 5 anos, contados da data do início da aposentadoria por invalidez ou do auxílio-doença que a antecedeu sem interrupção, o benefício cessará de imediato, para o segurado empregado que tiver direito a retornar à função que desempenhava na empresa quando se aposentou. (C)

Lei 8213, artigo 47, I, a.

O segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, até 6 meses após o licenciamento. (E)

Ele manterá a qualidade de segurado pelo prazo de 3 meses após o licenciamento. Lei 8213, artigo 15, V.

Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições até 12 meses após o livramento, o segurado retido ou recluso. (C)

Lei 8213, artigo 15, IV.

:: ABONO ANUAL

Em relação ao abono anual a ser pago aos segurados da Previdência Social, é correto afirmar que ele é calculado mediante aplicação do fator previdenciário sobre a última remuneração recebida pelo trabalhador. (   )

É correto afirmar que o abono anual somente pode ser recebido cumulativamente com o benefício mensal e com a gratificação de natal. (   )

É correto afirmar que o valor do abono anual deve ser calculado da mesma forma que a gratificação de natal dos trabalhadores. (   )

Sobre o abono anual é correto afirmar que o valor base para seu cálculo consiste na remuneração do 1.º mês do ano em que o trabalhador receber qualquer benefício. (   )

É devido abono anual ao segurado que, durante o ano, tenha recebido auxílio-doença, auxílio-acidente ou aposentadoria, pensão por morte, auxílio-reclusão ou salário-família, devendo o abono ser calculado pela média dos proventos pagos durante o ano ao segurado. (   )

Em regra, é correto afirmar que o abono anual integra o salário de contribuição.   (   )

É correto afirmar que todos os benefícios do RGPS darão direito ao recebimento do abono anual pelo segurado. (   )

O abono anual será calculado da mesma forma que a gratificação natalina dos trabalhadores, tendo por base o valor da renda mensal do benefício do mês de dezembro de cada ano. (   )

O valor do abono anual correspondente ao período de duração do salário maternidade será pago, em cada exercício, juntamente com a última parcela do benefício nele devida. (   )

É devido abono anual ao segurado e ao dependente da Previdência Social que, durante o ano, recebeu auxílio-doença, auxílio-acidente ou aposentadoria, pensão por morte ou auxílio-reclusão. (   )

:: GABARITO COMENTADO

Em relação ao abono anual a ser pago aos segurados da Previdência Social, é correto afirmar que ele é calculado mediante aplicação do fator previdenciário sobre a última remuneração recebida pelo trabalhador. (E)

Não há relação direta do abono anual com o fator previdenciário.

É correto afirmar que o abono anual somente pode ser recebido cumulativamente com o benefício mensal e com a gratificação de natal. (E)

O abono anual será recebido tendo POR BASE a gratificação natalina dor trabalhadores. Não há a referida cumulação.

É correto afirmar que o valor do abono anual deve ser calculado da mesma forma que a gratificação de natal dos trabalhadores. (E)

Ter por base não significa que será calculado da mesma forma. Exemplo: a segurada recebe salário maternidade e, posteriormente o abono anual. Ora, ela receberá o seu abono anual em avos, ou seja, 4/12. Isso não quer dizer que, se ela fosse uma trabalhadora, receberia 4/12 e sim a proporção de seu trabalho na empresa. Lei 8213, artigo 40, parágrafo único.

Sobre o abono anual é correto afirmar que o valor base para seu cálculo consiste na remuneração do 1.º mês do ano em que o trabalhador receber qualquer benefício. (E)

Não há essa relação. O segurado receberá o valor proporcional do gozo do benefício.

É devido abono anual ao segurado que, durante o ano, tenha recebido auxílio-doença, auxílio-acidente ou aposentadoria, pensão por morte, auxílio-reclusão ou salário-família, devendo o abono ser calculado pela média dos proventos pagos durante o ano ao segurado. (E)

O benefício do RGPS salário família não garante abono anual. Lei 8213, artigo 40

Em regra, é correto afirmar que o abono anual integra o salário de contribuição. (E)

Correto. Abono anual em regra não integra o salário de contribuição.

É correto afirmar que todos os benefícios do RGPS darão direito ao recebimento do abono anual pelo segurado. (E)

Segurado em gozo apenas do salário família não faz jus a abono anual.

O abono anual será calculado da mesma forma que a gratificação natalina dos trabalhadores, tendo por base o valor da renda mensal do benefício do mês de dezembro de cada ano. (C)

Lei 8213, artigo 40, parágrafo único.

O valor do abono anual correspondente ao período de duração do salário maternidade será pago, em cada exercício, juntamente com a última parcela do benefício nele devida. (C)

Decreto 3048, artigo 120, parágrafo 2.

É devido abono anual ao segurado e ao dependente da Previdência Social que, durante o ano, recebeu auxílio-doença, auxílio-acidente ou aposentadoria, pensão por morte ou auxílio-reclusão. (C)

Em verdade, o abono anual não é devido ao dependente, porém este é o texto da lei. Lei 8213, artigo 40.

:: ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS

Leonardo, 10 anos, único filho de Joana e Sérgio, perde os seus pais em um trágico acidente de carro. É correto afirmar que Leonardo poderá acumular as duas pensões por morte provenientes de seus pais, segurados do RGPS. (   )

Joziel, 65 anos, segurado do RGPS há mais de 25 anos, está em gozo de auxílio doença há 2 anos. É correto afirmar que, da entrada do pedido de aposentadoria por idade de Joziel, a aposentadoria sendo concedida, ele poderá acumular o auxílio doença, que já recebe, com a aposentadoria por idade. (   )

Francisco, professor aposentado da Universidade Federal da Bahia, deu entrada na aposentadoria por idade no RGPS por cumprir os requisitos para a concessão desta. É correto afirmar que Francisco poderá acumular a aposentadoria de professor do RPPS do Executivo Federal com a aposentadoria por idade do RGPS. (   )

Cacilda, grávida, segurada empregada do RGPS, está em gozo de auxílio doença há um ano. É correto afirmar que, quando o seu filho nascer, Cacilda poderá acumular o auxílio doença recebido com o salário maternidade requerido. (   )

Tobias, 20 anos, desempregado, está em gozo de seguro desemprego. Com o falecimento de seu pai Adroaldo, segurado do RGPS, sendo Tobias único dependente de Adroaldo, Tobias não poderá acumular o seguro desemprego com a pensão por morte proveniente de seu pai. (   )

Emiliano, 65 anos, segurado do RGPS ininterruptamente por 20 anos, recebe auxílio acidente do RGPS desde 2010. É correto afirmar que Emiliano poderá acumular o auxílio acidente com a aposentadoria por idade requerida. (   )

É permitida a acumulação de aposentadoria por idade do RGPS com a pensão especial dos portadores de deficiência por Síndrome da Talidomida. (   )

O segurado recluso não faz jus aos benefícios de auxílio doença durante a percepção, pelos seus dependentes, do auxílio reclusão, permitida a opção, desde que manifestada, também, pelos dependentes, pelo benefício mais vantajoso. (   )

Bento, aposentado especial do RGPS, retorna à atividade laborativa como vendedor de seguros. É correto afirmar que Bento não terá prejudicado o recebimento de sua aposentadoria especial a qual será mantida no seu valor integral. (   )

Cátia recebe pensão por morte em virtude do falecimento de seu primeiro companheiro. É correto afirmar que, caso o seu atual esposo, segurado obrigatório do RGPS há 30 anos, faleça com quem Cátia está casada há 3 anos, Cátia poderá acumular a pensão por morte já recebida com a pensão por morte deixada por seu atual esposo. (   )

No RGPS não é permitida a acumulação de salário maternidade com auxílio doença. (   )

No RGPS é permitida a acumulação de mais de uma pensão deixada por cônjuge. (   )

Ronaldo, 65 anos, professor universitário aposentado dos RPPS´s estadual e federal, deu entrada em aposentadoria por idade no RGPS, pois já possui os requisitos para a concessão como professor neste regime. É correto afirmar que Ronaldo poderá acumular as três aposentadorias. (   )

No RGPS é permitida a acumulação de aposentadoria com auxílio doença. (   )

No RGPS é permitida a acumulação de mais de uma pensão deixada por companheiro ou companheira. (   )

Vitória recebe pensão por morte pelo falecimento de seu primeiro marido. É correto afirmar que, pela reclusão de seu atual marido, Justino, com quem é casada há 5 anos, segurado obrigatório de baixa renda há 10 anos, Vitória poderá acumular a pensão por morte já recebida com auxílio reclusão. (   )

No RGPS não é permitida a acumulação de auxílio acidente com qualquer aposentadoria. (   )

O direito adquirido não é levado em consideração nos casos de acumulação de benefícios no RGPS. (   )

O segurado aposentado por invalidez no RGPS que retornar ao trabalho poderá sempre acumular a referida aposentadoria como a remuneração auferida pelo retorno à atividade laborativa. (   )

Jesuíno recebe BPC LOAS por ser portador de deficiência. É correto afirmar que Jesuíno poderá acumular o referido benefício assistencial com auxílio doença do RGPS. (   )

:: GABARITO COMENTADO

Leonardo, 10 anos, único filho de Joana e Sérgio, perde os seus pais em um trágico acidente de carro. É correto afirmar que Leonardo poderá acumular as duas pensões por morte provenientes de seus pais, segurados do RGPS. (C)

Não há vedação na legislação para que filho recebe pensões de seus pais falecidos. Perceba que, pelo exposto, Leonardo receberá pensão de seus pais até que complete 21 anos, em regra.

Joziel, 65 anos, segurado do RGPS há mais de 25 anos, está em gozo de auxílio doença há 2 anos. É correto afirmar que, da entrada do pedido de aposentadoria por idade de Joziel, a aposentadoria sendo concedida, ele poderá acumular o auxílio doença, que já recebe, com a aposentadoria por idade. (E)

A aposentadoria de Joziel é inacumulável com auxílio doença. Decreto 3048, artigo 167, I.

Francisco, professor aposentado da Universidade Federal da Bahia, deu entrada na aposentadoria por idade no RGPS por cumprir os requisitos para a concessão desta. É correto afirmar que Francisco poderá acumular a aposentadoria de professor do RPPS do Executivo Federal com a aposentadoria por idade do RGPS. (C)

Sendo regimes distintos e Francisco cumprindo os requisitos de concessão, não há óbice na acumulação dos referidos benefícios.

Cacilda, grávida, segurada empregada do RGPS, está em gozo de auxílio doença há um ano. É correto afirmar que, quando o seu filho nascer, Cacilda poderá acumular o auxílio doença recebido com o salário maternidade requerido. (E)

Salário maternidade não pode ser acumulado com auxílio doença. Decreto 3048, artigo 167, IV.

Tobias, 20 anos, desempregado, está em gozo de seguro desemprego. Com o falecimento de seu pai Adroaldo, segurado do RGPS, sendo Tobias único dependente de Adroaldo, Tobias não poderá acumular o seguro desemprego com a pensão por morte proveniente de seu pai. (E)

Decreto 3048, artigo 167, parágrafo 2.

Emiliano, 65 anos, segurado do RGPS ininterruptamente por 20 anos, recebe auxílio acidente do RGPS desde 2010. É correto afirmar que Emiliano poderá acumular o auxílio acidente com a aposentadoria por idade requerida. (E)

Decreto 3048, artigo 167, IX.

É permitida a acumulação de aposentadoria por idade do RGPS com a pensão especial dos portadores de deficiência por Síndrome da Talidomida. (C)

Decreto 3048, artigo 167, parágrafo 3.

O segurado recluso não faz jus aos benefícios de auxílio doença durante a percepção, pelos seus dependentes, do auxílio reclusão, permitida a opção, desde que manifestada, também, pelos dependentes, pelo benefício mais vantajoso. (C)

Decreto 3048, artigo 167, parágrafo 3.

Bento, aposentado especial do RGPS, retorna à atividade laborativa como vendedor de seguros. É correto afirmar que Bento não terá prejudicado o recebimento de sua aposentadoria especial a qual será mantida no seu valor integral. (C)

Perceba que a nova atividade exercida por Bento não está relacionada com o exercício de atividade ou operação que o sujeite aos agentes nocivos. Logo, Bento não terá prejudicado o recebimento de sua aposentadoria especial a qual será mantida no seu valor integral. Lei 8213, artigo 57, parágrafo 8.

Cátia recebe pensão por morte em virtude do falecimento de seu primeiro companheiro. É correto afirmar que, caso o seu atual esposo, segurado obrigatório do RGPS há 30 anos, faleça, com quem Cátia está casada há 3 anos, Cátia poderá acumular a pensão por morte já recebida com a pensão por morte deixada por seu atual esposo. (E)

Cátia não acumulará as pensões, porem poderá optar pela mais vantajosa. Decreto 3048, artigo 167, VI e parágrafo 1.

No RGPS não é permitida a acumulação de salário maternidade com auxílio doença. (C)

Decreto 3048, artigo 167, IV.

No RGPS é permitida a acumulação de mais de uma pensão deixada por cônjuge. (E)

Decreto 3048, artigo 167, VI.

Ronaldo, 65 anos, professor universitário aposentado dos RPPS´s estadual e federal, deu entrada em aposentadoria por idade no RGPS, pois já possui os requisitos para a concessão como professor neste regime. É correto afirmar que Ronaldo poderá acumular as três aposentadorias. (C)

Perceba que o RPPS estadual é distinto do federal. Tendo cumprido os requisitos da aposentadoria do RGPS e sabendo que os tempos dos três regimes não são concomitantes, Ronaldo poderá gozar das três aposentadorias. Constituição Federal, artigo 37, XVI.

No RGPS é permitida a acumulação de aposentadoria com auxílio doença. (E)

Decreto 3048, artigo 167, I.

No RGPS é permitida a acumulação de mais de uma pensão deixada por companheiro ou companheira. (E)

Decreto 3048, artigo 167, VII.

Vitória recebe pensão por morte pelo falecimento de seu primeiro marido. É correto afirmar que, pela reclusão de seu atual marido, Justino, com quem é casada há 5 anos, segurado obrigatório de baixa renda há 10 anos, Vitória poderá acumular a pensão por morte já recebida com auxílio reclusão. (E)

Sendo o auxílio reclusão devido nas mesmas condições da pensão por morte, a referida acumulação não será possível. Decreto 3048, artigo 116 e artigo 167, VI.

No RGPS não é permitida a acumulação de auxílio acidente com qualquer aposentadoria. (C)

Decreto 3048, artigo 167, IX.

O direito adquirido não é levado em consideração nos casos de acumulação de benefícios no RGPS. (E)

Contrário. O texto do artigo 167 do Decreto 3048 expões que SALVONO CASO DE DIREITO ADQUIRIDO. Logo, é levado sim em consideração na análise das acumulações do RGPS.

O segurado aposentado por invalidez no RGPS que retornar ao trabalho sempre poderá acumular a referida aposentadoria como a remuneração auferida pelo retorno à atividade laborativa. (E)

Deverá ser analisado o artigo 46 e 47 da Lei 8213.

Jesuíno recebe BPC LOAS por ser portador de deficiência. É correto afirmar que Jesuíno poderá acumular o referido benefício assistencial com auxílio doença do RGPS. (E)

O BPC LOAS é não-acumulável, em regra, com o recebimento de benefícios do RGPS. Decreto 6214, artigo 5.

:: JUSTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

A propósito do processo de justificação administrativa, a comprovação do tempo de serviço para fins previdenciários deve realizar-se com base em início de prova material, não sendo admitida a prova exclusivamente testemunhal, sem exceção. (   )

Deve-se admitir a justificação administrativa ainda que o fato a comprovar dependa de registro público de casamento, de idade ou de óbito. (   )

A justificação administrativa, utilizada para a comprovação de relação de parentesco, dentre outros, deve, para produzir efeito, estar baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal. (   )

O cônjuge separado de fato que tenha recebido pensão de alimentos de segurado do RGPS não faz jus à pensão por morte do segurado, caso este tenha mantido, em vida, união estável provada, por meio de justificação administrativa, no INSS. (   )

A comprovação realizada mediante justificação administrativa ou judicial só produz efeito perante a previdência social quando baseada em início de prova material. (   )

:: GABARITO COMENTADO

A propósito do processo de justificação administrativa, a comprovação do tempo de serviço para fins previdenciários deve realizar-se com base em início de prova material, não sendo admitida a prova exclusivamente testemunhal, sem exceção. (E)

Existe exceção: motivo de força maior ou caso fortuito. Lei 8213, artigo 55, parágrafo 3.

Deve-se admitir a justificação administrativa ainda que o fato a comprovar dependa de registro público de casamento, de idade ou de óbito. (E)

Não se admite justificação administrativa para comprovação de registro público.

A justificação administrativa, utilizada para a comprovação de relação de parentesco,dentre outros, deve, para produzir efeito, estar baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal. (C)

Decreto 3048, artigo 143.

O cônjuge separado de fato que tenha recebido pensão de alimentos de segurado do RGPS não faz jus à pensão por morte do segurado, caso este tenha mantido, em vida, união estável provada, por meio de justificação administrativa, no INSS. (E)

Tendo sido homologada a justificação administrativa do segurado com a companheiro perante o INSS, não há sentido o cônjuge separado de fato não receber por esse motivo. Decreto 3048, artigo 142.

A comprovação realizada mediante justificação administrativa ou judicial só produz efeito perante a previdência social quando baseada em início de prova material. (C)

Faz-se necessário o início de prova material para que comece um processo de justificação administrativa. Por isso, provas exclusivamente testemunhais não são admitidas.

:: DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO

O prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado para a revisão do ato de concessão de benefício é de dez anos, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação. (   )

A ação para haver prestações devidas pela previdência social prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas. (   )

O direito de requerer pensão por morte decai após cinco anos da morte do segurado. (   )

O direito da Previdência Social de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os seus beneficiários decai em dez anos, contados da data em que foram praticados, em qualquer hipótese. (   )

As ações referentes à prestação por acidente do trabalho prescrevem em 5 anos contados da data em que for reconhecida pela Previdência Social, a incapacidade permanente ou o agravamento das sequelas do acidente. (   )

:: GABARITO COMENTADO

O prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado para a revisão do ato de concessão de benefício é de dez anos, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação. (C)

Lei 8213, artigo 103.

A ação para haver prestações devidas pela previdência social prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas. (C)

Lei 8213, artigo 103. Parágrafo único.

O direito de requerer pensão por morte decai após cinco anos da morte do segurado. (E)

O direito de requerer benefício no RGPS não decai. Apenas o salário maternidade tem a prerrogativa de ser requerido em até 5 anos do fato gerador do benefício.

O direito da Previdência Social de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os seus beneficiários decai em dez anos, contados da data em que foram praticados, em qualquer hipótese. (E)

Lei 8213, artigo 103-A. Salvado comprovada a má-fé.

As ações referentes à prestação por acidente do trabalho prescrevem em 5 anos contados da data em que for reconhecida pela Previdência Social, a incapacidade permanente ou o agravamento das sequelas do acidente. (C)

Lei 8213, artigo 104, II.

:: BPC LOAS

No que se refere ao Benefício de Prestação Continuada, LOAS, julgue os itens seguintes: Para os fins do reconhecimento do direito ao benefício, considera-se família incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou do idoso, aquela cuja renda líquida familiar dividida pelo número de seus integrantes seja inferior a um quarto do salário mínimo.
(   )

O Benefício de Prestação Continuada será devido com o cumprimento de todos os requisitos legais e regulamentares exigidos para a sua concessão, devendo o seu pagamento ser efetuado em até trinta dias após cumpridas as exigências. (   )

O valor do Benefício de Prestação Continuada concedido a deficiente não será computado no cálculo da renda mensal bruta familiar, para fins de concessão do Benefício de Prestação Continuada a outro deficiente da mesma família. (   )

Para o Benefício de Prestação Continuada, incide contribuição previdenciária do beneficiário e, consequentemente, gera pagamento de abono anual. (   )

No que concerne aos procedimentos do BPC LOAS, o instrumento de procuração poderá ser outorgado em formulário próprio do INSS, mediante comprovação do motivo da ausência do beneficiário, e sua validade deverá ser renovada a cada doze meses. (   )

O Benefício de Prestação Continuada é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso, com idade de sessenta e cinco anos ou mais se homem e 60 anos ou mais se mulher, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família. (   )

Considera-se família para cálculo da renda per capita: conjunto de pessoas composto pelo requerente, o cônjuge, o companheiro, a companheira, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores sob guarda, desde que vivam sob o mesmo teto. (   )

O beneficiário do BPC LOAS não pode acumular o Benefício de Prestação Continuada com qualquer outro benefício no âmbito da Seguridade Social ou de outro regime, exceto o seguro desemprego. (   )

Para fins de identificação da pessoa com deficiência e do idoso e de comprovação da idade do idoso, a carteira de reservista poderá ser apresentada para tal finalidade. (   )

Para fins de reconhecimento do direito ao Benefício de Prestação Continuada às crianças e adolescentes menores de dezoito anos de idade, deve ser avaliada a existência da deficiência e o seu impacto na limitação do desempenho de atividade e restrição da participação social, compatível com a idade. (   )

É correto afirmar que a assistência social é Política de Seguridade Social contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. ( )

É correto afirmar que a assistência social tem como um dos seus objetivos a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente, o amparo às crianças e aos adolescentes carentes. ( )

O BPC LOAS, conclusos os requisitos para a concessão, garante um salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. ( )

Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos. ( )

É princípio da assistência social a universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas. ( )

Samuel, 65 anos, sem renda, deu entrada no INSS pelo Benefício de Prestação Continuada LOAS para idoso. Na sua casa vivem ele, o filho Ícaro e a nora Samantha que recebem um salário mínimo, cada, em seus empregos. É correto afirmar que Samuel terá negado o benefício pleiteado, pois a renda mensal per capita de sua família é superior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo. ( )

Acerca do BPC LOAS, na hipótese de não existirem serviços no município de residência do beneficiário, fica assegurado, na forma prevista em regulamento, o seu encaminhamento ao município mais próximo que contar com tal estrutura. ( )

O benefício de prestação continuada deve ser revisto anualmente para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem. ( )

Acerca do BPC LOAS, a contratação de pessoa com deficiência como aprendiz não acarreta a suspensão do benefício de prestação continuada, limitado a 2 anos o recebimento concomitante da remuneração e do benefício. ( )

À luz do Decreto n.º 6.214/2007 é correto afirmar que são requisitos imprescindíveis para a concessão, a manutenção e a revisão do BPC LOAS as inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico. ( )

:: GABARITO COMENTADO

No que se refere ao Benefício de Prestação Continuada, LOAS, julgue os itens seguintes: Para os fins do reconhecimento do direito ao benefício, considera-se família incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou do idoso, aquela cuja renda líquida familiar dividida pelo número de seus integrantes seja inferior a um quarto do salário mínimo.
(E)

O único erro da assertiva está no termo LÍQUIDA, pois o texto do decreto diz que a renda BRUTA familiar. Isso faz toda a diferença, pois se trata de um cálculo. Decreto 6214, artigo 4, IV.

O Benefício de Prestação Continuada será devido com o cumprimento de todos os requisitos legais e regulamentares exigidos para a sua concessão, devendo o seu pagamento ser efetuado em até trinta dias após cumpridas as exigências. (E)

45 dias. Decreto 6214, artigo 20. O Benefício de Prestação Continuada será devido com o cumprimento de todos os requisitos legais e regulamentares exigidos para a sua concessão, devendo o seu pagamento ser efetuado em até quarenta e cinco dias após cumpridas as exigências.

O valor do Benefício de Prestação Continuada concedido a deficiente não será computado no cálculo da renda mensal bruta familiar, para fins de concessão do Benefício de Prestação Continuada a outro deficiente da mesma família. (E)

O valor do Benefício de Prestação Continuada que não será computado no cálculo da renda mensal bruta familiar, para fins de concessão do Benefício de Prestação Continuada é o de outro IDOSO e não deficiente.
Decreto 6214, artigo 19, parágrafo único.

Para o Benefício de Prestação Continuada, incide contribuição previdenciária do beneficiário e, consequentemente, gera pagamento de abono anual. (E)

Não incide contribuição previdenciária e muito menos dá direito ao abono anual a quem usufrui desse benefício assistencial. Decreto 6214, artigo 22.

No que concerne aos procedimentos do BPC LOAS, o instrumento de procuração poderá ser outorgado em formulário próprio do INSS, mediante comprovação do motivo da ausência do beneficiário, e sua validade deverá ser renovada a cada doze meses. (C)

Decreto 6214, artigo 28, parágrafo 1.

O Benefício de Prestação Continuada é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso, com idade de sessenta e cinco anos ou mais se homem e 60 anos ou mais se mulher, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família. (E)

A idade para ter acesso ao BPC LOAS do idoso é de 65 anos para ambos os sexos. Decreto 6214, artigo 1.

Considera-se família para cálculo da renda per capita: conjunto de pessoas composto pelo requerente, o cônjuge, o companheiro, a companheira, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores sob guarda, desde que vivam sob o mesmo teto. (E)

Menores sob tutela. Decreto 6214, artigo 4, V. Família para cálculo da renda per capita: conjunto de pessoas composto pelo requerente, o cônjuge, o companheiro, a companheira, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto.

O beneficiário do BPC LOAS não pode acumular o Benefício de Prestação Continuada com qualquer outro benefício no âmbito da Seguridade Social ou de outro regime, exceto o seguro desemprego. (E)

Decreto 6214, artigo 5. O beneficiário do BPC LOAS não pode acumular o Benefício de Prestação Continuada com qualquer outro benefício no âmbito da Seguridade Social ou de outro regime, INCLUSIVE o seguro desemprego.

Para fins de identificação da pessoa com deficiência e do idoso e de comprovação da idade do idoso, a carteira de reservista poderá ser apresentada para tal finalidade. (C)

Decreto 6214, artigo 10, III.

Para fins de reconhecimento do direito ao Benefício de Prestação Continuada às crianças e adolescentes menores de dezoito anos de idade, deve ser avaliada a existência da deficiência e o seu impacto na limitação do desempenho de atividade e restrição da participação social, compatível com a idade. (E)

Infelizmente, você precisará memorizar o texto do decreto para a sua prova. Crianças e adolescentes menores de 16 anos e não 18 anos. Decreto 6214, artigo 4, parágrafo 1.

É correto afirmar que a assistência social é Política de Seguridade Social contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (E)

A assistência social não tem caráter contributivo. Lei 8742, artigo 1.

É correto afirmar que a assistência social tem como um dos seus objetivos a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente, o amparo às crianças e aos adolescentes carentes. (C)

Lei 8742, artigo 2, I, b.

O BPC LOAS, conclusos os requisitos para a concessão, garante um salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. (C)

Lei 8742, artigo 2, I, e.

Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos. (C)

Lei 8742, artigo 3.

É princípio da assistência social a universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas. (C)

Lei 8742, artigo 4, II.

Samuel, 65 anos, sem renda, deu entrada no INSS pelo Benefício de Prestação Continuada LOAS para idoso. Na sua casa vivem ele, o filho Ícaro e a nora Samantha que recebem um salário mínimo, cada, em seus empregos. É correto afirmar que Samuel terá negado o benefício pleiteado, pois a renda mensal per capita de sua família é superior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo. (E)

Perceba que o filho é casado e a nora, igualmente, não entra no grupo familiar. Logo, não há óbice do recebimento do BPC LOAS para Samuel. Lei 8742, artigo 20, parágrafo 1.

Acerca do BPC LOAS, na hipótese de não existirem serviços no município de residência do beneficiário, fica assegurado, na forma prevista em regulamento, o seu encaminhamento ao município mais próximo que contar com tal estrutura. (C)

Lei 8742, artigo 20, parágrafo 7.

O benefício de prestação continuada deve ser revisto anualmente para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem. (E)

A revisão será BIENAL. Lei 8742, artigo 21.

Acerca do BPC LOAS, a contratação de pessoa com deficiência como aprendiz não acarreta a suspensão do benefício de prestação continuada, limitado a 2 anos o recebimento concomitante da remuneração e do benefício. (C)

Lei 8742, artigo 21, parágrafo 2.

À luz do Decreto n.º 6.214/2007 é correto afirmar que são requisitos imprescindíveis para a concessão, a manutenção e a revisão do BPC LOAS as inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico. (C)

Decreto n.º 6.214/2007, artigo 12. A partir do Decreto 8.805/2016, tornou-se indispensável o CPF e a inscrição no CadÚnico dos componentes do grupo familiar do requerente.

:: CRIMES

Madalena, empregada doméstica, trabalha na casa de Dilma há dois anos. Madalena dirige-se ao INSS requerer auxílio doença, mas recebe a informação do servidor Dauber, que Dilma não tem recolhido as contribuições previdenciárias de Madalena. Madalena alega que, todos os meses, Dilma desconta de seu salário os valores referentes a sua contribuição à previdência social. É correto afirmar que Dilma vem cometendo crime de apropriação indébita previdenciária. (   )

Omitir de folha de pagamento da empresa contribuições previdenciárias devidas por empregado, configura crime de sonegação fiscal previdenciária. (   )

Deixar de lançar mensalmente em títulos próprios da contabilidade da empresa as quantias descontadas dos segurados ou as devidas pelo empregador ou pelo tomador de serviço incorre em crime de estelionato. (   )

Ernesto mantinha uma pequena granja em um sítio de sua propriedade e contava com o auxílio de dois empregados, que percebiam remuneração mensal equivalente a um salário mínimo. Por exercer o negócio por conta própria e informalmente, Ernesto nunca efetuou os registros devidos nas carteiras de trabalho de seus empregados, tampouco recolheu as contribuições previdenciárias correspondentes. Nessa situação, se for flagrado pela fiscalização, Ernesto responderá pelo crime de sonegação de contribuição previdenciária, podendo o juiz restringir a pena de reclusão prevista (de um terço até a metade) ou apenas aplicar a pena de multa. (   )

Acerca dos crimes previdenciários, se, até antes do início da ação fiscal, o infrator confessar a dívida e efetuar espontaneamente o pagamento integral dos valores devidos, prestando as devidas informações ao órgão da previdência social, a punibilidade de sua conduta poderá ser extinta. (   )

Falsificação de documento público é um crime previdenciário com pena de detenção de 2 a 6 anos. (   )

Dentre outros, são crimes previdenciários: sonegação fiscal, inserção de dados falsos em sistema de informação e modificação não autorizada de sistema de informação. (   )

João, servidor público de cargo efetivo, fez diversas alterações no sistema de informação do INSS. É correto afirmar que João incorreu em crime de inserção de dados falsos em sistema de informação. (   )

É correto afirmar que divulgar, sem justa causa, informações sigilosas ou reservadas não contidas nos sistemas de informações da Administração Pública incorre em crime previdenciário. (   )

No crime de sonegação previdenciária é facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente multa se o agente for primário e de bons antecedentes, sem exceções.
(   )

:: GABARITO COMENTADO

Madalena, empregada doméstica, trabalha na casa de Dilma há dois anos. Madalena dirige-se ao INSS requerer auxílio doença, mas recebe a informação do servidor Dauber, que Dilma não tem recolhido as contribuições previdenciárias de Madalena. Madalena alega que, todos os meses, Dilma desconta de seu salário os valores referentes a sua contribuição à previdência social. É correto afirmar que Dilma vem cometendo crime de apropriação indébita previdenciária. (C)

Descontar do trabalhador as contribuições previdenciárias e não pagar à previdência social incorre em crime de apropriação indébita previdenciária. Código Penal Brasileiro, Art. 168-A - Deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo é forma legal ou convencional: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Omitir de folha de pagamento da empresa contribuições previdenciárias devidas por empregado, configura crime de sonegação fiscal previdenciária. (C)

Código Penal Brasileiro, Art. 337-A - Suprimir ou reduzir contribuição social previdenciária e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas: I - omitir de folha de pagamento da empresa ou de documento de informações previsto pela legislação previdenciária segurados empregado, empresário, trabalhador avulso ou trabalhador autônomo ou a este equiparado que lhe prestem serviços.

Deixar de lançar mensalmente em títulos próprios da contabilidade da empresa as quantias descontadas dos segurados ou as devidas pelo empregador ou pelo tomador de serviço incorre em crime de estelionato. (E)

Incorre em crime de sonegação fiscal previdenciária. Código Penal Brasileiro, Art. 337-A - Suprimir ou reduzir contribuição social previdenciária e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas: II - deixar de lançar mensalmente nos títulos próprios da contabilidade da empresa as quantias descontadas dos segurados ou as devidas pelo empregador ou pelo tomador de serviços.

Ernesto mantinha uma pequena granja em um sítio de sua propriedade e contava com o auxílio de dois empregados, que percebiam remuneração mensal equivalente a um salário mínimo. Por exercer o negócio por conta própria e informalmente, Ernesto nunca efetuou os registros devidos nas carteiras de trabalho de seus empregados, tampouco recolheu as contribuições previdenciárias correspondentes. Nessa situação, se for flagrado pela fiscalização, Ernesto responderá pelo crime de sonegação de contribuição previdenciária, podendo o juiz restringir a pena de reclusão prevista (de um terço até a metade) ou apenas aplicar a pena de multa. (C)

Correto. Código Penal Brasileiro, artigo 168-A, §2º, : "É extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma devida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal".

Acerca dos crimes previdenciários, se, até antes do início da ação fiscal, o infrator confessar a dívida e efetuar espontaneamente o pagamento integral dos valores devidos, prestando as devidas informações ao órgão da previdência social, a punibilidade de sua conduta poderá ser extinta. (C)

Correto. Código Penal Brasileiro, artigo 168-A, §2º, : "É extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma devida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal".

Falsificação de documento público é um crime previdenciário com pena de detenção de 2 a 6 anos. (E)

Código Penal Brasileiro, artigo 297. A pena é de RECLUSÃO e não de detenção.

Dentre outros, são crimes previdenciários: sonegação fiscal, inserção de dados falsos em sistema de informação e modificação não autorizada de sistema de informação. (C)

Todos são configurados no Código Penal Brasileiro como crimes. Leia os artigos 337-A, 313-A e 313-B.

João, servidor público de cargo efetivo, fez diversas alterações no sistema de informação do INSS. É correto afirmar que João incorreu em crime de inserção de dados falsos em sistema de informação. (E)

Modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informação ou programa de informática se autorização ou solicitação de autoridade competente, artigo 313-B, Código Penal brasileiro, crime de modificação não autorizada de sistema de informação.

É correto afirmar que divulgar, sem justa causa, informações sigilosas ou reservadas não contidas nos sistemas de informações da Administração Pública incorre em crime previdenciário. (C)

Crime de divulgação de informações sigilosas ou reservadas. Código Penal Brasileiro, artigo 153.

No crime de sonegação previdenciária é facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente multa se o agente for primário e de bons antecedentes, sem exceções. (E)

Há exceções e uma delas é que o valor das contribuições devidas, inclusive acessórios, seja igual ou inferior àquele estabelecido pela previdência social, administrativamente, como sendo o mínimo para ajuizamento de suas ações fiscais. Código Penal Brasileiro, artigo 337-A, parágrafo 2.

:: SIMULADÃO

1. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (   )

2. É correto afirmar que todas as entidades beneficentes de assistência social são isentas de contribuição para a seguridade social. (   )

3. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com, dentre outras diretrizes, a participação da comunidade. (   )

4. Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei. (   )

5. O sistema especial de inclusão previdenciária garantirá alíquotas inferiores, exceto carências, às vigentes para os demais segurados do regime geral de previdência social. (   )

6. É correto afirmar que foi através da Constituição Brasileira de 1824 que foi trato o tema socorros públicos sendo este o primeiro ato securitário previsto em Constituição no Brasil. (   )

7. Foi a partir da Constituição Brasileira de 1988 que as atividades de saúde, previdência social e assistência social foram reunidas. (   )

8. O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) é composto por seis representantes do Governo Federal e nove representantes da sociedade civil, tendo mandato de 2 anos e não sendo permitida a recondução. (   )

9. José trabalha em uma empresa de serviços gerais em caráter não eventual, com subordinação e remuneração. É correto afirmar que José é segurado empregado da previdência social. (   )

10. Rafael, é servidor público de cargo comissionado da União.É correto afirmar que Rafael não se enquadra em qualquer categoria do RGPS por ter vínculo com o RPPS do Executivo Federal. (   )

11. É correto afirmar que o ministro de confissão religiosa é segurado obrigatório na categoria trabalhador avulso do RGPS, pois não tem vínculo empregatício com empresas. (   )

12. Serafim mora em meio urbano, próximo de sua fazendinha onde trabalha em regime de economia familiar. Tendo contratado, em 2017, duas pessoas para ajudá-lo no plantio pelo período de 60 dias cada um e morar no centro da cidade onde mora. É correto afirmar que Serafim perdeu a sua qualidade de segurado especial do RGPS. (   )

13. É correto afirmar que para serem considerados segurados especiais, o cônjuge ou companheiro e os filhos maiores de 18 anos ou os a estes equiparados deverão ter participação ativa nas atividades rurais do grupo familiar. (   )

14. Mariana é segurada especial e trabalha na lida rural há muitos anos. É correto afirmar que, se Mariana receber programa assistencial oficial do governo, Mariana perderá a sua qualidade de segurada especial do RGPS. (   )

15. Jegueson, segurado especial, trabalha, juntamente, com seus pais na lavoura e, também, produz redes artesanais para complementar o sustento da família auferindo, mensalmente, o equivalente a um salário mínimo. É correto afirmar que Jegueson não perderá a sua qualidade de segurado especial da previdência social. (   )

16. Para o RGPS, Consideram-se empresa a firma individual ou sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, bem como os órgãos e entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional. (   )

17. É correto afirmar que mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, até 6 meses, o segurado facultativo que estiver em gozo de benefício. (   )

18. O menor sob guarda, equiparam-se a filho mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica. (   )

19. É correto afirmar que a dependência econômica dos pais do segurado do RGPS falecido é presumida. (   )

20. Maneca, invalido aos 10 anos de idade, perdeu o seu pai Josevaldo, segurado obrigatório do RGPS, morto por uma doença fatal, e, então, Maneca passou a perceber pensão por morte previdenciária. Maneca, aos 20 anos, concluiu curso de nível superior em universidade federal. É correto afirmar que Maneca terá cessada a sua cota parte de pensão por morte. (   )

21. Nos casos de impossibilidade de realização de perícia médica pelo órgão ou setor próprio competente, assim como de efetiva incapacidade física ou técnica de implementação das atividades e de atendimento adequado à clientela da previdência social, o INSS poderá, sem ônus para os segurados, celebrar, nos termos do regulamento, convênios, termos de execução descentralizada, termos de fomento ou de colaboração, contratos não onerosos ou acordos de cooperação técnica para realização de perícia médica, por delegação ou simples cooperação técnica, sob sua coordenação e supervisão órgãos e entidades públicos ou que integrem o Sistema Único de Saúde. (   )

22. É correto afirmar que caso o segurado, durante o gozo do auxílio-doença, venha a exercer atividade diversa daquela que gerou o benefício, deverá ser verificada a incapacidade para cada uma das atividades exercidas. (   )

23. Nilton, segurado obrigatório do RGPS em gozo de auxílio doença, foi declarado insusceptível de recuperação para sua atividade habitual. É correto afirmar que o auxílio doença gozado por Nilton será, automaticamente, convertido em aposentadoria por invalidez. (   )

24. Onofre, aposentado por idade do RGPS, 55 anos de idade, baixa renda, deu entrada no INSS para usufruir do benefício salário família. É correto afirmar que Onofre tem direito ao referido benefício do RGPS. (   )

25. Acerca do benefício do RGPS salário família é correto afirmar que o empregador doméstico, de baixa renda, deverá apresentar apenas a certidão de nascimento do seu filho menor de 14 anos para ter direito ao referido benefício. (   )

26. É correto afirmar que, no que concerne ao benefício salário família, o empregado doméstico conservará durante 10 anos os comprovantes de pagamento e as cópias das certidões correspondentes, para fiscalização da Previdência Social. (   )

27. É correto afirmar que o benefício do RGPS salário maternidade devido à segurada desempregada, em período de graça, consistirá numa renda mensal 1/12 da soma dos 12 últimos salários de contribuição, apurados em um período não superior a 15 meses. ( )

28. Janaína, segurada empregada do RGPS está em gozo de salário maternidade. É correto afirmar que a renda mensal do referido benefício de Janaína é igual ao seu salário de contribuição. ( )

29. Etelvina, segurada obrigatória do RGPS, faleceu em um trágico acidente automobilístico. Tendo apenas o seu pai Malaquias, 40 anos, como familiar e, comprovadamente, seu dependente economicamente. É correto afirmar que Malaquias receberá pensão por morte de Etelvina durante 15 anos. ( )

30. César, segurado obrigatório do RGPS, faleceu em um trágico acidente de motocicleta. Tendo apenas um filho com 23 anos e inválido aos 15 anos, como dependente. É correto afirmar que, o filho de César não terá direito ao benefício de pensão por morte. ( )

31. Gertrudes que era pensionista de Rogério, faleceu. Gertrudes tinha apenas um filho, Marcos de 18 anos de idade. É correto afirmar que a pensão conferida a Gertrudes pelo falecimento de Rogério será usufruída por Marcos até ele completar 21 anos de idade. ( )

32. Acerca da inscrição no RGPS. É correto afirmar que Incumbe ao dependente promover a sua inscrição quando do requerimento do benefício a que estiver habilitado. ( )

33. É correto afirmar no RGPS que, presentes os pressupostos da filiação, admite-se a inscrição *post mortem* do segurado contribuinte individual. ( )

34. Acerca da inscrição no RGPS. É correto afirmar que a comprovação dos dados pessoais e de outros elementos necessários e úteis à caracterização do segurado poderá ser exigida quando da concessão do benefício. ( )

35. Flausino, 62 anos, segurado obrigatório do RGPS em gozo de auxílio doença, foi comunicado que deveria se submeter a exame médico a cargo da previdência social. É correto afirmar que, ao faltar ao referido exame, Faustino correrá o risco de ter suspenso o seu benefício. ( )

36. Tempo de contribuição é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências. ( )

37. É correto afirmar que, em regra, o benefício salário maternidade tem carência de 10 meses para a segurada empregada doméstica. (   )

38. Paulo deu entrada no INSS na aposentadoria por tempo de contribuição. É correto afirmar que basta comprovar a carência de 180 contribuições e a idade mínima de 65 anos que Paulo já estará apto para ter o referido benefício deferido. (   )

39. Gerson, 60 anos, trabalhou durante 8 anos como cobrador de ônibus e, posteriormente, deixou a cidade grande para se dedicar às atividades rurícolas em sua pequena fazenda na qual permaneceu trabalhando por 7 anos. Desde que deixou a cidade grande, Gerson não mais lá voltou. Estando regular a sua atividade urbana nos 8 primeiros anos e tendo comprovado o efetivo exercício da atividade rural durante os 7 anos seguintes, é correto afirmar que Gerson poderá averbar o tempo de atividade urbana com o tempo de atividade rural e poderá se aposentar através da chamada aposentadoria híbrida ou mista. (   )

40. É correto afirmar que o garimpeiro, contribuinte individual que trabalhe em regime de economia familiar, terá redução de 5 anos nos critérios de concessão da aposentadoria por idade. (   )

41. Aos segurados especiais é garantido aposentadoria por idade no valor de um salário mínimo ao completar 60 anos se homem e 55 anos se mulher. (   )

42. O CNPS reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, por convocação de seu Presidente, não podendo ser adiada a reunião por mais de dias se houver requerimento nesse sentido da maioria dos conselheiros. (   )

43. Dentre seu princípios e objetivos, a previdência social, rege-se pelo princípio da previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional. (   )

44. É correto afirmar que compete ao Conselho Nacional de Previdência Social participar, acompanhar e avaliar sistematicamente a gestão previdenciária. (   )

45. Todo benefício que substituir o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado não terá valor mensal inferior ao salário mínimo. (   )

46. No RGPS, Equipara-se também ao acidente do trabalho o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho em consequência de ofensa verbal intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho. (   )

47. É correto afirmar que não é considerada doença do trabalho a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo

comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho. (   )

48. É correto afirmar que, para o empregado doméstico, acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço de empregador doméstico, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. (   )

49. Acerca do acidente do trabalho, o empregado é o responsável pela adoção e uso das medidas individuais de proteção e segurança de sua saúde. (   )

50. É correto afirmar que o fator previdenciário será calculado considerando-se a idade, a expectativa de sobrevida e o tempo de contribuição do segurado ao se aposentar. (   )

51. É correto afirmar que o MEI (Micro Empreendedor Individual), que fatura até R$60.000,00 por ano, poderá contribuir para o RGPS com 5% do salário mínimo estando incluído no Sistema de Inclusão Previdenciária. (   )

52. É correto afirmar que, um dos requisitos para ser MEI (Micro Empreendedor Individual) é que ele contrate apenas um empregado a seu serviço e que este tenha como limite de remuneração o salário mínimo ou piso salarial da categoria. (   )

53. É correto afirmar que a cota patronal do MEI é de 3% e incidirá sobre a remuneração do seu empregado. (   )

54. Glivanilde, empregada doméstica e segurada do RGPS, é responsável pelo recolhimento de sua contribuição previdenciária realizada através de guia própria fornecida pelo INSS. (   )

55. É correto afirmar que o contribuinte individual que presta serviço à empresa é responsável pelo recolhimento de 20% de sua remuneração até o limite do teto previdenciário. (   )

56. É correto afirmar que o auxílio-doença não poderá exceder a média aritmética simples dos últimos 12 salários de contribuição, inclusive em caso de remuneração variável, ou, se não alcançado o número de 12 (doze), a média aritmética simples dos salários de contribuição existentes. (   )

57. Magda, segurada obrigatória do RGPS, deu entrada em auxílio doença no INSS. Após um cálculo preliminar de sua renda mensal, obteve-se o valor de R$2.730,00. Calculada a média aritmética simples dos seus últimos 12 salários de contribuição, chegou-se ao valor de mil reais. É correto afirmar que a renda mensal do auxílio doença requerido por Magda será no valor de mil reais. (   )

58. Júlia trabalha na empresa OK com turno reduzido, 4 horas diárias recebendo 500 reais mensais. É correto afirmar que, caso necessite de auxílio doença, Júlia receberá, a título de renda mensal, o valor de 500 reais. ( )

59. É correto afirmar que o salário maternidade do RGPS é direito da segurada, correspondente a 2 semanas em caso de aborto não criminoso e comprovado mediante atestado médico. ( )

60. Acerca do benefício auxílio doença, O INSS poderá estabelecer, mediante avaliação médico pericial, o prazo que entender suficiente para a recuperação da capacidade para o trabalho do segurado, dispensada nessa hipótese a realização de nova perícia. ( )

61. É correto afirmar que a assistência social, rege-se pelo princípio da supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica. ( )

62. A gestão das ações na área de assistência social é organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas). ( )

63. São tipos de proteção da assistência social: proteção social básica e especial. ( )

64. Sobre a organização da Assistência Social é correto afirmar que a União apoiará financeiramente o aprimoramento à gestão centralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, por meio do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) do Sistema Único de Assistência Social (Suas). ( )

65. Acerca do BPC LOAS é correto afirmar que o avô e o sobrinho fazem parte do grupo familiar do qual o requerente está inserido. ( )

66. Edson, 65 anos, tem renda mensal declarada no valor de um salário mínimo e sustenta a sua esposa, que não tem qualquer renda e quatro filhos, igualmente sem renda. É correto afirmar que Edson terá direito ao BPC LOAS para o idoso no valor de um salário mínimo. ( )

67. O BPC LOAS será cancelado quando se constatar irregularidade na sua concessão ou utilização. ( )

68. O benefício de prestação continuada será suspenso pelo órgão concedente quando a pessoa com deficiência exercer atividade remunerada, exceto na condição de microempreendedor individual. ( )

69. A cerca do BPC LOAS, a contratação de pessoa com deficiência como aprendiz acarreta a suspensão do benefício de prestação continuada. ( )

70. Na organização dos serviços da assistência social serão criados programas de amparo às pessoas que vivem em situação de rua. (   )

:: SIMULADÃO

1. **A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (C)**

Constituição Federal, artigo 195

2. **É correto afirmar que todas as entidades beneficentes de assistência social são isentas de contribuição para a seguridade social. (E)**

As entidade beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei e não TODAS. Constituição Federal, artigo 195, parágrafo 7.

3. **As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com, dentre outras diretrizes, a participação da comunidade. (C)**

Constituição Federal, artigo 198, parágrafo 3.

4. **Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei. (C)**

Constituição Federal, artigo 201, parágrafo 9. Essa é uma forma restrita da Carta Magna aplicar a compensação de regimes previdenciários, mas, também, entende-se que para a concessão de benefícios se aplica a referida compensação.

5. **O sistema especial de inclusão previdenciária garantirá alíquotas inferiores, exceto carências, às vigentes para os demais segurados do regime geral de previdência social. (E)**

A Carta Magna nos orienta que também para carências haverá inserida a disposição do sistema especial de inclusão, porém, até o momento do seu edital, não houve pontos da legislação contemplando as referidas carências inferiores.

6. **É correto afirmar que foi através da Constituição Brasileira de 1824 que foi trato o tema socorros públicos sendo este o primeiro ato securitário previsto em Constituição no Brasil.**

(C)

Através do artigo 179, XXXI da Constituição Brasileira de 1824 que foi trato o tema socorros públicos sendo este o primeiro ato securitário previsto em Constituição no Brasil.

7. **Foi a partir da Constituição Brasileira de 1988 que as atividades de saúde, previdência social e assistência social foram reunidas. (C)**

A CF de 1988 foi a primeira constituição a reunir os pilares atuais da seguridade social: saúde, previdência social e assistência social.

8. **O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) é composto por seis representantes do Governo Federal e nove representantes da sociedade civil, tendo mandato de 2 anos e não sendo permitida a recondução. (E)**

A assertiva está quase completa, mas a recondução dos referidos membros é permitida, de imediato, apenas uma vez. Lei 8213, artigo 3, parágrafo 1.

9. **José trabalha em uma empresa de serviços gerais em caráter não eventual, com subordinação e remuneração. É correto afirmar que José é segurado empregado da previdência social. (C)**

Lei 8213, artigo 11, I, a.

10. **Rafael, é servidor público de cargo comissionado da União. É correto afirmar que Rafael não se enquadra em qualquer categoria do RGPS por ter vínculo com o RPPS do Executivo Federal. (E)**

Rafael é segurado empregado do RGPS, pois não tem vínculo de cargo efetivo com a União e sim um cargo comissionado de livre nomeação e exoneração. Lei 8213, artigo 11, I, g.

11. **É correto afirmar que o ministro de confissão religiosa é segurado obrigatório na categoria trabalhador avulso do RGPS, pois não tem vínculo empregatício com empresas. (E)**

Essa foi bem fácil! O ministro de confissão religiosa é CONTRIBUINTE INDIVIDUAL Lei 8213, artigo 11, V, c.

12. **Serafim mora em meio urbano, próximo de sua fazendinha onde trabalha em regime de economia familiar. Tendo contratado, em 2017, duas pessoas para ajudá-lo no plantio pelo período de 60 dias cada um e morar no centro da cidade onde mora. É correto afirmar que Serafim perdeu a sua qualidade de segurado especial do RGPS. (E)**

Lei 8213, artigo 11, VII, parágrafo 7. Serafim não perderá a sua qualidade de segurado especial, pois utiliza a ajuda de terceiro pelo que é permitido pela legislação 120 pessoas/dia no ano civil.

13. **É correto afirmar que para serem considerados segurados especiais, o cônjuge ou companheiro e os filhos maiores de 18 anos ou os a estes equiparados deverão ter participação ativa nas atividades rurais do grupo familiar. (E)**

Lei 8213, artigo 11, VII, parágrafo 6. Os filhos maiores de 16 anos e não 18 anos.

14. **Mariana é segurada especial e trabalha na lida rural há muitos anos. É correto afirmar que, se Mariana receber programa assistencial oficial do governo, Mariana perderá a sua qualidade de segurada especial do RGPS. (E)**

Quantos e quantos segurados especiais no Brasil recebem BOLSA FAMÍLIA (programa assistencial oficial do governo)? O segurado especial não perderá a sua qualidade no RGPS por estar em gozo do referido benefício. Lei 8213, artigo 11, VII, parágrafo 8, IV.

15. **Jegueson, segurado especial, trabalha, juntamente, com seus pais na lavoura e, também, produz redes artesanais para complementar o sustento da família auferindo, mensalmente, o equivalente a um salário mínimo. É correto afirmar que Jegueson não perderá a sua qualidade de segurado especial da previdência social. (C)**

Lei 8213, artigo 11, VII, parágrafo 9, VII.

16. **Para o RGPS, Consideram-se empresa a firma individual ou sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, bem como os órgãos e entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional. (C)**

Lei 8213, artigo 14, I.

17. **É correto afirmar que mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, até 6 meses, o segurado facultativo que estiver em gozo de benefício. (E)**

O segurado em gozo de benefício mantém a sua qualidade de segurado enquanto estiver em gozo do benefício. Lei 8213, artigo 15, I.

18. **O menor sob guarda, equiparam-se a filho mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica. (E)**

Quando a questão se referir a menor no tópico DEPENDENTES do seu estudo, não esqueça que é o MENOR SOB TUTELA. Lei 8213, artigo 16, parágrafo 2.

19. **É correto afirmar que a dependência econômica dos pais do segurado do RGPS falecido é presumida. (E)**

Os pais do segurado do RGPS não têm dependência econômica presumida. Esta deve ser COMPROVADA. Lei 8213, artigo 16, parágrafo 4.

20. Maneca, invalido aos 10 anos de idade, perdeu o seu pai Josevaldo, segurado obrigatório do RGPS, morto por uma doença fatal, e, então, Maneca passou a perceber pensão por morte previdenciária. Maneca, aos 20 anos, concluiu curso de nível superior em universidade federal. É correto afirmar que Maneca terá cessada a sua cota parte de pensão por morte. (E)

Perceba que Maneca já recebia pensão por morte de seu pai, logo, mesmo que cole grau em nível superior, não terá a sua cota parte do benefício cessada. Decreto 3048, artigo 114, II.

21. Nos casos de impossibilidade de realização de perícia médica pelo órgão ou setor próprio competente, assim como de efetiva incapacidade física ou técnica de implementação das atividades e de atendimento adequado à clientela da previdência social, o INSS poderá, sem ônus para os segurados, celebrar, nos termos do regulamento, convênios, termos de execução descentralizada, termos de fomento ou de colaboração, contratos não onerosos ou acordos de cooperação técnica para realização de perícia médica, por delegação ou simples cooperação técnica, sob sua coordenação e supervisão órgãos e entidades públicos ou que integrem o Sistema Único de Saúde. (C)

Lei 8213, artigo 60, parágrafo 5.

22. É correto afirmar que, caso o segurado, durante o gozo do auxílio-doença, venha a exercer atividade diversa daquela que gerou o benefício, deverá ser verificada a incapacidade para cada uma das atividades exercidas. (C)

Lei 8213, artigo 60, parágrafo 7.

23. Nilton, segurado obrigatório do RGPS em gozo de auxílio doença, foi declarado insusceptível de recuperação para sua atividade habitual. É correto afirmar que o auxílio doença gozado por Nilton será, automaticamente, convertido em aposentadoria por invalidez. (E)

Lei 8213, artigo 62. Nilton deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade.

24. Onofre, aposentado por idade do RGPS, 55 anos de idade, baixa renda, deu entrada no INSS para usufruir do benefício salário família. É correto afirmar que Onofre tem direito ao referido benefício do RGPS. (E)

Lei 8213, artigo 65, parágrafo único. Para ter direito ao salário família , Onofre deveria ter 65 anos ou mais.

25. **Acerca do benefício do RGPS salário família é correto afirmar que o empregador doméstico, de baixa renda, deverá apresentar apenas a certidão de nascimento do seu filho menor de 14 anos para ter direito ao referido benefício. (E)**

Lei 8213, artigo 67, parágrafo único. Quem deve apresentar a documentação é o empregado doméstico e não o empregador.

26. **É correto afirmar que, no que concerne ao benefício salário família, o empregado doméstico conservará durante 10 anos os comprovantes de pagamento e as cópias das certidões correspondentes, para fiscalização da Previdência Social. (E)**

Lei 8213, artigo 68, parágrafo 1. Mais uma vez a pegadinha: EMPREGADOR DOMÉSTICO.

27. **É correto afirmar que o benefício do RGPS salário maternidade devido à segurada desempregada, em período de graça, consistirá numa renda mensal 1/12 da soma dos 12 últimos salários de contribuição, apurados em um período não superior a 15 meses. (C)**

Lei 8213, artigo 71-B parágrafo 2 , III. A segurada DESEMPREGADA tem o cálculo da renda mensal do salário maternidade diferente da segurada empregada. Fique atento!

28. **Janaína, segurada empregada do RGPS está em gozo de salário maternidade. É correto afirmar que a renda mensal do referido benefício de Janaína é igual ao seu salário de contribuição. (E)**

Lei 8213, artigo 72. O salário-maternidade para a segurada empregada ou trabalhadora avulsa consistirá numa renda mensal igual a sua remuneração integral.

29. **Etelvina, segurada obrigatória do RGPS, faleceu em um trágico acidente automobilístico. Tendo apenas o seu pai Malaquias, 40 anos, como familiar e, comprovadamente, seu dependente economicamente. É correto afirmar que Malaquias receberá pensão por morte de Etelvina durante 15 anos. (E)**

Os critérios relativos à tabela idade e tempo de gozo do benefício são relativos à relação do segurado com o seu dependente cônjuge ou companheiro. Para os pais não haverá a nova limitação imposta pela legislação. Apenas deve comprovar a dependência econômica com o segurado de cujus.

30. **César, segurado obrigatório do RGPS, faleceu em um trágico acidente de motocicleta. Tendo apenas um filho com 23 anos e inválido aos 15 anos, como dependente. É correto afirmar que, o filho de César não terá direito ao benefício de pensão por morte. (E)**

No exposto, o filho receberá a pensão enquanto permanecer inválido. Decreto 3048, artigo 108. A pensão por morte somente será devida ao filho e ao irmão cuja invalidez tenha ocorrido antes da emancipação ou de completar a idade de vinte e um anos, desde que reconhecida ou comprovada, pela perícia médica do INSS, a continuidade da invalidez até a data do óbito do segurado.

31. Gertrudes que era pensionista de Rogério, faleceu. Gertrudes tinha apenas um filho, Marcos de 18 anos de idade. É correto afirmar que a pensão conferida a Gertrudes pelo falecimento de Rogério será usufruída por Marcos até ele completar 21 anos de idade. (E)

Decreto 3048, Decreto 3048. Artigo 114, parágrafo 1. Não existe pensão de pensão. O cota será extinta com o falecimento do pensionista.

32. Acerca da inscrição no RGPS. É correto afirmar que Incumbe ao dependente promover a sua inscrição quando do requerimento do benefício a que estiver habilitado. (C)

Lei 8213, artigo 17 parágrafo 1. A inscrição de dependente caberá ao próprio dependente quando da ocorrência do fato gerador do benefício.

33. É correto afirmar no RGPS que, presentes os pressupostos da filiação, admite-se a inscrição *post mortem* do segurado contribuinte individual. (E)

Decreto 3048, artigo 18, V, parágrafo 5. Admite-se a inscrição *post mortem* do segurado segurado especial. Apenas dessa categoria é admitida inscrição *post mortem*.

34. Acerca da inscrição no RGPS. É correto afirmar que a comprovação dos dados pessoais e de outros elementos necessários e úteis à caracterização do segurado poderá ser exigida quando da concessão do benefício. (C)

Decreto 3048, artigo 18, V, parágrafo 6.

35. Flausino, 62 anos, segurado obrigatório do RGPS em gozo de auxílio doença, foi comunicado que deveria se submeter a exame médico a cargo da previdência social. É correto afirmar que, ao faltar ao referido exame, Faustino correrá o risco de ter suspenso o seu benefício. (C)

Lei 8213, artigo 101, parágrafo 1. O aposentado por invalidez e o pensionista inválido estarão isentos do exame de que trata o caput após completarem 60 anos de idade e não o segurado em gozo de auxílio doença.

36. Tempo de contribuição é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências. (E)

Lei 8213, artigo 24. Esta é a definição de carência. Tempo de contribuição o tempo, contado de data a data, desde o início até a data do requerimento ou do desligamento de atividade abrangida pela previdência social, descontados os períodos legalmente estabelecidos como de suspensão de contrato de trabalho, de interrupção de exercício e de desligamento da atividade. Decreto 3048, artigo 59.

37. É correto afirmar que, em regra, o benefício salário maternidade tem carência de 10 meses para a segurada empregada doméstica. (E)

Não há carência ao referido benefício para as seguradas empregadas, trabalhadoras avulsas e empregadas domésticas.

38. Paulo deu entrada no INSS na aposentadoria por tempo de contribuição. É correto afirmar que basta comprovar a carência de 180 contribuições e a idade mínima de 65 anos que Paulo já estará apto para ter o referido benefício deferido. (E)

Paulo deverá comprovar as suas contribuições durante 35 anos de trabalho, em regra, e a sua idade independe para este benefício. A assertiva expõe a regra da aposentadoria por idade urbana.

39. Gerson, 60 anos, trabalhou durante 8 anos como cobrador de ônibus e, posteriormente, deixou a cidade grande para se dedicar às atividades rurícolas em sua pequena fazenda na qual permaneceu trabalhando por 7 anos. Desde que deixou a cidade grande, Gerson não mais lá voltou. Estando regular a sua atividade urbana nos 8 primeiros anos e tendo comprovado o efetivo exercício da atividade rural durante os 7 anos seguintes, é correto afirmar que Gerson poderá averbar o tempo de atividade urbana com o tempo de atividade rural e poderá se aposentar através da chamada aposentadoria híbrida ou mista. (E)

A aposentadoria híbrida ou mista está presente no artigo 48 da Lei 8213. Para Gerson se aposentar, ele precisará ter 65 anos e não 60 anos de idade.

40. É correto afirmar que o garimpeiro, contribuinte individual que trabalhe em regime de economia familiar, terá redução de 5 anos nos critérios de concessão da aposentadoria por idade. (C)

Apesar do garimpeiro não ser segurado especial, a ele é conferido o benefício de ter redução de 5 anos em sua idade em sua aposentadoria. CF, artigo 201, parágrafo 7, II.

41. Aos segurados especiais é garantido aposentadoria por idade no valor de um salário mínimo ao completar 60 anos se homem e 55 anos se mulher. (E)

Lei 8213, artigo 39. Além da idade é preciso a comprovação do efetivo exercício de atividade rural por no mínimo 15 anos contínuos ou não.

42. O CNPS reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, por convocação de seu Presidente, não podendo ser adiada a reunião por mais de dias se houver requerimento nesse sentido da maioria dos conselheiros. (E)

Lei 8213, artigo 3, parágrafo 3. O CNPS reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês.

43. Dentre seu princípios e objetivos, a previdência social, rege-se pelo princípio da previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional. (C)

Lei 8213, artigo 2, VII.

44. É correto afirmar que compete ao Conselho Nacional de Previdência Social participar, acompanhar e avaliar sistematicamente a gestão previdenciária. (C)

Lei 8213, artigo 4, II.

45. Todo benefício que substituir o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado não terá valor mensal inferior ao salário mínimo nem superior ao do limite máximo do salário-de-contribuição. (C)

Os benefícios que substituem o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado não poderão ter valor mensal inferior ao salário mínimo e nem superior ao do limite máximo do salário-de-contribuição. Lei 8213, artigo 33.

46. No RGPS, Equipara-se também ao acidente do trabalho o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho em consequência de ofensa verbal intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho. (E)

O único erro da assertiva é que a agressão não será verbal e sim física para ser configurado o acidente do trabalho. Lei 8213, artigo 21, II, b.

47. É correto afirmar que não é considerada doença do trabalho a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho. (C)

Lei 8213, artigo 20, parágrafo 1, d.

48. É correto afirmar que, para o empregado doméstico, acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço de empregador doméstico, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. (C)

Lei 8213, artigo 19.

49. **Acerca do acidente do trabalho, o empregado é o responsável pela adoção e uso das medidas individuais de proteção e segurança de sua saúde. (E)**

A responsabilidade pela adoção e uso das medidas individuais de proteção e segurança de sua saúde é da EMPRESA. Lei 8213, artigo 19, parágrafo 1.

50. **É correto afirmar que o fator previdenciário será calculado considerando-se a idade, a expectativa de sobrevida e o tempo de contribuição do segurado ao se aposentar. (C)**

Lei 8213, artigo 29, parágrafo 7.

51. **É correto afirmar que o MEI (Micro Empreendedor Individual), que fatura até R$60.000,00 por ano, poderá contribuir para o RGPS com 5% do salário mínimo estando incluído no Sistema de Inclusão Previdenciária. (E)**

A configuração do MEI, dentre outros, está no faturamento anual limitado a 81 mil reais. Decreto 3048, artigo 9.

52. **É correto afirmar que, um dos requisitos para ser MEI (Micro Empreendedor Individual) é que ele contrate apenas um empregado a seu serviço e que este tenha como limite de remuneração o salário mínimo ou piso salarial da categoria. (C)**

Estes são os critérios para a pessoa ser enquadrada como MEI no Brasil. Decreto 3048, artigo 9.

53. **É correto afirmar que a cota patronal do MEI é de 3% e incidirá sobre a remuneração do seu empregado. (E)**

A cota patronal será sobre o salário de contribuição de seu empregado e limitada ao salário mínimo ou piso salarial da categoria.

54. **Glivanilde, empregada doméstica e segurada do RGPS, é responsável pelo recolhimento de sua contribuição previdenciária realizada através de guia própria fornecida pelo INSS. (E)**

A partir da Lei Complementar 150/15, a responsabilidade pelo recolhimento das contribuições do empregado doméstico é do EMPREGADOR doméstico através do sítio da internet chamado E-SOCIAL.

55. **É correto afirmar que o contribuinte individual que presta serviço à empresa é responsável pelo recolhimento de 20% de sua remuneração até o limite do teto previdenciário. (E)**

A responsabilidade é da empresa em recolher os 11% do contribuinte individual que lhe prestou serviço.

56. **É correto afirmar que o auxílio-doença não poderá exceder a média aritmética simples dos últimos 12 salários de contribuição, inclusive em caso de remuneração variável, ou, se não alcançado o número de 12 (doze), a média aritmética simples dos salários de contribuição existentes. (C)**

Lei 8213, artigo 29, parágrafo 10.

57. **Magda, segurada obrigatória do RGPS, deu entrada em auxílio doença no INSS. Após um cálculo preliminar de sua renda mensal, obteve-se o valor de R$2.730,00. Calculada a média aritmética simples dos seus últimos 12 salários de contribuição, chegou-se ao valor de mil reais. É correto afirmar que a renda mensal do auxílio doença requerido por Magda será no valor de mil reais. (C)**

Lei 8213, artigo 29, parágrafo 10. Este é o limitador trazido pela Lei 13.135/15 buscando amenizar os cofres públicos quanto a concessão dos benefícios previdenciário e, no exposto, o auxílio doença.

58. **Júlia trabalha na empresa OK com turno reduzido, 4 horas diárias recebendo 500 reais mensais. É correto afirmar que, caso necessite de auxílio doença, Júlia receberá, a título de renda mensal, o valor de 500 reais. (E)**

O auxílio doença é um benefício do RGPS que substitui a renda do trabalhador. Logo, o valor da renda mensal do auxílio doença de Magda será de um salário mínimo. CF, art. 201, parágrafo 2.

59. **É correto afirmar que o salário maternidade do RGPS é direito da segurada, correspondente a 2 semanas em caso de aborto não criminoso e comprovado mediante atestado médico. (C)**

Decreto 3048, artigo 93, parágrafo 5.

60. **Acerca do benefício auxílio doença, O INSS poderá estabelecer, mediante avaliação médico pericial, o prazo que entender suficiente para a recuperação da capacidade para o trabalho do segurado, dispensada nessa hipótese a realização de nova perícia. (C)**

Decreto 3048, artigo 78, parágrafo 1.

61. **É correto afirmar que a assistência social, rege-se pelo princípio da supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica. (C)**

Lei 8742, artigo 4, I.

62. A gestão das ações na área de assistência social é organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas). (C)

Lei 8742, artigo 6.

63. São tipos de proteção da assistência social: proteção social básica e especial. (C)

Lei 8742, artigo 6-A.

64. Sobre a organização da Assistência Social é correto afirmar que a União apoiará financeiramente o aprimoramento à gestão centralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, por meio do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) do Sistema Único de Assistência Social (Suas). (E)

Lei 8742, artigo 12-A. A organização da Assistência Social é correto afirmar que a União apoiará financeiramente o aprimoramento à gestão DESCENTRALIZADA dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social.

65. Acerca do BPC LOAS é correto afirmar que o avô e o sobrinho fazem parte do grupo familiar do qual o requerente está inserido. (E)

Fazem parte do grupo familiar do requerente ao BPC LOAS o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto. Lei 8742, artigo 20, parágrafo 1.

66. Edson, 65 anos, tem renda mensal declarada no valor de um salário mínimo e sustenta a sua esposa, que não tem qualquer renda e quatro filhos, igualmente sem renda. É correto afirmar que Edson terá direito ao BPC LOAS para o idoso no valor de um salário mínimo. (C)

A confusa redação da Lei 8742 permite que apenas pelo fato da renda per capita do grupo familiar ser inferior a um quarto do salário mínimo, o requerente terá direito ao benefício mesmo contrariando o artigo 1 do Decreto 6214.

67. O BPC LOAS será cancelado quando se constatar irregularidade na sua concessão ou utilização. (C)

Lei 8742, artigo 21, parágrafo 2.

68. O benefício de prestação continuada será suspenso pelo órgão concedente quando a pessoa com deficiência exercer atividade remunerada, exceto na condição de microempreendedor individual. (E)

Inclusive na condição de microempreendedor individual. Lei 8742, artigo 21-A.

69. **A cerca do BPC LOAS, a contratação de pessoa com deficiência como aprendiz acarreta a suspensão do benefício de prestação continuada. (E)**

A contratação de pessoa com deficiência como aprendiz não acarreta a suspensão do benefício de prestação continuada. Lei 8742, artigo 21-A, parágrafo 2.

70. **Na organização dos serviços da assistência social serão criados programas de amparo às pessoas que vivem em situação de rua. (C)**

Lei 8742, artigo 23, parágrafo 2, II.

Agora que você finalizou o seu e-book, que Deus esteja te iluminando e que a sua merecida vitória venha para realizar o seu sonho.
Grande abraço,
Prof. Bruno Cunha